



combate

[#285] [Primavera 2006] [trimestral] [director: Luís Branco] [preço: 4 euros]

Os estudantes franceses conseguiram derrotar nas ruas o governo e a orientação neo-liberal de precarizar o emprego jovem. Nesta edição, Daniel Bensaïd faz a análise do movimento e da situação política no momento da crise.

Guerra Civil Espanhola >> A herança teórica do POUM
LGBT >> As agendas do movimento face à discriminação crescente
Marxismo e Religião >> Ópio do povo ou algo de novo?

[#285] [Primavera 2006] [trimestral] [director: Luís Branco] [preço: 4 euros]

Nesta edição, Daniel Bensaïd faz a análise do movimento e da situação política no momento da crise.

Guerra Civil Espanhola >> A herança teórica do POUM
LGBT >> As agendas do movimento face à discriminação crescente
Marxismo e Religião >> Ópio do povo ou algo de novo?



nesta edição:

3

LGBT

**O CONFLITO SEXUAL NO SEU AUGE
E O MEDO DE OUSAR**

SÉRGIO VITORINO

7

**RUMO ESTRATÉGICO DO BLOCO
UM TEXTO (EM) ABERTO**

JOÃO TEIXEIRA LOPES

9

**RUMO ESTRATÉGICO DO BLOCO
MANIA DA INSATISFAÇÃO**

HUGO DIAS E JOÃO LUCIANO VIEIRA

13

**LUTA SOCIAL EM FRANÇA
ENTREVISTA A DANIEL BENSÂID**

19

**UNIVERSIDADES FRANCESAS
PORTAS ABERTAS CONTRA O CPE**

INÊS FONSECA

22

**MARXISMO E RELIGIÃO
ÓPIO DO POVO?**

MICHAEL LOWY

27

**GUERRA CIVIL ESPANHOLA
POUM: A NOSSA HERANÇA TEÓRICA**

JAIME PASTOR

34

**CIMEIRA DA OMC
A RONDA DA LIBERALIZAÇÃO GLOBAL**

JOÃO ROMÃO

38

**IMIGRAÇÃO
NÁUFRAGOS DA POBREZA...**

RICARDO GOMES

42

**POLÉMICA
CARICATURAS DA LIBERDADE**

CECÍLIA HONÓRIO

46

**MÉDIO ORIENTE
ELEIÇÕES NA PALESTINA E ISRAEL**

MICHEL WARSCHAWSKI

50

**O PREC EM REVISTA
A REVOLUÇÃO CULTURAL (VERSÃO 0.0)**

CARLOS CARUJO

**RECORTA OU FOTOCOPIA ESTE FORMULÁRIO
(OU ESCRIVE NUMA FOLHA ESSES DADOS)
E ENVIA-OS JUNTO COM O CHEQUE OU VALE POSTAL
À ORDEM DE "COMBATE" PARA:
COMBATE, R. DA PALMA, 268, 1100-394 LISBOA**

NOME: _____

MORADA: _____

CÓD. POSTAL/LOCAL: _____

TELEFONE/TELEMÓVEL: _____

EMAIL: _____

**ASSINATURA ANUAL (4 EDIÇÕES): 25 EUROS (PORTUGAL)
40 EUROS (ASSINATURA DE APOIO) | 45 EUROS (UE)
50 US DÓLARES (RESTO DO MUNDO)
EDIÇÃO DIGITAL (VIA EMAIL): 10 EUROS | 10 US DÓLARES**

DIRECÇÃO LUÍS BRANCO **EDIÇÃO** CARLOS CARUJO E JOÃO CARLOS

EDIÇÃO FOTOGRAFIA PAULETE MATOS

COLABORARAM NESTE NÚMERO ÂNGELO FERREIRA DE SOUSA,
ANTÓNIO JOSÉ ANDRÉ, CARLA CRUZ, CARLOS CARUJO, CECÍLIA HONÓRIO,
GUILHERME MONTEIRO, HUGO DIAS, INÊS FONSECA, JOANNA LATKA,
JOÃO LUCIANO VIEIRA, JOÃO ROMÃO, JOÃO TEIXEIRA LOPES, NUNO NEVES,
PEDRO RODRIGUES, RICARDO GOMES, SÉRGIO VITORINO

IMPRESSÃO E ACABAMENTO RAÍNHO E NEVES - STA. MARIA DA FEIRA

PROPRIEDADE FRANCISCO LOUÇÃ **ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO** RUA DA PALMA, 268.

1100-394 LISBOA **TEL** 218864643 **FAX** 218882736 **E-CORREIO** REVISTA@COMBATE.INFO

PERIODICIDADE TRIMESTRAL **REGISTO INST. COMUNICAÇÃO SOCIAL** 107263 **ISNN** 0871-3596

OS ARTIGOS E ILUSTRAÇÕES ASSINADOS NÃO REFLECTEM NECESSARIAMENTE O PONTO DE VISTA DA COMBATE

WWW.COMBATE.INFO

COMBATE É UMA REVISTA TRIMESTRAL EDITADA
PELA APSR, CORRENTE DE MILITANTES DO BLOCO
DE ESQUERDA. COMBATE É UM CONTRIBUTO PARA
O DEBATE E A ACTUALIZAÇÃO DAS TRADIÇÕES
SOCIALISTA, LIBERTÁRIA E INTERNACIONALISTA
DA ESQUERDA PORTUGUESA.

O CONFLITO SEXUAL NO SEU AUGUE E O MEDO DE OUSAR

O ASSASSINATO E AS SEVÍCIAS SOFRIDAS PELA TRANSEXUAL GISBERTA ÀS MÃOS DE UM BANDO DE RAPAZES NO PORTO NÃO SÃO UM ANACRONISMO ISOLADO NUM PAÍS EM QUE OS DIREITOS SEXUAIS TÊM (APESAR DE TUDO) EVOLUÍDO. SÃO A PROVA DOS NOVE DE COMO EVOLUIU POUCO O MUITO QUE EVOLUIU. SÃO AINDA HOJE, INFELIZMENTE, UMA CONSEQUÊNCIA NORMAL DAS CONDIÇÕES ACTUAIS.

SÉRGIO VITORINO*

ILUSTRAÇÕES DE JOANNA LATKA

ESTE CRIME chocou o país? Parte dele. Mas só surpreende os ingénuos. Quem não tenha consciência do que é o sistema de (des)protecção de menores em Portugal; quem tenha subestimado e desvalorizado o grau de preconceito e violência quotidiana – incluindo física – a que estão sujeit@s milhares de gays, lésbicas e trans; quem não conheça a brutal realidade portuguesa das exclusões que a vítima acumulava: imigrante, sem-abrigo, transexual, toxicodependente, trabalhadora do sexo, seropositiva e tuberculosa.

Este assassinato sofreu um claro défice de expressão de indignação, quer popular, quer associativa, quer mediática, sobretudo quando consideradas as tentativas de branqueamento do crime e de culpabilização da vítima que se seguiram, ou quando comparadas as reacções com as de outros crimes de ódio.

Atente-se no olhar mediático: total ignorância dos conceitos em causa, omissão da imagem (desumanização) da vítima, desculpabilização do acto através da concentração do choque no factor da idade dos seus perpetradores, em prejuízo da indignação pela morte provocada. Basta contabilizar os “pobres crianças” confrontados com os “pobre Gisberta”.

Nada de novo. Há menos de dez anos os media não tinham ultrapassado a mera criminalização/ medicalização/ caricaturização discursiva da homossexualidade, e ainda hoje, vacilam sem rumo nem reflexão editorial entre a abordagem sociológica e política da realidade LGBT e da sua discriminação – como



queremos - e o estereótipo ignorante e abusivo - quando não incitamento discriminatório - que não sabe nem quer saber, por exemplo, a diferença entre uma transexual e um travesti - não é tudo a mesma coisa? - ou mesmo entre uma pessoa com desejo homossexual e a realidade de uma mulher que nasceu com um apêndice desajustado e supérfluo entre as pernas e que se viu livre dele independentemente de o seu desejo ser hetero, homossexual ou outra coisa menos definível.

Atente-se também no comportamento da hierarquia católica, responsável pela instituição de menores: não se limita a lavar as mãos do assunto, e tenta culpabilizar vergonhosamente a vítima insinuando nas televisões que esta teria molestado uma criança da instituição. Perante isto, ausência de reacção pública, e mesmo a recusa de certos activistas LGBT em confrontar a igreja com os factos. É suprema ironia que os autores do crime sejam na sua maioria “jovens” institucionalizados numa instituição católica, estando o país a viver o rescaldo interminável da revelação do processo Casa Pia e tendo este contribuído como contribuiu para fazer recuar muito do progresso que havia sido feito no afastamento da homossexualidade de uma ideia de predação sexual. Ficou por perceber pelo movimento LGBT no rescaldo deste assassinato a necessidade de devolver esta bola, denunciando o mau-trato a menores que representa em si, este sistema de institucionalização. Meros armazéns sobrelotados de crianças e jovens providas de famílias desfavorecidas e/ ou violentas, sem o acompanhamento devido, misturados com jovens condenados por crimes pelos tribunais de menores (apesar de a Lei prever separação), contextos de abandono e violência institucionalizados pelo Estado, ou - sempre a redução do défice público - abandonados à igreja e à educação (tolerante, como sabemos) que esta pratica. Uma cumplicidade que permite adiar qualquer reforma séria deste sistema.

Choca que pessoas tão jovens sejam capazes de matar? Mas se foi assim que as educou e (des)integrou a sociedade, em contextos de injustiça e de ódio...

Fugir a caracterizar como tal um crime de ódio com o argumento da tenra idade dos agressores é tão absurdo como o oportunismo da direita que aproveitou para voltar a defender o baixar da idade da responsabilização criminal. Se neste segundo caso se olham as consequências da desigualdade, da discriminação e da violência sem olhar às suas causas, no primeiro caso ignora-se a natureza do crime. Ora, pouco importa que preconceitos mais ou menos difusos têm na cabeça pessoas tão novas quando escolhem entre os mais fracos dos fracos uma vítima de agressão. A sociedade portuguesa discrimina, são esses os valores que maioritariamente transmite e reproduz, e é de ódio que se trata.

Daí que sendo absurda a via repressiva que quer começar a criminalizar os jovens mais cedo, não deixa de ser evidente que os crimes de ódio têm que ser legalmente penalizados, que o Estado (esse promotor-mor de desigualdade) deve ser forçado a legislar e a educar contra as discriminações, e que, neste caso, deve ser julgado quem tem idade para isso.

Mas alterar o Código Penal no sentido anunciado poucos dias depois da descoberta do corpo, o de incluir o preconceito contra a orientação sexual como factor de agravamento penal em crimes de sangue, é perder a oportunidade pela qual clama um caso que não seria contemplado nas alterações legislativas

propostas. A penalização da homofobia e da lesbofobia corresponde a uma reivindicação antiga do movimento LGBT. Mas aceitar que essa penalização abranja apenas estes crimes mais violentos e não contemple a discriminação de género (mesmo na Constituição o termo utilizado é “sexo”, e não “género”), é ignorar a morte de Gisberta, transexual e heterosexual.

Daqui se depreende que não têm abrangência a este caso os termos “homofobia” ou “orientação sexual”. Parte do associativismo LGBT, porém, insistiu na utilização exclusiva do termo homofobia com duas ordens de argumentos: que quando uma transexual é atacada, é porque é confundida com “os paneleiros”, porque na cabeça das pessoas preconceituosas é tudo o mesmo, e assim seria na daqueles jovens; que “ninguém entenderia o termo transfobia”. O segundo argumento é cómico para mim, membro das panteras rosa, quando recordo que ainda há dois anos os mesmos activistas o aplicavam precisamente ao termo “homofobia”, preferindo usar termos como “discriminação contra LGBT”, enquanto as panteras insistiam em impor a palavra no léxico mediático nacional.

O primeiro argumento é mais grave, porque tendo um fundo de verdade - @s trans são vítimas de homofobia porque a diferença de género é confundida com a diferença de orientação sexual - ignora a especificidade trans, abdica de esclarecer e reflecte as hierarquias existentes entre LGBT's e diferentes agendas associativas. A população trans, na sociedade como na comunidade LGBT, é das mais fragilizadas e vulneráveis à exclusão e à discriminação, excluída do mercado de trabalho, da possibilidade de alugar casa, empurrada maioritariamente para o mundo do espectáculo ou para o da prostituição. Casos de degradação como o de Gisberta não são incomuns. Desde muito cedo, o próprio activismo trans em Portugal esteve entregue a si mesmo nas margens do associativismo LGB (e T?). Se em vez de uma transexual tivesse sido assassinado um homem gay, aposto que a expressão da indignação, na sociedade e no movimento, teria sido superior e mais consequente.

É de espantar? Temos um movimento maioritariamente feito por mulheres mas dominado e representado maioritariamente por homens, relativamente monocolor no que toca aos grupos sexuais, sociais, étnicos que tenta representar, frequentemente classista, com um olhar excessivamente masculino e uma ordem de prioridades predominantemente representante dos interesses de uma minoria gay *mainstream*, por sinal a que aparenta ser menos solidária com a causa e a mais discriminatória relativamente aos/às trans. Eis o que explica a predominância do movimento *mainstream*, limitado a tácticas de lobby e integração/exigência de igualdade legal e social numa sociedade que não deixou nem deixará por esta via de ser heterossexista e patriarcal, e onde não haverá, portanto, alteração substantiva da desigualdade LGBT.

A centralidade atribuída hoje por parte do activismo ao tema do casamento é exemplo desta tensão entre a situação dramática de uma maioria discriminada e os desejos legítimos de uma minoria relativamente privilegiada na comunidade LGBT. Os movimentos LGBT passaram décadas a lutar contra o sistema de valores e as instituições que conformavam a moralidade e o modelo familiar burguês. Hoje, na senda de conquistas emancipatórias das mulheres - entrada massiva no mercado de trabalho, direito ao divórcio, pílula -, quando se encontram em plena mutação e diversificação as vivências

familiares, exige-se o alargamento do direito ao modelo heterossexual do casamento, ou seja, a integração nessas mesmas estruturas que a sociedade heterossexista inventou para se regular, proteger e auto-reproduzir.

Não é que a reivindicação em si não seja estrategicamente correcta – a igualdade de direitos é um fim a prosseguir, e temas como o casamento ou o direito a adoptar revelam-se denunciadores das contradições discriminatórias actuais, como se vê aliás pela reacção enfurecida da direita a tais reivindicações. Com um peso simbólico evidente, logo transformador, são objectivos tácticos e realistas na sociedade de hoje, mas não questionam profundamente os seus esquemas de dominação e desigualdade. É evidente que a igualdade legal motiva a transformação social e muda no concreto as condições de vida e os recursos de defesa dos grupos discriminados. Mas a luta pela “igualdade legal”, sendo um dos motores para a alteração de mentalidades, não é, para mim, senão parte do contributo para uma mudança decisiva e de mais longo aceso e alcance: o chegar a quem mais precisa, a mudança das pessoas, em particular das que se identificam como LGBT, e a sua mobilização colectiva para uma transformação social que questione profundamente a sociedade desigual, as vidas de todos e todas, e os fundamentos da moral dominante.

Sabemos hoje que as ameaças e agressões contra as transsexuais que se prostituíam com Gisberta na Avenida Gonçalo Cristóvão no Porto, aumentaram exponencialmente após o

crime. Que para parte do movimento isto não seja importante, não ajude a perceber a necessidade de defender este grupo, e que se pense que se responde a um assassinato como a qualquer banal situação discriminatória, com um mero comunicado e vamos para casa de consciência limpa, chega a ser dramático. As contradições evidenciadas pelo crime contra a vida de Gisberta caracterizam o movimento em Portugal e o perfil da discriminação como ela se exerce hoje. Contradições que contaminam a “comunidade” – atenção às aspas - LGBT e o próprio associativismo, e fazem provavelmente do momento actual aquele em que se tornam mais dramáticas as opções tácticas, estratégicas e de conteúdo de um movimento social como temos poucos.

MOVIMENTOS CONTRADITÓRIOS

Há muito pouco tempo ninguém poderia prever a precipitação das evoluções sociais e legais dos últimos anos, nem o grau de visibilidade e evidência que atingiriam as contradições portuguesas face às questões da orientação sexual ou da identidade de género. No conforto do silêncio, quando as questões não eram abordáveis, o preconceito anti-LGBT's sempre beneficiou de um consenso *by default*. Hoje, porém, continuando dominante, ele divide, como nunca dividiu, a sociedade.

Não é só o movimento LGBT que tem uma visibilidade renovada hoje. As próprias vivências homossexuais, embora de forma desigual para os diferentes grupos, ganharam maior

A centralidade atribuída hoje por parte do activismo ao tema do casamento é exemplo desta tensão entre a situação dramática de uma maioria discriminada e os desejos legitimadores de uma minoria relativamente privilegiada na comunidade LGBT



visibilidade, fruto do percurso da luta por direitos e contra a discriminação, e de uma consciencialização política, mesmo que difusa, que não tendo ainda ganho a batalha da auto-estima colectiva e individual da população LGBT, tem contribuído para uma igual visibilização das situações e mecanismos da discriminação. Esta é hoje menos tolerada pelas suas próprias vítimas, e a denúncia é relativamente mais fácil.

Veja-se a sucessão de casos de discriminação que chegaram ao conhecimento associativo apenas no último ano: as agressões homofóbicas em Viseu (e, desde então, denúncias idênticas noutras cidades), o caso das duas alunas lésbicas excluídas de uma escola secundária em Vila Nova de Gaia, situações de discriminação laboral, de exclusão de centros de emprego, de discriminação no acesso à habitação ou em processos conflituosos relativos a guarda de crianças, a perseguição de que foi vítima o casal de lésbicas que iniciou um processo contra o Estado exigindo o direito a casar...

Por outro lado, apesar de novas leis que voltam a introduzir discriminação explícita (adopção, por exemplo), tem sido estonteante o ritmo das alterações legais que têm posto fim, ou estão em vias disso, a discriminações de longa data. Desde 2001, para citar apenas alguns dos episódios, as uniões de facto (ainda por regulamentar), a alteração constitucional, a revisão do Código Penal, que irá também eliminar o artigo 175 que penalizava distintamente os actos de abuso de menores quando homossexuais, a revisão da política de doação de sangue que excluía dadores homossexuais...

Temos então uma evolução legal de saldo positivo acompanhada de uma visibilidade sem precedentes da discriminação e de parte das “vivências desviantes”. Mas uma revolução sexual não está na ordem do dia. Hoje, mais do que tudo, o consumo e a capacidade de consumir, contribuíram para a visibilização de uma parte das vivências homossexuais, mas em função do seu consumo. A extrema mercantilização do sexo, da sexualidade e do corpo concorre com a ideologia na redefinição das vivências e dos modelos sexuais, tem sido mais agente de mudança que qualquer grupo social, criando movimentos contraditórios em que coexistem o reforço dos papéis tradicionais e a cristalização igualmente absurda de identidades sexuais (identificadas com perfis de consumo), com uma diluição acelerada destes mesmos papéis e das próprias categorizações sexuais. Prova disso, a lógica *queer* assumida hoje por muit@s jovens que vivem uma sexualidade aberta a diferentes experiências sem grande identificação com o universo “LGBT”, que ajudam a perceber as vantagens de se lutar por frentes abrangentes e inter-movimentos por uma revolução sexual necessária, mais do que simplesmente por direitos LGBT no contexto de uma dominância hetero que continua a constituir um sistema político e ideológico estruturador.

Apesar dos avanços já referidos dos últimos anos, e precisamente em reacção aos mesmos, temos do outro lado uma ofensiva moral igualmente sem precedentes que identifica os direitos sexuais com a decadência da civilização ocidental. Aumentam hoje – sendo re-legitimados – os discursos discriminatórios, muitas vezes sob um disfarce *friendly*, e mesmo novos discursos de incitação do ódio. Essa re-legitimação faz-se por exemplo através do argumento da liberdade de expressão tal e qual foi colocado na crise dos cartoons dinamarqueses, a ponto de uma empresa com capitais públicos como

a GALP achar que seria pacífico fazer um hino para a sua campanha de apoio à selecção portuguesa no Mundial 2006 que incluía a estrofe “quem chegar por último é painelero”.

Do simples “humor” ao mero exercício da “liberdade de expressão”, com as associações LGBT a serem acusadas de censura por se oporem à utilização do termo, os argumentos com que se tentou justificar tal campanha são ainda mais trágicos quando percebemos que este argumento da liberdade de expressão também cola à esquerda para justificar os receios de legislar contra os incitamentos ao ódio e ao preconceito. No limite, estariam os jovens do Porto a exercer a sua liberdade de expressão? E os padres que lhes ensinaram que a homossexualidade é para condenar? Que distância vai entre o insulto e um assassinato num contexto de discriminação generalizada?

CHEGAR À MAIORIA

A profusão recente de estudos LGBT em algumas universidades portuguesas dá-nos hoje alguns instrumentos para perceber que um movimento social feito de poucas pessoas, relativamente frágil e sem estruturas formais, com pouca capacidade para criar espaços de socialização alternativa, foi e é, no entanto, capaz de “mexer” profundamente na sociedade. Sabemos hoje, sem grande surpresa, que a influência deste(s) associativismo(s) ultrapassa em muito o que seria de esperar da sua dimensão formal. Que as associações que o compõem têm sido local de passagem para milhares de pessoas, seja por necessidade de emancipação pessoal ou por militância, ou ambas, e que estas e muitas outras pessoas LGB ou T se identificam mais com o movimento do que se poderia supor, mas limitam-se, na maioria do tempo e dos casos, a uma simpatia distante.

Uma distância gigantesca separa uma minoria sobretudo gay, urbana, informada, consumista e hedonista, relativamente integrada e emancipada – nem sempre mais assumida – com um nível e contexto de vida que permite viver “homossexualmente”, mas que é em grande medida conservadora, indiferente ao movimento, pouco solidária e preconceituosa. E temos no reverso da medalha uma maioria obscura de LGBT’s sem condições para uma emancipação ou para qualquer tipo de visibilidade, em que continuam a misturar-se gays e lésbicas que ocultam a sua orientação sexual por trás de uma aparência hetero, homens casados que engatam no IP5 ou nos jardins das cidades, jovens torturad@s entre o preconceito e uma identidade que não querem reconhecer em si mesm@s, transexuais que se prostituem porque mais nada lhes resta, gays e lésbicas isolad@s no seu medo e anonimato, vítimas de discriminação sem meios de defesa ou de partilha da sua situação.

É nesta vulnerabilidade, nesta maioria que continua no armário – a mais difícil de abordar e a que menos se expressa – que reside um verdadeiro potencial de radicalização, transformação social estruturante e mobilização real pelo movimento LGBT, para lá da “igualdade de direitos”, para lá mesmo dos “direitos LGBT”, relacionando as lutas contra a injustiça, encarando a luta pelos direitos sexuais de toda a gente como mais uma luta emancipatória e libertadora do conjunto da humanidade, desejando sem medos o fim do heterossexismo, do patriarcado e das categorias sexuais e de género pelas quais continuamos a reger-nos.

* Sérgio Vitorino é activista do colectivo “Panteras Rosa”
sergiovitorino@combate.info

PASSADOS SETE ANOS E DEZ ELEIÇÕES DESDE O NASCIMENTO DO BLOCO DE ESQUERDA, A ORGANIZAÇÃO ABRIU UM PERÍODO DE REFLEXÃO INTERNA SOBRE A EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO E OS DESAFIOS QUE O NOVO CICLO POLÍTICO LHE COLOCA. DURANTE ALGUMAS SEMANAS ESTA DISCUSSÃO PERCORREU O PAÍS EM ASSEMBLEIAS DE ADERENTES E FOI RECOLHENDO CONTRIBUTOS VÁRIOS. **AQUI PUBLICAMOS DUAS REFLEXÕES NESTE DEBATE EM ABERTO.**

UM TEXTO (EM) ABERTO

JOÃO TEIXEIRA LOPES*

QUE A HISTÓRIA não está necessariamente do nosso lado. Que o progresso não é linear, nem permanente. Que é possível haver, por conseguinte, regressões mas que estas não são o retorno a um mero ponto anterior de um qualquer modelo evolucionista, antes uma recomposição. Que não há nenhum paradigma de sociedade ou de país que nos sirva de «farol», mas que não nos sentimos órfãos. Que o socialismo não dispensa a liberdade. Que o colectivo jamais pode esmagar a subjectividade dos activistas. Que a rede é mais do que uma metáfora – é já a realidade, embora embrionária e por explorar nas suas enormes potencialidades. Que só seremos vanguarda se não nos deixarmos toldar pela preguiça teórica e prática; se escaparmos ao activismo pelo activismo; se vencermos a tentação do controleiro; se tivermos mais dúvidas na mão do que verdades.

Estas são leituras – possíveis – de um texto aberto: o «rumo estratégico» do Bloco de Esquerda para os próximos três anos. Uma advertência, antes de prosseguir: a estratégia não é inimiga da táctica mas deve precedê-la lógica e ontologicamente. Nenhuma tarefa, nenhum conjunto de objectivos operativos, nenhum caderno de activista pode passar sem uma arquitectura, um fio condutor, um modelo ideológico que, longe de ser receituário ou cartilha, permita algo mais do que «navegar à vista» ou ficar preso nos golpes palacianos, no frenesim mediático da espuma dos dias. Se este é, pois, um texto aberto, retomemos, então, o conceito de «obra aberta» de Umberto Eco: não há um sentido único, tampouco uma interpretação unívoca ou oficial. O texto tem a plasticidade suficiente para uns realçarem certas dimensões e outros enfatizarem caminhos diversos. O texto será sempre incompleto e dialógico: a sua construção não depende apenas da vontade dos autores, dissemina-se nas leituras, interpretações e apropriações dos receptores. Apropriar um texto é torná-lo seu, adaptá-lo a uma estrutura cognitiva, «aconchegá-lo» a um quadro mental

e cultural. Mas, seguindo ainda Eco, há interpretações mais verosímeis do que outras e, sobretudo, há sobreinterpretações que se edificam em sentidos que nunca fizeram parte da intencionalidade dos autores. O texto, tem, pois, parâmetros. Não se trata de uma aventura niilista onde tudo se equivale e onde, supostamente, tudo pode ser lido.

Retomemos, então, algumas teses (ou parâmetros de inteligibilidade do texto) :

1. O Bloco afirma-se contracultural; a contracultura está longe de se confinar às «causas fracturantes»; é tão «fracturante» propor o casamento homossexual como um modelo alternativo de financiamento do sistema de segurança social. O Bloco é socialista, logo, anticapitalista. Ser anticapitalista é adoptar posturas e práticas contraculturais: o capitalismo não é apenas um modo de produção: é um sistema simbólico, uma mundividência, uma ordem cultural.

2. Avançaria, aliás, com um postulado que está, a meu ver, subjacente a toda a retórica argumentativa sem ser, todavia, explicitado: o Bloco, na senda de um marxismo heterodoxo e renovado, reconhece que é um retrocesso continuar a hierarquizar de forma evolutiva e universal as necessidades humanas: *a luta toda* requer uma noção de emancipação profundamente dialéctica e liberta do determinismo do factor fundamental e de qualquer tipo de centralidade exclusivista (nos estilos de vida e na inflação do estético encontramos as características estruturais do capitalismo avançado, do mesmo modo que as culturas de classe se diversificam, orientando-se muito mais pelos símbolos de referência do que de pertença).

3. O neoliberalismo e a globalização financeira são o capitalismo realmente existente. A alternativa não passa pelo modelo estalinista do PCP, pela lógica das trincheiras ou pela

epopeia da resistência. Não passa, tampouco, pela matriz social-liberal da chamada social-democracia, essencialmente preocupada em criar almofadas sociais caritativas que evitem o alastrar da reivindicação e da insatisfação organizada e, deste modo, em facilitar a destruição da vaga conservadora e ultraliberal.

4. O Bloco procura a pluralidade nas suas formas de relacionamento com os movimentos sociais e não se coaduna, de igual modo, com qualquer tique ou tentação de aparelho, de profissionalização de vanguardas, fomentando uma acção colectiva organizada em que se cruzam militantes e simpatizantes, grupos temáticos e grupos de discussão transversal, modalidades organizativas ágeis e flexíveis que não asfixiem a permanente urgência da inovação teórico-prática. A organização é instrumental e sê-lo-á tanto mais quanto resolver com eficácia, celeridade, comunicação e democracia as necessidades quotidianas daí decorrentes.

Não creio que seja premente discutir os epítetos, apesar da linguagem ser intrinsecamente ideológica e desprovida de qualquer imaculada ingenuidade ou confortável neutralidade. Alguns camaradas gostariam de nomear esta esquerda de pós-moderna. Só teríamos, ao adoptar tal qualificativo, equívocos estéreis, tantas são as versões de tal paradigma. Além do mais, seria um convite para um salto mortal, no qual não entro: o de nos considerarmos pós-comunistas ou mesmo pós-socialistas, à semelhança do que acontece com a Refundação Comunista em Itália. É que, nessa ideia do advento da pós-modernidade (no seu estimulante caldo de pluralidade, intertextualidade, patchwork, interculturalidade e compreensão das sociedades pós-coloniais), existe, todavia, uma tremenda contradição e alguma arrogância mal disfarçada, herdeira do pior evolucionismo: a pós-modernidade, a despeito de recusar retoricamente qualquer exercício de imposição, apresenta-se, afinal, como a Superação da modernidade, uma nova Era que dissolve (por decreto...) todas as Eras anteriores e posteriores. Prefiro, francamente, a ideia de uma permanente reinvenção da teoria crítica neste processo de modernidade inacabada.

Mas a discussão mal iniciou. O pior que poderia acontecer a este texto seria resvalar, rapidamente, para a gaveta dos nossos tédios e inacções. Houve, apenas, uma primeira ronda, que culminou com a aprovação na Mesa Nacional. O importante, agora, está na inquietação criativa, na produção de novas ideias e práticas, longe de qualquer cristalização para os próximos três anos. Esta não é uma cartilha para ser debitada: é um argumentário para a busca metódica de nós mesmos.



* João Teixeira Lopes é dirigente do Bloco e professor universitário.
joaoteixeiralopes@combate.info

Alguns camaradas gostariam de nomear esta esquerda de pós-moderna. Só teríamos, ao adoptar tal qualificativo, equívocos estéreis, tantas são as versões de tal paradigma. Além do mais, seria um convite para um salto mortal, no qual não entro: o de nos considerarmos pós-comunistas ou mesmo pós-socialistas



MANIA DA INSATISFAÇÃO

HUGO DIAS E JOÃO LUCIANO VIEIRA *

“O RUMO ESTRATÉGICO DO BLOCO” É UM DOCUMENTO POUCO HABITUAL NA POLÍTICA PARTIDÁRIA. UMA DIRECÇÃO QUE QUESTIONA EM VEZ DE AFIRMAR, CONTRARIANDO ASSIM O QUE É A PRÁTICA CORRENTE NA GENERALIDADE DOS PARTIDOS, É UMA DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA DE UMA NOVA FORMA DE ENTENDER A PRÁTICA DIRIGENTE.

OUTRAS HISTÓRIAS

O referido texto estratégico parte de um enquadramento da discussão, centrando-o nas questões sobre a modernidade/antiguidade clássica ou nos debates da sociedade norte-americana dos anos setenta. É uma discussão interessante, mas situada temporalmente e com utilidade apenas para o debate com os nossos adversários - para compreender o pensamento neo-conservador, mas não uma nova esquerda. O facto de os nossos adversários se socorrerem dessas questões deve-se provavelmente ao facto de o Bloco ser um fenómeno incompreensível para eles. A novidade do Bloco deve ser entendida em 2006, 7 anos depois da sua formação, com os elementos de novidade da sociedade portuguesa e do seu contexto internacional.

Mas voltemos aos anos setenta para contar outra história. Num momento em que a lógica nuclear da guerra-fria dominava o planeta, um grupo de investigadores em computação americanos percebe que nenhum sistema de informação po-

deria sobreviver a uma guerra, seguindo a lógica tradicional de guerra de fortalezas, posições e trincheiras. Seguindo essas regras nenhum sistema de informação teria qualquer interesse ou viabilidade. Ora a solução encontrada era mudar as regras ou, falando caro, mudar de paradigma. A solução passou por fazer com que os sistemas de computação estivessem distribuídos, garantindo o máximo de autonomia em cada um dos elementos, fazendo com que em caso de ataque nuclear, todos os restantes nós se mantivessem operacionais e comunicantes. Garantia-se assim o funcionamento global do sistema. A esse modelo de infra-estrutura deu-se o nome de funcionamento em rede. Em 1971, com apenas 15 computadores ligados aparece aquilo que é hoje conhecida como a *Internet*.

OS PRIMEIROS PASSOS

A relevância eleitoral do Bloco surge não apenas por estar por cumprir aquilo que é definido como a “agenda da modernidade”. O Bloco está na política enquanto herdeiro dessa “agenda” – é certo – mas com uma forma de intervenção que não se coaduna com as ferramentas tradicionais de análise política. Isto é verdade não só para adversários (de esquerda ou de direita) mas também para companheiros de estrada. Quem quer que já tenha passado pela tarefa de explicar o Bloco a um militante da extrema-esquerda francesa, percebe toda a amplitude da questão.

O Bloco lança na esquerda portuguesa formas inéditas e criativas de fazer política. No momento inicial, nasceu da união de diversos partidos grupusculares da esquerda não parlamentar. O desafio era criar formas organizativas em que as tensões entre miscigenação e sectarismo fossem ultrapassadas privilegiando a aprendizagem mútua e a afirmação de unidade. Seríamos ingénuos se pensássemos que este processo decorreu sem conflitos ou contradições, estando neste momento ultrapassado em absoluto. É no entanto um traço dominante e que corresponde à prática organizativa maioritária. Esse desafio foi vencido, ao ponto dos partidos fundadores se terem dissolvido em correntes políticas que programaticamente não desejam voltar a ter expressão eleitoral própria. O Bloco tornou-se maior que a soma das partes e venceu o primeiro desafio – nascer.

AS PULGAS MATAM-SE DE MUITAS MANEIRAS

O segundo desafio era o da credibilidade. Tal como é referido no “Rumo Estratégico do Bloco” esse desafio foi ultrapassado com o sucesso eleitoral, com a capacidade de intervenção do seu grupo parlamentar, com a notoriedade e reconhecimento dos seus dirigentes, com a firmeza das suas escolhas nos debates que atravessaram a sociedade portuguesa. O Bloco venceu este desafio num terreno enormemente armadilhado. Não existia em Portugal uma tradição política autónoma das dinâmicas partidárias (aqui exceptuamos os movimentos estudantis do período cavaquista). Entretanto surgiram mobilizações inéditas que denunciaram a hipocrisia internacional no caso de Timor e no caso Iraquiano. Curiosamente no momento em que se procura modificar de forma mais ampla e conservadora os direitos sociais dos assalariados, a greve geral marcada contra o governo PSD-CDS tem uma expressão limitada e denota as fragilidades do movimento sindical em momentos críticos de emergência social.

A credibilidade e o sucesso do Bloco resultam então de um núcleo chave de quadros políticos que conseguiram fazer singrar a organização, apesar da inexistência de um movimento social com continuidade temporal, com capacidade de criar quadros e consciência social. Curiosamente algo comum noutros países da Europa do sul.

Não temos neste processo uma perspectiva mecanicista. Não pensamos que o Bloco tenha mais ou menos mérito por se ter constituído desta forma, numa forma inversa (simplisticamente) ao que foi o processo, p.ex, do PT Brasileiro. As pulgas matam-se de muitas maneiras, mas apesar disso devemos ter consciência da forma como o fizemos e como o queremos fazer.

A CULTURA DA EFERVESCÊNCIA

O terceiro desafio, que é o presente e portanto aquele que é mais importante, é o de termos a capacidade de ser maioria social. Aqui todos os olhos se arregalam. O Bloco soube nas últimas legislativas responder de forma coerente ao desafio da institucionalização. Não queremos ser apêndices de um governo neo-liberal do Partido Socialista. Nem, ao contrário do PCP ou do CDS, pensamos que o sucesso da nossa intervenção institucional possa ser medido pela capacidade de participar a qualquer preço num executivo. Ser maioria social é um desafio muito maior, mais empolgante e genuíno do que conseguir ter no paladar o sabor do poder governativo.

Pelo contrário, como é correctamente enunciado no texto, é necessária uma cultura política própria capaz de no país gerar movimento, capacidade de resistência mas sobretudo capacidade de fazer propostas que impliquem mudanças efectivas. Essa é a semente subversiva da transformação. Justamente por isso, e como o texto estratégico refere, há que considerar *“que a luta emancipatória do Trabalho é inseparável de todos os outros referenciais de transformação e modernização. E que entre os diferentes conflitos que atravessam a sociedade não têm que se estabelecer hierarquias ou subordinacões ao serviço de uma visão partidária, mas antes desenvolvimento combinado e articulação.”*

Que cultura é então esta, que tenha capacidade de reduzir o (neo)conservadorismo a um fenómeno inoperante no seio da sociedade portuguesa? A metáfora da rede pode ser aqui lembrada. A ideia pode ser enunciada da seguinte maneira: há uma tensão entre as formas clássicas de organização e novas formas que privilegiam o funcionamento organizativo em rede, em que cada um dos nós da rede tem autonomia própria e capacidade de intervenção por si só. O Bloco tem no seu seio boas sementes para que estas formas de informalidade possam ganhar força. Uma nova cultura política capaz de se constituir com força em Portugal deverá ter a capacidade de criar laços entre as pessoas, permitir que se estabeleça activismo para além de formas centralizadas de acção e que garantam finalmente a existência de um novo corpo social de esquerda, com quadros formados num cadinho completamente diverso daquele que resultou do período marcado por 74 e décadas seguintes. Essa é uma das conclusões que podemos tirar do movimento de Fóruns Sociais em geral e de outras experiências mais locais relevantes, como alguns aspectos do movimento contra a guerra (na Grã-Bretanha), o movimento zapatista (México), as experiências organizativas precárias em torno do

Há uma tensão entre as formas clássicas de organização e novas formas que privilegiam o funcionamento organizativo em rede, em que cada um dos nós da rede tem autonomia própria e capacidade de intervenção por si só. O Bloco tem no seu seio boas sementes para que estas formas de informalidade possam ganhar força

May-Day (Itália), a rede de colectivos *Sans Papiers* (França), as redes informativas *Indymedia* (EUA) e, voltando mesmo até lá atrás, as comissões de trabalhadores e moradores do pós-25 de Abril (Portugal). Este movimento popular é em Portugal muito incipiente, e tanto orgânica como programaticamente embrionário. A sua experiência organizativa em sentido lato é no entanto relevante e com consequências ao nível da nossa própria forma de funcionar.

OPTIMISMO

Este terceiro desafio, o de ser maioria social, sendo muito mais empolgante que a clássica questão da tomada do poder, encerra em si mesmo optimismo. Mas esse optimismo não é só uma questão de crença abstracta, como seria certamente apenas há meia dúzia de anos atrás. O Bloco tem núcleos geograficamente muito dispersos, com ritmos e experiências muito próprias. Com este optimismo não queremos escamotear dificuldades. A primeira das quais resulta da necessidade que tivemos até hoje em mimetizar o aparelho de estado. Nesse sentido a transversalidade e a informalidade que é necessária num movimento em rede, aprofundaria o papel das direcções locais e dos núcleos enquanto fóruns de coordenação e não como organizadores exclusivos da agenda central / eleitoral de Lisboa. O desafio é portanto o de criar em Portugal um movimento político capaz de ser catalizador da efervescência social e tornar-se um fórum capaz de agregar de forma aberta a maioria dos activistas do país.

O argumento conservador proclama que só existe espaço para os partidos tradicionais, dois à esquerda e dois à direita, cujo modelo de governação assenta num bloco central que se alterna mas que é indistinto nas políticas estruturantes. No entanto, para além dos partidos do “centrão”, as formações situadas lateralmente deste espectro político, neste caso o PCP e o PP, representando sectores sociais específicos, assumem

igualmente um papel de elemento integrador da dissidência dentro da arquitectura institucional da democracia representativa burguesa. A participação em instituições do aparelho do Estado e a sua manutenção ao longo do tempo pode conduzir, caso não exista um sentido apurado sobre qual é o projecto estratégico de transformação social do Bloco, a uma integração no sistema hegemónico. Assim, o combate à institucionalização e à rotina, passa por buscar as formas de articulação da acção política institucional e extra institucional, num projecto que, mais do que exercer o poder tal como ele é concebido, visa operar uma transformação radical nas relações desiguais de poder existentes nas mais diversas esferas da vida. Essa articulação não pode ser tão só proclamada mas sim consubstanciada nas práticas organizativas e consequentemente na afectação de recursos materiais e humanos.

UM PERCURSO EM DUAS PERNAS

Neste sentido o Bloco será uma forma original bicéfala de política, onde activistas sociais com uma constelação de intervenções específicas se podem encontrar para definir programas de unidade que disputem o território do aparelho de estado, da mesma forma que disputam o espaço das vivências sociais de base, ligadas a formas não representativas do poder político. Esta efervescência é a autonomia dos nós da rede. Este é o desafio dos próximos anos. Manter a credibilidade e o sucesso da intervenção dos nossos eleitos ao mesmo tempo que desenvolvemos um projecto de efervescência social capaz de se articular com as dinâmicas da sociedade. Que se crie o terreno propício para a formação de corpo social, de criação de cultura política, de discussões consequentes e de uma prática organizativa onde a acção e a discussão andam lado-a-lado. Assim se formarão quadros políticos fazendo com que no binómio “sucesso eleitoral / transformação social”, os termos não façam sentido isoladamente.

Se se tomar um enfoque paradigmático, pode-se argumentar que a noção de modernidade se encontra intrinsecamente associada ao contexto do século XX, à ideia de um bem absoluto, de um programa político máximo, de uma ordem social que poderia (assim se acreditava) ser caracterizada a régua e esquadro

UM MOVIMENTO DE MOVIMENTOS

O Bloco não é hoje um partido frentista ou um partido onde as suas correntes sejam estáticas no tempo. Sendo o Bloco um processo de aprendizagem colectivo, também as correntes que lhe deram origem se transformaram drasticamente com a sua integração no movimento. Nenhuma dessas correntes pode prescindir hoje do Bloco, tal como o Bloco veria reduzido dramaticamente o seu arco-íris com a saída de qualquer das suas componentes. Acharmos que no entanto deve ser discutida colectivamente a novidade deste modo de fazer política, as limitações e potencialidades desse modelo.

Há duas formas de encarar este modelo. Poderíamos pensar que as correntes serviriam para exprimir expressões programáticas próprias, partilhando entre si regras de partilha interna de poder, criando um consenso blindado no centralismo de cada uma e numa cadeia de comando (in)formal à qual responderiam os seus membros, condicionando debates e decisões ao nível das diferentes instâncias do Bloco. Nesta lógica de funcionamento os bastidores precederiam o palco.

Outra perspectiva é a de que as correntes, ainda que herdeiras de tradições próprias, serviriam como espaços de questionamento, fóruns de debate específicos e como elementos naturais da democracia interna. Nesta lógica o palco, melhor dizendo, os palcos, seriam transparentes e em grande medida abertos a todos os membros do Bloco. Na exacta medida em que soubéssemos os princípios de cada um, em todos os debates haveria clareza de posições e não seria necessário discutir sempre as pedras basais da nossa intervenção a partir do zero, repetindo *ad nauseam* princípios e posições específicas.

Isto significa confiança e conhecimento mútuo, apesar das divergências específicas. Significa reconhecimento de legitimidade na organização colectiva interna e na vontade comum de recombinação, aprendizagem e de criação de espaços crioulos.

PAROLE, PAROLE, PAROLE

Uma questão final sobre as palavras. Por muitas vezes ouvimos falar sobre a “esquerda moderna”. Faz sentido fazê-lo no contexto político e de agit-prop, mas é um pouco estranho lê-lo em textos de definição programática.

Se tomarmos como escala de análise a do tempo presente, podemos com certeza classificar o nosso projecto de moderno em relação à agenda conservadora dos nossos opositores.

Aqui existe naturalmente uma disputa de sentidos e de significados, em que procuramos combater a simbologia da mudança, do moderno, do progresso que tem sido hegemonizada pela direita. Assim para esta, as “reformas modernas” significam a privatização dos bens públicos e a desregulamentação das relações laborais. Nesse sentido a reapropriação por parte da esquerda desta palavra significa a disputa do seu significado, incorporando-lhe novos valores, nomeadamente os da ampliação do cânone democrático e da conquista de direitos sociais e políticos, relegando a direita para o campo do conservadorismo e da regressão social. O resgate do significado das palavras é um bom ponto de partida na construção da acção política. Até aqui tudo bem.

Se se tomar um enfoque paradigmático, pode-se argumentar que a noção de modernidade se encontra intrinsecamente associada ao contexto do século XX, à ideia de um bem absoluto, de um programa político máximo, de uma ordem social que poderia (assim se acreditava) ser caracterizada a régua e esquadro. A ideia moderna de ordem é a da prevalência do centro sobre a periferia, da direcção sobre as bases. É a lógica da cadeia de comando, dos modelos de produção de Taylor ou de Ford. É a lógica da dissuasão nuclear ou no seu limite, da máquina de extermínio nazi.

A modernidade é assim entendida como uma antítese da lógica da movimentação. Da prevalência do processo sobre a estrutura, da dinâmica e da interacção sobre programas e dogmas pré-estabelecidos, da mutação sobre o definitivo, do que é dialéctico sobre o que é estritamente mecanicista.

O debate paradigmático pode e deve ser tido mas cremos que não seria este o propósito da reflexão estratégica que se desenrolou. Assim, talvez preferíssemos outra palavra quando é usada por diversas vezes o termo “esquerda moderna”.

O que abre em Portugal espaço social para um movimento como o Bloco é o final do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização e na mecanização. Esse era o princípio da modernidade mas não é o princípio do momento em que vivemos. Recriar sentido para palavras, inventar conceitos e criar novos significantes será apenas mais um dos desafios a que nos lançamos enquanto organização.

* Hugo Dias é sociólogo e investigador hugodias@combate.info
João Luciano Vieira é engenheiro electrotécnico e de computadores
joaolucianovieira@combate.info

ENTREVISTA A **DANIEL BENSAÏD**

CINZIA ARRUZA *

**«ESTES JOVENS
EM LUTA QUEREM
DESEMBARAÇAR-SE
DUMA VEZ POR
TODAS DO PESO DOS
SOIXANTE-HUITARDS»**

A EXTRAORDINÁRIA MOBILIZAÇÃO DOS ESTUDANTES FRANCESES OBRIGOU AO RECUO DE CHIRAC E DO GOVERNO NA SUA VONTADE DE DAR RÉDEA SOLTA AO PATRONATO PARA DESPEDIR JOVENS ATÉ AOS DOIS PRIMEIROS ANOS DE CONTRATO. NESTA ENTREVISTA FEITA ANTES DO DESFECHO DA LUTA CONTRA O CPE, DANIEL BENSAÏD, UM DOS DIRIGENTES MAIS DESTACADOS DO MAIO DE 68, ANALISA AS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE OS DOIS MOVIMENTOS.

A MOBILIZAÇÃO CONTRA O CPE É A TERCEIRA MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM FRANÇA NUM ANO: PENSAS QUE SE PODE FALAR DE UMA NOVA VAGA DE LUTAS SOCIAIS EM FRANÇA?

Há várias formas possíveis de dividir o movimento social por períodos em França. As greves do Outono de 1995 contra a reforma da Segurança Social e pela defesa do serviço público marcaram sem dúvida uma data chave na resistência às contra-reformas liberais. Se esta luta não pôde impedir a reforma de se aplicar, ela levou à queda diferida (um ano depois) do governo Juppé. Por outro lado, ela inscrevia-se num movimento mais geral de oposições crescentes às políticas liberais que se exprimiu a partir de 1999 no movimento alter-mundialista.

Uma nova sequência de lutas surgiu a partir da eleição presidencial de 2002 e do resultado conseguido na altura por Jacques Chirac, eleito à segunda volta graças ao medo de Le Pen com um resultado à Loukachenko (82% dos votos!), apesar de na primeira volta ter obtido apenas 18%!

Dai resultou uma maioria e um presidente com uma legitimidade muito fraca e no entanto bastante brutais na persecu-

Em 1968 queria-se incendiar a Bolsa, mas hoje para os jovens guettizados nas suas cidades, o centro das cidades é uma terra estrangeira e hostil. Eles revoltam-se no seu território familiar, lá onde se sentem mais em casa, com o risco de auto-destruir os reduzidos equipamentos sociais e escolares que simbolizam também a sua derrota

ção das reformas liberais. Assim, houve em 2003 uma grande movimento de mobilização contra a reorganização das reformas (com uma greve de várias semanas dos professores), mas este movimento foi derrotado. Tivemos dois anos de lutas locais contra as deslocalizações e as privatizações, mas a maior parte delas derrotadas (como várias greves duras em Marselha no Outono passado). Mais do que de uma nova vaga de lutas, poder-se-ia por isso falar de um endurecimento das resistências sociais, mas o futuro depende agora muito do resultado da luta contra o CPE. Uma mobilização desta amplitude não acontece todos os anos. É por isso que o governo e os manifestantes (movimentos juvenis tanto quanto sindicatos, pais, etc.) estão conscientes do que está em jogo. Seria de facto um pouco limitado atribuir a intransigência governamental ao carácter psico-rígido de Villepin. Ele é-o sem dúvida, mas isso é secundário relativamente ao facto de o governo saber muito bem que se conseguir permanecer forte apesar desta mobilização, o horizonte estará aberto para o desmantelamento ainda mais sistemático do Código de Trabalho, a precarização generalizada, a flexibilização, o endurecimento da legislação discriminatória sobre a emigração etc. Pelo contrário, se ele for forçado a recuar, as reformas liberais ficariam bloqueadas até à eleição presidencial de 2007 e o clima seria tal que mesmo em caso de vitória da esquerda social liberal esta teria dificuldade em encontrar margens de manobra numa relação de força menos desfavorável ao movimento social.

ACREDITAS QUE EXISTE A POSSIBILIDADE DE CRIAR LIGAÇÕES ENTRE AS DIFERENTES LUTAS SOCIAIS? E, SE SIM, COMO? A RELAÇÃO ENTRE OS ESTUDANTES E OS JOVENS DOS SUBÚRBIOS É FREQUENTEMENTE TENSA...

É mais do que uma possibilidade. Essas ligações já existem. O que é muito lógico dado que a questão do Contrato Primeiro Emprego (CPE) ilustra e cristaliza a precarização generalizada do emprego em diferentes formas e a diferentes níveis. É por esta razão que a mobilização comum jovens/assalariados não é proveniente desta feita de uma “solidariedade” exterior dos segundos para com os primeiros, mas de uma causa comum. É também isto que explica a participação dos professores no movimento (participação e não solidariedade) ou o apoio das principais organizações de pais dos alunos nas manifs, mesmo nas ocupações e bloqueios de estabelecimentos escolares.

Contrariamente ao que veicula a grande mentira governamental, o CPE não é uma resposta dirigida ao levantamento dos subúrbios em Novembro último, destinado a abrir o mercado de trabalho aos jovens mais excluídos e menos dotados

de capital escolar. É apenas o irmão gémeo do contrato novo emprego (CNE) destinado aos desempregados e posto em vigor de surpresa, em plenas férias, em Agosto 2005, durante a marcha acelerada dos cem primeiros dias do governo Villepin. A rapidez da medida e o peso do desemprego e da precariedade sobre os assalariados fizeram com que a resposta não tivesse acontecido. Mas os sindicatos compreenderam perfeitamente que se tratava de uma ofensiva dirigida contra o código de trabalho e as garantias de negociação colectiva. Há então uma base comum e interesses convergentes, mesmo se eles não são espontaneamente conscientes em todos os actores.

É aqui que entra a relação entre estudantes e jovens dos subúrbios. Mas as categorias são discutíveis e a sua oposição é em larga medida artificial. Sociologicamente em primeiro lugar. A grande maioria dos jovens ditos dos subúrbios são também estudantes como os outros que manifestam e ocupam os seus liceus e as suas faculdades.

O governo falou muito de “mistura social” depois do levantamento de Novembro. Na prática, esta retórica apenas resultou numa promoção homeopática de figuras saídas do que se chama doravante no discurso oficial “as minorias visíveis”: um ministro da “igualdade de oportunidades” de origem magrebina, um “governador civil muçulmano” nomeado por Sarkozy, um apresentador intermitente de televisão antilhano... A verdadeira mistura social encontra-se pelo contrário na grande “maioria invisível” dos manifestantes, na rua, nos anfiteatros. Basta observar os cortejos dos “colégios” dos subúrbios.

Daí que a oposição entre faculdades e subúrbios (ou entre verdadeiros estudantes e desordeiros) seja uma construção discursiva do poder e dos médias.

Assim sendo, o famoso ministro da igualdade de oportunidades (os jovens suburbanos baptizaram-no como “o graxista da República”) publicou a 17 de Março uma coluna escandalosa no jornal *Libération*: “Em Novembro, pediu-se aos jovens suburbanos para respeitar a lei francesa. Os seus actos de destruição foram severamente sancionados. Eis porque estes mesmos jovens não compreenderiam porque os estudantes teriam o poder de mudar uma lei com a qual não concordavam ocupando as universidades e a rua.”

É preciso por isso ser claro sobre as proporções. A grande maioria dos jovens ditos suburbanos faz parte do movimento anti-CPE como os outros. Pode haver uma minoria, muito infima (algumas centenas relativamente às centenas de milhares de manifestantes) que agridem as manifs (espontaneamente ou não). Nestes é necessário distinguir entre as resistências legítimas às violências estruturais da sociedade, à brutalidade



Se os media internacionais se interessam pela comparação entre o Maio 68 e o Março 06, os franceses fazem muito menos esta comparação, e os jovens mobilizados parecem sobretudo querer desembaraçar-se de uma vez por todas do peso invasor dos *soixante-huitards* cansados e das suas récitas de antigos combatentes

passageira, às violências quotidianas de diferentes graus (do assédio policial ao assédio moral, passando pelas humilhações quotidianas). É por isso que nós apoiámos incondicionalmente os motins suburbanos. Eles eram legítimos, face às múltiplas formas de segregação (social, espacial, escolar, racial), mesmo se as suas formas e a sua eficácia pudessem ser por vezes discutíveis. Mas para poder discutir, era necessário primeiro apoiar e compreender antes de julgar. Assim, se certas violências eram auto destrutivas e autofágicas, prejudicando o vizinho ou os equipamentos sociais tomados como símbolos da instituição estatal em geral, isso é o produto de uma situação. Em 1968 queria-se incendiar a Bolsa, mas hoje para

os jovens guettizados nas suas cidades, o centro das cidades é uma terra estrangeira e hostil. Eles revoltam-se no seu território familiar, lá onde se sentem mais em casa, com o risco de auto-destruir os reduzidos equipamentos sociais e escolares que simbolizam também a sua derrota.

Da mesma forma, esses jovens manifestantes que afrontam a polícia não são necessariamente os desordeiros que o governo denuncia (os relatórios imediatos sobre os manifestantes presos indicam que se trata, até agora, na sua grande maioria de estudantes “normais”). E mesmo se os jovens num percurso de uma manifestação partem uma vitrina para se presentear com os óculos de sol que nunca poderiam pagar, isso não

O controlo dos partidos e sindicatos tradicionais sobre os trabalhadores é bem menor que em 1968 e a cultura democrática dos movimentos sociais progrediu no decurso das experiências de comités de greves, de coordenação, das assembleias gerais, mais ainda porque os novos meios de comunicação permitem romper o monopólio das direcções burocráticas centralizadas sobre a circulação de informação

é bom para a imagem da manif, mas não tem nada de dramático. Pelo contrário, quando grupos (de algumas dezenas) agridem os manifestantes nos cortejos (o que já tinha acontecido no movimento do ensino secundário do ano passado) para lhes roubar os telefones, põem em causa o direito de manifestação, aterrorizam os manifestantes e assumem o papel clássico dos fura greves. É a pequena fracção tradicional de lumpen que parasita o movimento e pode servir por vezes de grupos de choque para a direita. É sem dúvida a expressão de um mal-estar. Mas compreendê-lo não a justifica. Importa por isso que os serviços de ordem das manifestações, sem colaborar com a polícia, assegurem a segurança das manifestações contra estas provocações.

QUAIS SÃO AS ANALOGIAS E AS DIFERENÇAS ENTRE ESTE MOVIMENTO CONTRA O CPE E OUTROS MOVIMENTOS DE ESTUDANTES EM FRANÇA NO PASSADO? O MAIO DE 68 POR EXEMPLO?

Se os media internacionais se interessam pela comparação entre o Maio 68 e o Março 06, os franceses fazem muito menos esta comparação, e os jovens mobilizados parecem sobretudo querer desembaraçar-se de uma vez por todas do peso invasor dos *soixante-huitards* cansados e das suas récitas de antigos combatentes. As semelhanças são quase as mesmas que podem ser encontradas em todos os grandes movimentos de juventude desde meio século: entusiasmo, coragem, humor, insolência, imaginação... Mas as diferenças são bem mais importantes que as parecenças. A principal diz respeito ao contexto. Em 1968, aproximávamo-nos sem saber do fim dos “trinta gloriosos” (mais de um quarto de século de crescimento). Nós estávamos numa situação de quase pleno emprego (menos de 200 mil desempregados de curta duração, se a memória não me falha) por isso sem grandes inquietações relativamente ao futuro. Os temas iniciais do movimento eram a crítica da função ideológica da universidade e particularmente das “ciências humanas” (inspirados na experiência da Universidade Crítica de Berlim), a crítica da sociedade de consumo e de espectáculo, a crítica da vida quotidiana (Henri Lefebvre) e da repressão sexual, e sobretudo a solidariedade internacional contra a guerra do Vietname (a guerra da Argélia e a revolução cubana tinham marcado a experiência desta geração), mas também com os estudantes polacos em luta contra a burocracia. Daí que a jornada de portas abertas organizada uma semana depois da data simbólica do 22 de Março na Universidade de Nanterre (que não reuniu mais do que 400 ou 500 estudantes) estava organizada em comissões sobre estas questões internacionais, sobre a solidariedade com

as lutas operárias que conheciam uma retoma, e sobre a imigração.

O movimento definia-se a partir daí como um movimento político anti-imperialista, anti-burocrático e anti-capitalista) tanto como um movimento reivindicativo ou sindical.

Hoje, passada mais de uma vintena de anos de reacção liberal ou “social-liberal”, temos pelo contrário perto de 3 milhões de desempregados, perto de 6 milhões de excluídos ou precários, um número crescente de estudantes comem em “sopas dos pobres”, há assalariados sem domicílio fixo, e mais de um milhão de crianças abaixo do limiar da pobreza. Dito de outro modo, o futuro tornou-se sombrio e inquietante (80% da população pensa presentemente que as crianças irão conhecer condições de vida piores e não melhores que os seus pais, e apenas 5% dos jovens se afirmam confiantes no futuro – contra 20% na Alemanha e 30% nos EUA). A relação de força social está portanto fortemente degradada pela espiral das derrotas passadas (entre as quais a de 2003 sobre as reformas). É também isto o que explica o carácter massivo excepcional do movimento estudantil e a ligação bastante natural com os sindicatos assalariados: a precariedade é o traço comum. Até ao meio dos anos 70, os pobres estavam concentrados nas camadas mais idosas e os menores de trinta anos beneficiavam da relativa prosperidade dos “trinta gloriosos”. É a partir de 1975 que o país começa a descobrir o desemprego em massa ultrapassando o limiar do milhão de desempregados (contra 250 mil cinco anos antes). A seguir nos anos 80 começou a longa marcha dos jovens pelo emprego com a multiplicação dos “contratados subsidiados”, dispositivos, “empregos jovens”, estágios. Começaram pouco a pouco a sair cada vez mais tarde do casulo familiar, re-desenhado como uma forma elementar de solidariedade e de protecção. É o que os sociólogos chamam o “prolongamento da juventude” e que é na realidade uma dependência prolongada. Enquanto que 75% dos jovens contratados durante o ano seguinte ao fim da sua formação conseguiam ainda um contrato de trabalho de duração indeterminada em 1984, hoje são apenas 50%. A distância de remuneração entre os quinquagenários e trintões atinge agora 40% e a taxa de poupança dos menores de trinta caiu metade entre 1995 e 2001, enquanto a dos quarentões e cinqüentões aumenta.

Por outro lado, o controlo dos partidos e sindicatos tradicionais sobre os trabalhadores é bem menor que em 1968 e a cultura democrática dos movimentos sociais progrediu no decurso das experiências de comités de greves, de coordenação (dos enfermeiros ou dos ferroviários nas suas lutas passadas), das assembleias gerais, mais ainda porque os novos meios



Os estudantes já não são uma elite segura de aceder a empregos garantidos, prestigiados e bem pagos, mas são para muitos “precários em formação”. Esta evolução é perceptível nas duas últimas grandes mobilizações da juventude, em 1986 e 1994

de comunicação permitem romper o monopólio das direcções burocráticas centralizadas sobre a circulação de informação.

QUAIS SÃO PARA TI AS RAZÕES DESTA MAIOR CAPACIDADE DE RELAÇÃO E DE LIGAÇÃO COM OS TRABALHADORES E AS SUAS ORGANIZAÇÕES POR COMPARAÇÃO COM 68?

Para além dos factores mencionados anteriormente, é necessário sublinhar o papel das organizações políticas (principalmente trotskistas e libertárias) extra-parlamentares (palavra de 1968) em ruptura com a esquerda governamental tradicional. Em 1968, estas correntes estavam num estado embrionário (tínhamos sido excluídos do Partido Comunista em 1965-66 e os maoístas saíram em 1967). Não existiam praticamente na classe operária, mas quase exclusivamente nos universitários e um pouco nos estudantes do secundário. Logo, era fácil às burocracias reformistas opor o mundo operário aos “pequeno-burgueses”. Hoje em dia as correntes de oposição radical às políticas radicais estão implantadas nos assalariados, são influentes nos movimentos sociais e em certos sindicatos. Os seus militantes adquiriram uma importante

experiência ao longo dos anos. Os candidatos de extrema-esquerda (Liga Comunista Revolucionária e Lutte Ouvrière) tiveram mais de 10% nas eleições presidenciais de 2002 contra 17% do Partido Socialista e 3,5% do Partido Comunista. Sintetizando: as relações de forças no seio do movimento social evoluíram consideravelmente.

ACREDITAS QUE AS DIFERENÇAS RELATIVAMENTE AO PASSADO ESTAVAM LIGADAS TAMBÉM ÀS MUDANÇAS NA UNIVERSIDADE FRANCESA DOS ÚLTIMOS ANOS? OS ESTUDANTES DE HOJE, NO SEGUIMENTO DAS REFORMAS UNIVERSITÁRIAS DOS ÚLTIMOS ANOS, SÃO DIFERENTES DOS ESTUDANTES DO PASSADO?

Claro, em 1968 nós estávamos no começo da massificação do ensino superior, e havia apenas uma minoria (15%) a aceder ao diploma pré-universitário e as crianças das classes populares eram apenas uma pequena minoria desta minoria, a fortiori também no ensino superior. Hoje quase 80% obtêm esse diploma, dos quais uma proporção importante entra nas universidades. Mesmo se a desigualdade de acesso à cultura subsiste, a mescla social no mundo estudantil desenvolveu-se,

É provável que o movimento actual favoreça a reconstituição de uma “esquerda plural bis” sob hegemonia de um partido socialista sintetizado (para além da clivagem do SIM e do NÃO no referendo) no seu congresso em benefício da sua direita.

e é também uma razão da ligação com o mundo do trabalho. Para além disto, daqui resulta que os estudantes já não são uma elite segura de aceder a empregos garantidos, prestigiantes e bem pagos, mas são para muitos “precários em formação”. Esta evolução é perceptível nas duas últimas grandes mobilizações da juventude: a reforma universitária de 1986 (que tinha já obrigado um governo Chirac a retirar a sua lei!) e um movimento da juventude em formação profissional contra a instauração de um sub-salário mínimo para os jovens em 1994.

AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO DOS ESTUDANTES MUDARAM AO LONGO DOS ÚLTIMOS ANOS?

As formas são mais massivas mas bastante clássicas: assembleias, coordenações eleitas, ocupações dos estabelecimentos escolares e universitários, bloqueios. O que surge um pouco mais como novidade, é a maior sensibilidade às práticas democráticas, uma notável mescla homens/mulheres no movimento e nas suas direcções eleitas, um uso evidentemente desconhecido anteriormente de todos os meios de comunicação horizontal, e também uma maior desconfiança sobre os efeitos retóricos, eu diria quase uma maior seriedade na vontade de conhecer as reformas contra as quais eles se mobilizam, de estudar os textos oficiais, de se informar com precisão.

PODES DAR-NOS UM QUADRO DAS DIFERENTES ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS QUE ESTÃO ACTUALMENTE ENVOLVIDAS NO MOVIMENTO?

As organizações sociais são praticamente todas: desde os sindicatos assalariados (uma frente sindical sem precedentes desde há muito unida até agora pela retirada do CPE), aos Sindicatos de Estudantes do superior e do secundário (maioritariamente ligadas ao Partido Socialista), passando pelas Associações de Pais, etc. No plano político, as correntes mais influentes nas organizações de luta como a coordenação estudantil (que se reúne todos os fins de semana com três delegados por universidade em luta) são a LCR-JCR e os libertários. As relações de forças políticas aí são de facto diferentes das que existem nas organizações institucionais como a Unef: os militantes próximos do partido socialista estão presentes aí, mas são minoritários relativamente às correntes mais radicais já referidas. Uma coisa curiosa é a extrema fraqueza no movimento estudantil da União dos Estudantes Comunistas (ligada ao PCF).

QUAIS SÃO OS POSSÍVEIS EFEITOS DESTES MOVIMENTO NO QUADRO POLÍTICO FRANCÊS? NO GOVERNO POR UM LADO E NA ESQUERDA POR OUTRO?

É demasiado cedo para dizer hoje (2 de Abril), porque tudo

depende agora do resultado deste braço de ferro. Se o governo conseguir manter-se forte apesar da potência e obstinação do movimento, terá conseguido uma vitória decisiva e aberto a via a novas “reformas” de demolição das conquistas sociais. Neste caso, não é de excluir um voto de *revanche* massivo da “maioria silenciosa” hoje amedrontada, como após 68, a favor da direita (provavelmente de Sarkozy) nas presidenciais.

É isso que teme sem dúvida o PS, que se mostrou constantemente hostil a toda a ideia de derrubar o governo imediatamente pela rua sem esperar o veredicto das urnas. Mas pode ser também que o povo se vingue de uma nova frustração, do desdém e da inflexibilidade demonstradas pelo governo, sancionando-o através de um voto à esquerda (até sem ter grandes ilusões no que farão os sociais-liberais de regresso ao poder), como foi já o caso aquando do referendo ao Tratado Constitucional Europeu. É por isso provável que o movimento actual favoreça a reconstituição de uma “esquerda plural bis” sob hegemonia de um partido socialista sintetizado (para além da clivagem do SIM e do NÃO no referendo) no seu congresso em benefício da sua direita. É evidente para nós que depois como antes do movimento anti-CPE, uma coligação parlamentar ou governamental sob esta hegemonia social-liberal está excluída. Por outro lado, as sondagens (se lhes podemos conceder algum crédito) indicam uma popularidade crescente da extrema-esquerda (perto de 10%) enquanto que o Partido Comunista nem sempre ultrapassa os 4%. É claro que, com a aproximação dos actos eleitorais, isto evoluirá a favor de uma alternância “credível” (logo do PS) em nome do argumento do mal menor e do “tudo menos Sarkozy”). Mas tendo endurecido a sua linguagem no tempo de campanha para reconquistar (uma parte do) seu eleitorado popular, o Partido Socialista encontrar-se-á então numa situação difícil. De facto, ele não faz mais promessas, não assume compromissos precisos em matéria de emprego, de salários, de fiscalidade etc. E para fazer uma política neo-keynesiana como por vezes pretende, deveria colocar em causa as privatizações passadas, a política fiscal, a autonomia do banco central europeu, os critérios de Maastricht, o Pacto de estabilidade. O que o PS não tem de modo algum intenção de fazer como ainda o demonstrou o seu “SIM” ao Tratado constitucional em 2005. Para que novas decepções do movimento popular não beneficiem a extrema-direita populista, é importante que uma esquerda 100% à esquerda, fiel aos seus compromissos e aos mandatos do NÃO ao referendo como aos do movimento em curso, trace com perseverança a via de uma alternativa anti-capitalista e não de uma simples alternância social-liberal.

* Entrevista originalmente publicada na revista italiana ERRE.

Tradução de Carlos Carujo.

PORTAS ABERTAS CONTRA O CPE

INÊS FONSECA *

ILUSTRAÇÕES DE CARLA CRUZ



QUARTA-FEIRA, 15 DE MARÇO, OS ESTUDANTES DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSITÉ DE FRANCHE-COMTÉ DECIDEM INICIAR UMA GREVE COM OCUPAÇÃO E BLOQUEIO DAS INSTALAÇÕES DA FACULDADE. A PEQUENA CIDADE DE BESANÇON ENTRAVA, ASSIM, NA LISTA DE LOCALIDADES FRANCESAS EM LUTA CONTRA O CONTRAT PREMIER EMPLOI (CPE) E PELA RETIRADA DA LEI SEM QUAISQUER CONDIÇÕES.

A DECISÃO, votada favoravelmente por uma larga maioria, não deixa de trazer alguma polémica ao seio da Faculdade: entre estudantes grevistas e não-grevistas, entre professores que apoiam os grevistas, professores que se opõem ao bloqueio ou, ainda, professores que fazem propaganda pró-CPE nas suas aulas. Todos os dias se faz sentir o conflito entre os piquetes de greve e os estudantes que defendem o “direito às aulas e ao estudo” e que se insurgem contra aquilo que consideram ser uma greve imposta pela força. Recebem como resposta o normal funcionamento das bibliotecas e centros de pesquisa, bem como a possibilidade de assistir às várias actividades de carácter cultural, levadas a cabo por estudantes e professores, que têm decorrido estes dias nas instalações da Faculdade ocupada (aulas alternativas sobre as questões do ensino e do trabalho em França e noutros países, projecção de filmes, concertos, etc.).

Mas, sobretudo, a ocupação da Faculdade trouxe o assunto para a discussão pública na cidade. Na sexta-feira, os estu-



Aqueles que se opõem ao bloqueio, acusando os grevistas de impedirem o acesso às instalações da Faculdade, fazem-no ignorando que mais do que nunca existe um fluxo de diálogo entre os estudantes e a cidade. Todos estão convidados a entrar e participar nas actividades que ali se desenrolam

dantes dos liceus do centro da cidade fizeram uma greve e manifestaram-se pelas ruas até à porta da Faculdade de Letras, onde fizeram uma paragem para saudar os seus colegas universitários. Desde então, os principais liceus da cidade decretaram a suspensão das aulas. Os estudantes do Liceu Pasteur (a escola frequentada por Proudhon enquanto estudante!) todos os dias têm feito pequenas manifestações pelas ruas do centro de Besançon.

Durante todo fim-de-semana a Faculdade esteve ocupada pelos estudantes. À porta, uma bandeira vermelha. Lá dentro, durante a manhã de sábado, prepararam-se as faixas que estariam presentes na manifestação à tarde. Esta foi uma grande oportunidade para os trabalhadores de todas as tendências sindicais (SUD, CNT, CGT, CFDT, etc.) demonstrarem o seu apoio ao movimento anti-CPE.

O PRINCÍPIO DO FIM DO ESTADO SOCIAL

A manifestação de sábado (dia 18) foi um sinal claro de que todos os trabalhadores compreenderam que esta nova forma de contratação não irá afectar apenas os jovens com

menos de 26 anos ou, muito menos, será uma forma de facilitar a empregabilidade dos jovens dos “bairros difíceis” (com menos qualificações). Por todo o lado, as discussões têm um denominador comum: por um lado, a inquietação pela precariedade que cada vez mais se instala nas vidas de todos e, depois, a ideia de que esta precariedade do mundo do trabalho não começa agora com o CPE, já há muito que a instabilidade se faz sentir. Todos se sentem afectados e inquietos.

Esta nova legislação representa o fim do mundo do trabalho como os franceses o viveram nas últimas gerações: com empregos estáveis e duradouros e a garantia dos direitos sociais dos trabalhadores. Todos os sectores da sociedade se juntam à luta dos jovens. Deixar passar o CPE significa permitir a institucionalização da precariedade no Código de Trabalho: “Agora começam com os jovens, mas depois será a precariedade para todos nós”, é o comentário generalizado, que atravessa todos os grupos, todas as gerações.

É este o sentimento partilhado por uma vasta maioria, que faz com que os estudantes da Universidade não estejam sozinhos.

Há umas semanas, Laurence Parisot (presidente do MEDEF) chegou mesmo a afirmar que: se outras coisas (como a saúde, o amor e a própria vida humana) estavam sujeitas à instabilidade, porque não também o emprego?

“NÃO É O PATRONATO QUEM FAZ AS LEIS, A DEMOCRACIA ESTÁ AQUI!”

Este foi um dos slogans gritado numa manifestação que terminou à porta da Delegação em Besançon do *Mouvement des Entreprises de France* (MEDEF).

Na realidade, o movimento contra o CPE está a ser uma excelente oportunidade para o exercício da democracia partilhado por todos, jovens e menos jovens. Aqueles que se opõem ao bloqueio, acusando os grevistas de impedirem o acesso às instalações da Faculdade, fazem-no ignorando que mais do que nunca existe um fluxo de diálogo entre os estudantes e a cidade. Todos estão convidados a entrar e participar nas actividades que ali se desenrolam.

Diariamente, grupos de estudantes organizam pequenas acções de sensibilização pela cidade: distribuem panfletos, organizam animações, etc. Na terça-feira passada (dia 21), por exemplo, teve lugar uma “manif de patrões descontentes com o CPE”: exigiam mais precariedade, “assim não conseguem lucros suficientes”... alguns queixavam-se e choravam junto das pessoas que esperavam pelos autocarros na rua e outros passeavam com os seus empregados CPE presos por uma trela!

Foi neste ambiente que uma Assembleia Geral de funcionários, professores e investigadores da Universidade aprovou uma Moção de apoio aos estudantes e assumiu o compromisso de que os estudantes grevistas não serão penalizados relativamente ao termo do ano lectivo, isto é: as aulas estão suspensas enquanto a Assembleia Geral dos estudantes mantiver a greve (apesar de alguns professores darem aulas nas suas casas) e o conteúdo dos testes de avaliação será relativo apenas ao conteúdo das matérias dadas nas aulas. Ficou de lado uma proposta (de um pequeno grupo de professores) no sentido de transformar imediatamente o regime de avaliação contínua em regime de avaliação com exames finais, o que permitiria aos estudantes continuarem tranquilamente em greve até ao fim do período de aulas (no início de Maio). Por parte da maioria dos professores e dos funcionários administrativos, a reacção a esta proposta foi imediata: os primeiros, argumentando que semelhante decisão (de assumir ou acreditar que a greve vai prolongar-se por tanto tempo mais) era prematura e os segundos, afirmando a impossibilidade de fazer exames a tantos estudantes antes das férias (claro, estavam presentes apenas os funcionários efectivos, faltando todos aqueles que trabalham com contratos temporários e nem sequer têm direito a férias). Nessa tarde, os estudantes votam positivamente pela continuação da greve com o bloqueio da Faculdade.

No dia seguinte (quarta-feira, 22), teve lugar o dia da *Faculdade de Portas Abertas*, com a visita de estudantes dos

liceus para se informarem sobre as licenciaturas e planos de estudo que poderão seguir na Universidade. Foram recebidos por professores e também pelos seus colegas universitários em greve. Já não foi necessário informá-los sobre o CPE e ocorreram várias actividades de confraternização e solidariedade, entre as quais: a criação de uma horta “para semear ideias que mudem o mundo” no pátio principal da Faculdade.

GREVE GERAL INTERPROFISSIONAL: CONTRA A NATURALIZAÇÃO DA PRECARIIDADE

Até ao fim-de-semana continuam a ter lugar as diversas actividades culturais na Faculdade e ocorre ainda uma segunda Assembleia Geral de professores e funcionários da Universidade. Começam a surgir propostas de realizações e actividades diversas, todos se dividem pelos vários comités de acompanhamento de cada uma. A par do apoio aos estudantes surge também a preocupação de mostrar que a precariedade na Universidade já existe há muito, entre professores e funcionários: “é importante que os jovens percebam que a precariedade não está reservada apenas para eles”, “afecta-nos a todos”.

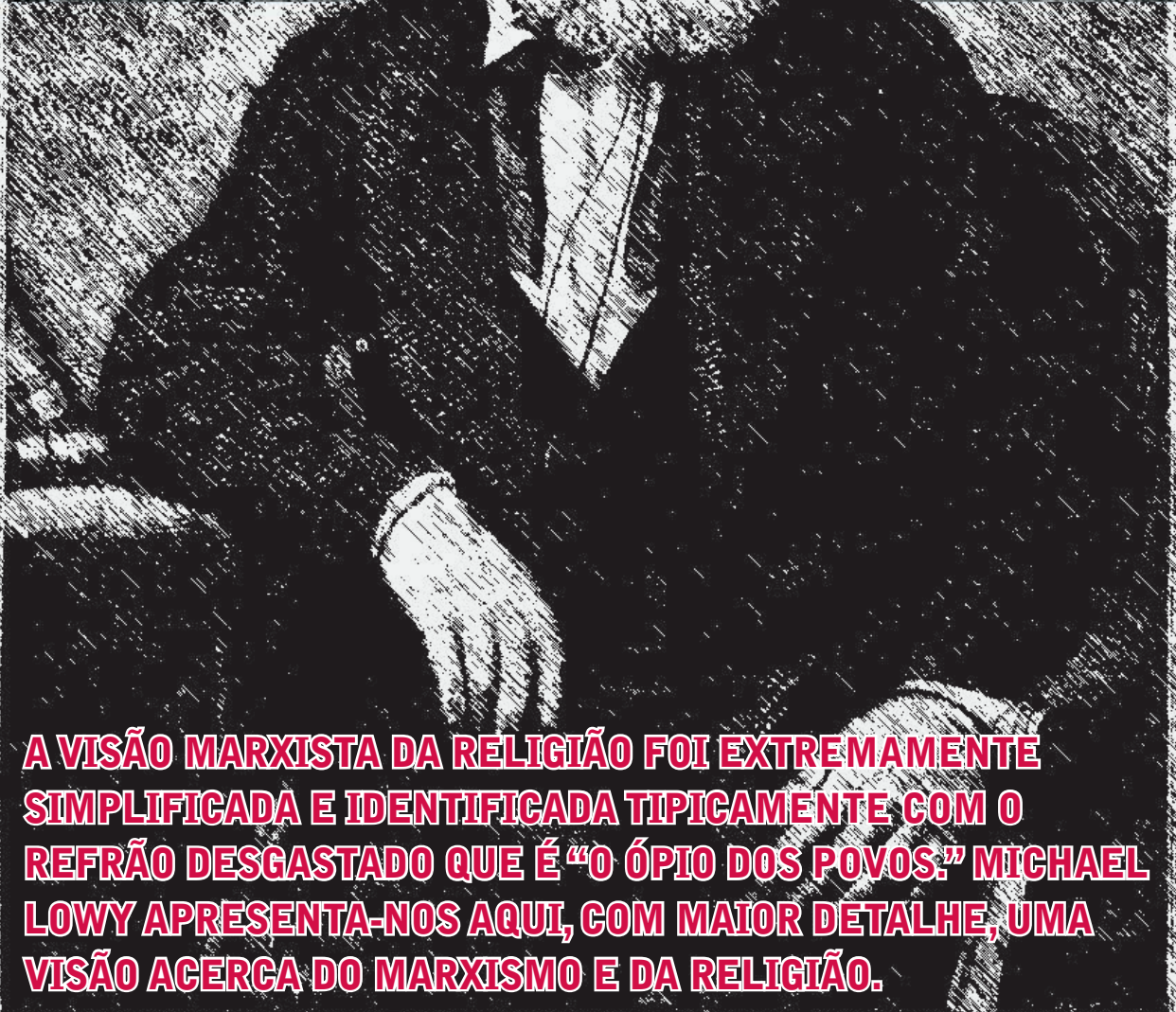
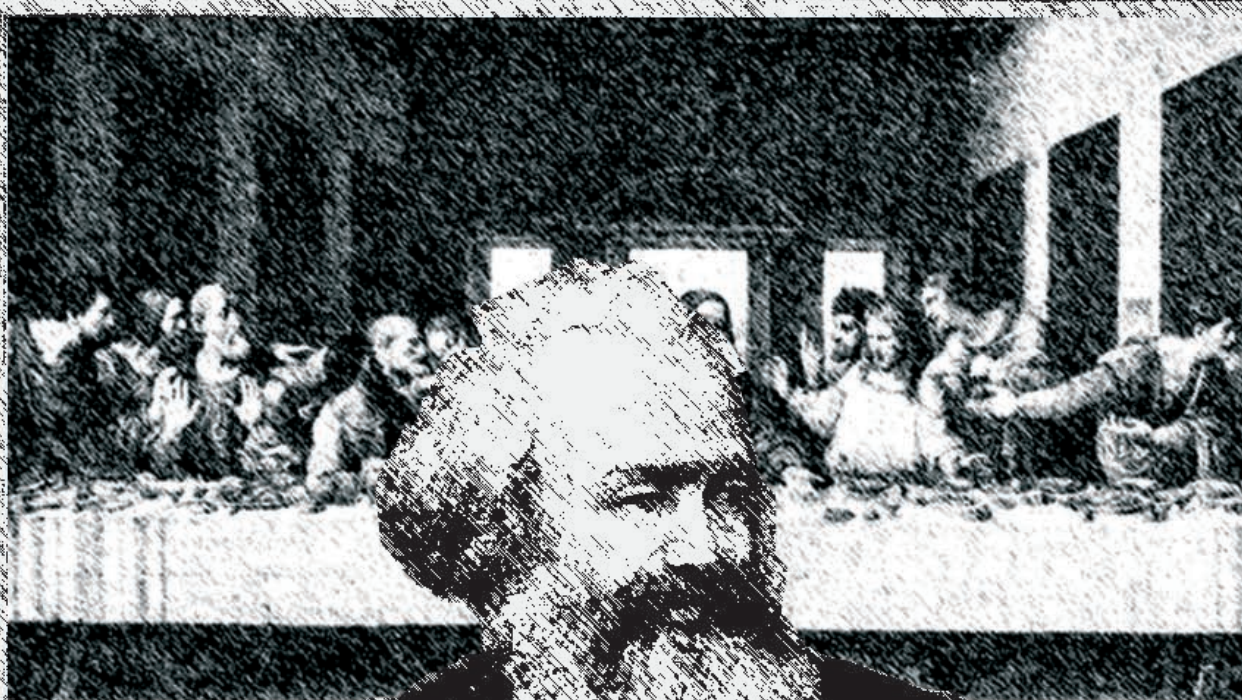
A ideia partilhada por todos os trabalhadores de que o CPE é mais um dos múltiplos ataques que o Código do Trabalho tem sofrido nos últimos anos também não está ausente dos discursos dos patrões e empresários. Há umas semanas, Laurence Parisot (presidente do MEDEF) chegou mesmo a afirmar que: se outras coisas (como a saúde, o amor e a própria vida humana) estavam sujeitas à instabilidade, porque não também o emprego? Quanto ao projecto de discussão anunciado (em vésperas de uma greve geral) pelo primeiro-ministro francês, esta associação de empresários afirma estar satisfeita e aproveita para acrescentar: “a questão levantada pelo CPE é importante, mas nós desejamos que ela seja alargada a outras. A grande transformação económica que o nosso país enfrenta e as incertezas às quais as novas gerações devem fazer face levam-nos a propor uma grande discussão ou, até mesmo, negociação sobre todas as formas de flexibilidade e de precariedade”(*).

Assim, uma jornada de greve geral e interprofissional não só é necessária como também a ideia da sua concretização começa a instalar-se no espírito de todos como uma certeza.

Besançon, 24 Março 2006

Inês Fonseca é Leitora de Português na UFR - SLHS; Département de Langues Vivantes – section d'espagnol et de portugais)
inesfonseca@combate.info

(*) – comunicado à imprensa, 22/03/2006 (site: www.medef.fr)



A VISÃO MARXISTA DA RELIGIÃO FOI EXTREMAMENTE SIMPLIFICADA E IDENTIFICADA TÍPICAMENTE COM O REFRÃO DESGASTADO QUE É “O ÓPIO DOS POVOS.” MICHAEL LOWY APRESENTA-NOS AQUI, COM MAIOR DETALHE, UMA VISÃO ACERCA DO MARXISMO E DA RELIGIÃO.

MARXISMO E RELIGIÃO

ÓPIO DO

POVO?

MICHAEL LOWY*

SERÁ ainda a religião, tal como a viram Marx e Engels no século XIX, uma trincheira da reacção, obscurantismo e conservadorismo? Em larga medida, a resposta é afirmativa. O olhar deles aplica-se a muitas instituições católicas, às correntes fundamentalistas das principais confissões religiosas (cristã, judaica ou muçulmana), à maioria dos grupos evangélicos e das novas seitas, algumas das quais - como a conhecida Igreja Moon, não passam de engenhosas combinações de manipulações financeiras, lavagem ao cérebro e anti-comunismo fanático.

No entanto, o aparecimento de um Cristianismo revolucionário e da Teologia da Libertação na América Latina abriu um novo capítulo histórico e levanta questões novas e empolgantes às quais não podemos dar resposta sem uma renovação da análise marxista da religião, o assunto deste artigo-

Partidários e adversários do marxismo parecem concordar num ponto: a célebre frase “a religião é o ópio do povo” representa a quinta-essência da concepção marxista do fenómeno religioso. Ora, esta fórmula nada tem de especificamente marxista. Podemos encontrá-la, antes de Marx, com algumas nuances, em Kant, Herder, Feuerbach, Bruno Bauer e muitos outros. Tomemos dois exemplos de autores próximos de Marx.

No seu livro sobre Ludwig Borne, de 1840, Heine refere-se ao papel narcótico da religião de forma bastante positiva - com uma certa dose de ironia: “Bendita seja uma religião, que derrama no amargo cálice da humanidade sofredora algumas doces e soporíferas gotas de ópio espiritual, algumas gotas de amor, fé e esperança”. Moses Hess, nos seus ensaios publicados

na Suíça, em 1843, adopta uma posição mais crítica - mas não desprovida de ambiguidade: “A religião pode tornar suportável... a consciência lastimável da servidão... do mesmo modo que o ópio é uma grande ajuda nas doenças dolorosas”.

A expressão aparecia pouco depois num artigo de Marx “Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel” (1844). Uma leitura atenta do parágrafo inteiro mostra que o seu pensamento é muito mais complexo do que aquilo que se pensa habitualmente. Realmente, rejeitando totalmente a religião, Marx não toma menos em conta o seu duplo carácter: “A angústia religiosa é ao mesmo tempo a expressão da verdadeira angústia e o protesto contra esta verdadeira angústia. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, tal como ela é o espírito de uma situação sem espiritualidade. Ela é o ópio do povo”.

Uma leitura do ensaio, no seu conjunto, mostra claramente que o ponto de vista de Marx, em 1844, deriva mais do neo-hegelianismo de esquerda, que vê na religião a alienação da essência humana, do que da filosofia das Luzes, que a denuncia simplesmente como uma conspiração clerical (o “modelo egípcio”). De facto, quando Marx escreveu a passagem acima, era ainda um discípulo de Feuerbach, um neo-hegeliano. A sua análise da religião era por conseguinte “pré-marxista”, sem referência às classes sociais e sobretudo a-histórica. Mas não era menos dialéctica, porque apreendia o carácter contraditório da “aflição” religiosa: por vezes, legitimação da sociedade existente, por vezes, protesto contra esta.

É apenas mais tarde, em particular na Ideologia alemã (1846), que o estudo propriamente marxista da religião, como

Continuando a ser ao mesmo tempo materialista, ateu e adversário irreconciliável da religião, Engels compreendia, como o jovem Marx, a dualidade de natureza deste fenómeno: o seu papel na legitimação da ordem estabelecida e, em determinadas circunstâncias sociais, o seu papel crítico, contestatário e mesmo revolucionário

realidade social e histórica, começou. O elemento central deste novo método de análise dos factos religiosos é considerá-los - juntamente com o direito, a moral, a metafísica, as ideias políticas, etc. - como uma das múltiplas formas da ideologia ou seja da produção espiritual (geistige Produktion) de um povo, a produção de ideias, de representações e formas de consciência, necessariamente condicionada pela produção material e pelas relações sociais correspondentes.

Poder-se-ia resumir esta diligência por uma passagem “programática” que aparece num artigo redigido alguns anos mais tarde: “é claro que qualquer perturbação histórica das condições sociais provoca ao mesmo tempo a perturbação das concepções e das representações dos homens e por conseguinte das suas representações religiosas”. Este método de análise macro-social terá uma influência duradoura sobre a sociologia das religiões, mesmo para além do movimento marxista.

A partir de 1846, Marx prestou apenas uma atenção desatenta à religião, em tanto que tal, como universo cultural/ideológico específico. Não se encontra praticamente na sua obra nenhum estudo mais desenvolvido de um fenómeno religioso qualquer. Convencido, como o afirma no artigo de 1844, que a crítica da religião se deve transformar em crítica deste vale de lágrimas e a crítica da teologia em crítica da política, parece desviar a sua atenção do domínio religioso.

O CONTRIBUTO DE ENGELS

Será talvez devido à sua educação pietista que Friedrich Engels mostrou um interesse bem mais sustentado que Marx para os fenómenos religiosos e o seu papel histórico - partilhando ao mesmo tempo, naturalmente, as opções decididamente materialistas e ateias do seu amigo. A sua principal contribuição para a sociologia marxista das religiões é sem dúvida a sua análise da relação entre as representações religiosas e as classes sociais. O cristianismo, por exemplo, não aparece nos seus escritos (como em Feuerbach) como “essência” a-histórica, mas como uma forma cultural (“ideológica”) que se transforma durante a história e como um espaço simbólico, desafio de forças sociais antagónicas.

Graças ao seu método fundado na luta de classes, Engels compreendeu - contrariamente aos filósofos das Luzes - que o conflito entre materialismo e religião não se identifica sempre com aquele que existe entre revolução e reacção. Na Inglaterra, por exemplo, no século XVII, o materialismo na pessoa de Hobbes, defendeu a monarquia enquanto as seitas protestantes fizeram da religião a sua bandeira na luta revolucionária contra os Stuarts. Do mesmo modo, longe de conceber a Igreja como uma entidade social homogénea, ele esboça uma notá-

vel análise mostrando que em certas conjunturas históricas, ela se divide de acordo com as suas componentes de classe. É assim que, na época da Reforma, se tinha, por um lado, o alto clero - cimeira feudal da hierarquia - e do outro, o baixo clero, que fornece os ideólogos da Reforma e do movimento campesino revolucionário.

Continuando a ser ao mesmo tempo materialista, ateu e adversário irreconciliável da religião, Engels compreendia, como o jovem Marx, a dualidade de natureza deste fenómeno: o seu papel na legitimação da ordem estabelecida e, em determinadas circunstâncias sociais, o seu papel crítico, contestatário e mesmo revolucionário. Mais ainda, é este segundo aspecto que se encontrou no centro da maior parte dos seus estudos concretos. Com efeito, debruçou-se primeiro sobre o cristianismo primitivo, religião dos pobres, excluídos, malditos, perseguidos e oprimidos. Os primeiros cristãos eram originários das últimas fileiras da sociedade: escravos, homens livres privados dos seus direitos e pequenos camponeses sobrecarregados de dívidas.

Engels chegou mesmo a estabelecer um paralelo surpreendente entre este cristianismo primitivo e o socialismo moderno. A diferença essencial entre os dois movimentos residia em que os cristãos primitivos empurravam a libertação para o além, enquanto o socialismo a colocava neste mundo. Mas esta diferença é também acentuada no que aparece à primeira vista? No seu estudo sobre um segundo grande movimento cristão - a guerra dos camponeses na Alemanha - ela parece perder a sua clareza: Thomas Munzer, teólogo e líder dos camponeses revolucionários e plebeus heréticos do século XVI, queria o estabelecimento imediato do Reino de Deus, esse reino milenarista dos profetas, sobre a terra. De acordo com Engels, o Reino de Deus era para Munzer uma sociedade sem diferenças de classe, sem propriedade privada e sem autoridade do Estado independente ou estrangeiro para os membros dessa sociedade.

Pela sua análise dos fenómenos religiosos, face à luta das classes, Engels revelou o potencial contestatário da religião e abriu o caminho para uma nova abordagem das relações entre religião e sociedade, distinto ao mesmo tempo da filosofia das Luzes e do neo-hegelianismo alemão.

A maior parte dos estudos marxistas da religião, escritos no séc. XX, limitou-se a comentar ou a desenvolver as ideias esboçadas por Marx e Engels ou a aplicá-las a uma realidade específica. São assim, por exemplo, os estudos históricos de Karl Kautsky sobre o cristianismo primitivo, as heresias medievais, Thomas More e Thomas Munzer.

Embora ateia, Rosa Luxemburgo atacou menos, nos seus escritos, a religião equanto tal do que a política reaccionária da Igreja, em nome da tradição limpa desta. Num opúsculo de 1905, “a igreja e o socialismo”, afirmou que os socialistas modernos eram mais fiéis aos preceitos originais do cristianismo do que o clero conservador de hoje

PARAÍSO NA TERRA OU NOS CÉUS?

No movimento operário europeu, eram muitos os marxistas radicalmente hostis em relação à religião, mas pensavam ao mesmo tempo que o combate do ateísmo contra a ideologia religiosa devia ser subordinado às necessidades concretas da luta de classes, que exige a unidade dos trabalhadores que crêem em Deus e dos que não crêem. O próprio Lenine - que denunciava frequentemente a religião como “nevoeiro místico” - insiste no seu artigo de 1905, “o socialismo e a religião” sobre o facto que o ateísmo não devia fazer parte do programa do partido porque “a unidade na luta realmente revolucionária da classe oprimida pela criação de um paraíso na terra é mais importante para nós do que a unidade da opinião proletária sobre o paraíso nos céus”.

Rosa Luxemburgo tinha a mesma opinião, mas elaborou uma diligência diferente e mais flexível. Embora ateia, ela atacou menos, nos seus escritos, a religião enquanto tal do que a política reaccionária da Igreja, em nome da tradição limpa desta. Num opúsculo de 1905, “a igreja e o socialismo”, afirmou que os socialistas modernos eram mais fiéis aos preceitos originais do cristianismo do que o clero conservador de hoje. Dado que os socialistas lutam por uma ordem social de igualdade, liberdade e fraternidade, os padres deveriam acolher favoravelmente o seu movimento, se quisessem honestamente aplicar na vida da humanidade o preceito cristão “amai o próximo, como a ti”.

Quando o clero apoia os ricos, que exploram e oprimem os pobres, ele está em contradição explícita com os ensinamentos cristãos: não serve Cristo, mas o dinheiro de um argentário. Os primeiros apóstolos do cristianismo eram comunistas apaixonados e os pais e primeiros doutores da Igreja (como Basílio, o Grande e João Crisóstomo) denunciavam a injustiça social. Hoje esta causa foi tomada em força pelo movimento socialista que traz aos pobres o Evangelho da fraternidade e da igualdade, apelando ao povo para estabelecer na terra o Reino da liberdade e do amor pelo próximo. Mais do que comprometer uma batalha filosófica, em nome do materialismo, Rosa Luxemburgo procura salvar a dimensão social da tradição cristã para a transmitir ao movimento operário.

Na Internacional comunista não se prestava muita atenção à religião. Um número significativo de cristãos juntou-se ao movimento e o antigo pastor protestante suíço, Jules Humbert-Droz, tornou-se mesmo, nos anos 1920, um dos principais dirigentes do Komintern. Na época, a ideia mais espalhada nos marxistas era que um cristão que se tornasse socialista ou comunista abandonava necessariamente as suas crenças religiosas anteriores “anti-científicas” e “idealistas”.

A maravilhosa peça de teatro de Bertold Brecht, Santa Joana dos Matadouros (1932), é um bom exemplo deste tipo de diligência simplista em relação à conversão dos cristãos para a luta pela emancipação proletária. Brecht descreve, com grande talento, o processo que conduz Joana, dirigente do exército de salvação, a descobrir a verdade sobre a exploração e a injustiça social, denunciando as suas antigas crenças, no momento de morrer. Mas, para ele, deve haver uma ruptura absoluta e total entre a sua antiga fé cristã e o seu novo credo da luta revolucionária. Exactamente antes de morrer, Joana diz aos seus amigos:

“Se por acaso alguém vier dizer baixinho,
Que existe um Deus, invisível é verdade,
Do qual, portanto podeis esperar por socorro,
Batei-lhe o crânio na pedra,
Até que ele rebente.”

A intuição de Rosa Luxemburgo, segundo a qual se podia lutar pelo socialismo em nome dos verdadeiros valores do cristianismo original, perdeu-se neste tipo de perspectiva “materialista” grosseira - e sobretudo intolerante. Efectivamente, alguns anos depois de Brecht ter escrito esta peça, apareceu em França, entre 1936 e 1938, um movimento de cristãos revolucionários que reunia vários milhares de militantes, que apoiavam activamente o movimento operário, em especial a sua ala mais radical (os socialistas de esquerda de Marceau Pivert). A sua palavra de ordem principal era: “Somos socialistas, porque somos cristãos”...

Entre os dirigentes e pensadores do movimento comunista, Gramsci é provavelmente aquele que manifestou o maior interesse pelas questões religiosas. É também um dos primeiros marxistas a procurar compreender o papel contemporâneo da Igreja católica e o peso da cultura religiosa nas massas populares. Estas observações sobre a religião, nos seus Cadernos de prisão são fragmentárias, não-sistemáticas e alusivas, mas no entanto muito perspicazes. A sua crítica destapada e irónica das formas conservadoras da religião - nomeadamente a versão jesuítica do catolicismo, que ele detestava alegremente - não o impedia de perceber também a dimensão utópica das ideias religiosas.

Os estudos de Gramsci são ricos e estimulantes, mas em última análise, não inovam no seu método de apreender a religião. Ernst Bloch é o primeiro autor marxista a ter alterado este quadro teórico - sem abandonar a perspectiva marxista e revolucionária. Numa diligência similar à de Engels, distingue duas correntes sociais opostas: por um lado, a religião teocrática das igrejas oficiais, ópio do povo, aparelho de mistificação ao serviço dos poderosos; do outro, a religião clandestina,

Bloch, tal como o jovem Marx da famosa citação de 1844, reconhece evidentemente o duplo carácter do fenómeno religioso, o seu aspecto opressivo, ao mesmo tempo que o seu potencial de revolta.

subversiva e herética dos Cátaros, Hussitas, Joaquim de Flora, Thomas Munzer, Franz von Baader, Wilhelm Weitling e Leão Tolstói.. Nas suas formas contestatárias e rebeldes, a religião é uma das modos mais significativos da consciência utópica, uma das mais ricas expressões do princípio da esperança e uma das mais poderosas representações imaginárias do ainda-não-existente.

Bloch, tal como o jovem Marx da famosa citação de 1844, reconhece evidentemente o duplo carácter do fenómeno religioso, o seu aspecto opressivo, ao mesmo tempo que o seu potencial de revolta. É necessário, para apreender o primeiro, a que ele chama “a corrente fria do marxismo”: a análise materialista impiedosa das ideologias, dos ídolos e dos idólatras. Para o segundo, em contrapartida, é “a corrente quente do marxismo” que lhe é aposta, procurando salvaguardar o excesso cultural utópico da religião, a sua força crítica e antecipadora. Para lá de qualquer “diálogo”, Bloch sonhava com uma verdadeira união entre Cristianismo e revolução como aconteceu nas Guerras Camponesas do século XVI.

FÉ MARXISTA E FÉ RELIGIOSA

As opiniões de Bloch eram partilhadas em certa medida por alguns intelectuais alemães da ala mais radical, que ficou conhecida como a Escola de Frankfurt. Max Horkheimer afirmava que a religião seria “o registo dos desejos, nostalgias e acusações de infinitas gerações”. Erich Fromm, no seu livro “Dogma de Cristo” (1930), usou o marxismo e a psicanálise para demonstrar a essência messiânica, plebeia, igualitária e anti-autoritária do Cristianismo primitivo. E o escritor Walter Benjamin tentou combinar numa única síntese teologia e marxismo, messianismo judeu e materialismo histórico, luta de classes e redenção.

O trabalho “O Deus Escondido” (1955) de Lucien Goldmann é outra tentativa de abrir caminho na renovação dos estudos marxistas sobre a religião. Embora de inspiração diferente da de Bloch, ele estava igualmente interessado em resgatar os valores moral e humano da tradição religiosa. A parte mais original e surpreendente do seu livro é quando ele tenta comparar (sem no entanto assimilá-los) a fé religiosa com a fé marxista: ambas partilham da recusa do individualismo (racional ou empírico) e a crença em valores trans-individuais: Deus para a religião; a comunidade humana para o socialismo. Nos dois casos a fé assenta numa aposta - a aposta na existência de Deus e a aposta marxista na libertação humana pressupõe o risco, o perigo de fracassar e a esperança do sucesso. Ambas implicam uma crença fundamental que não é demonstrável exclusivamente ao nível dos argumentos factuais.

O que as separa é certamente o carácter suprahistórico da transcendência religiosa: “A fé marxista é a fé no futuro histórico construído pelos próprios seres humanos, ou melhor, que devemos fazer, através da nossa actividade, uma “aposta” no sucesso das nossas acções; a transcendência que é o objecto desta fé não é nem sobrenatural nem transhistórica, mas sim supra-individual, nada mais e nada menos.” Sem querer de alguma maneira “cristianizar o marxismo”, Lucien Goldmann introduziu, graças ao conceito de fé, um novo olhar para a relação conflitiva entre a crença religiosa e o ateísmo marxista.

Marx e Engels pensavam que o papel subversivo da religião era um fenómeno do passado, sem significado para a época da luta de classes moderna. Esta previsão revelou-se exacta historicamente durante um século - com algumas importantes excepções, nomeadamente em França, onde se conheceram os socialistas cristãos dos anos 1930, os padres operários dos anos 1940, a esquerda dos sindicatos cristãos (CFTC) nos anos 1950, etc. Mas, para compreender o que se passa, desde há trinta anos na América Latina - a teologia da libertação, os cristãos pelo socialismo - é necessário ter em conta as intuições de Bloch e Goldmann sobre o potencial utópico das tradições religiosas judaico-cristãs.

O que infelizmente faz falta nestes debates marxistas “clássicos” acerca da religião é a discussão das implicações da doutrina e práticas religiosas em relação às mulheres. O patriarcado, o tratamento discriminatório das mulheres e a negação dos direitos reprodutivos prevalecem nas principais correntes religiosas - em particular no Judaísmo, Cristianismo e Islão - e apresentam formas particularmente opressoras nas respectivas facções fundamentalistas. De facto, um dos critérios-chave para avaliar o carácter progressivo ou regressivo dos movimentos religiosos é a sua atitude em relação às mulheres, e em especial ao seu direito de controlar os seus corpos: divórcio, contracepção ou aborto. Uma análise marxista renovada das religiões no século XXI obriga-nos a colocar o tema dos direitos das mulheres no centro da análise.

* Michael Lowy é membro da Liga Comunista Revolucionária (LCR) em França e director de pesquisa em sociologia no CNRS (National Center for Scientific Research) em Paris, é autor de muitos livros, entre os quais: “The Marxism of Che Guevara”, “Marxism and Liberation Theology”, “Fatherland or Mother Earth?” e “The War of Gods: Religion and Politics in Latin America”. Tradução de António José André.

POUM

1935-2005

A NOSSA HERANÇA TEÓRICA

JAIME PASTOR *

TOMANDO COMO PRETEXTO OS SETENTA ANOS DA GUERRA CIVIL ESPANHOLA, PUBLICAMOS ESTE TEXTO NÃO PARA SOPRAR AS VELAS MAS PARA LEMBRAR A IMPORTÂNCIA DE UMA DAS MAIS RICAS, MARCANTES (E DIFÍCEIS) EXPERIÊNCIAS REVOLUCIONÁRIAS DO SÉCULO PASSADO E APRENDER COM OS COMBATES E AS IDEIAS DAS CORRENTES NÃO-ESTALINISTAS QUE SOBERAM ACTUALIZAR NA PRÁTICA A FORÇA DE UM MARXISMO VIVO.



PARA COMPREENDER a importância da contribuição teórica daqueles que militaram no POUM, seria necessário começar por recordar as condições em que se desenvolveu o marxismo no Estado espanhol até à guerra civil. Só assim se poderá fazer uma avaliação justa do que significou o marxismo crítico, independente e revolucionário de lutadores como Andrés Nin, Joaquín Maurín, Juan Andrade, os irmãos Arenillas, Fersen e muitos outros menos conhecidos hoje.

MARXISMO VERSUS ANARQUISMO

É sabido que na batalha entre as duas correntes que deram lugar à Primeira Internacional e à sua posterior divisão, foram os anarquistas que ganharam no seio do movimento operário do Estado espanhol. Sobre as causas dessa vitória escreveu-se e discutiu-se muito: existem razões objectivas, como as relacionadas com o carácter mais atrasado da formação social espanhola, com o maior peso do campesinato e a sua influência na classe operária que se vai estabelecendo na Catalunha; os efeitos da frustração posterior ao fracasso da revolução de 1868 e da Primeira República no desenvolvimento de um forte sentimento popular antiestatal, para além de outros factores mais complexos.

Mas estas causas não são suficientes por si só para entender esse triunfo anarquista, já que noutros países, como na própria Rússia, também existiam em certa medida. Por isso é inevitável reconhecer também o efeito negativo que tiveram

O pior da imagem que adquiriu o marxismo oficial até finais do primeiro terço do século XX foi que, apesar da sua limitada implantação operária, praticou um obreirismo muito conservador contra qualquer esforço intelectual de actualização marxista

as debilidades daqueles que apareceram como portadores do marxismo na península, tal como indica, por exemplo, Fernández Buey¹: a sua acentuação unilateral da versão estalinista dessa doutrina; o seu desprezo pela questão agrária, ou a escassa preocupação que mostram em analisar e influenciar o processo de formação da classe operária e da sua consciência nos principais centros industriais.

O que resulta de todo este conjunto de causas, objectivas e subjectivas, é que o marxismo ibérico da Primeira e Segunda Internacionais é especialmente pobre em comparação com a maioria dos países europeus. Só se puderam salvar da mediocridade obras como o famoso *Informe a 1ª Comisión de Reformas Sociales* de Jaime Vera e alguns artigos e obras menores.

A corrente que representa o marxismo, encabeçada por Pablo Iglesias, manifestava claramente essas limitações, agravadas pelo facto de se concentrar em Madrid, que era então uma capital puramente burocrática perante a verdadeira capital industrial que era Barcelona. Isso é o que os futuros dirigentes do POUM censurarão ao *pablismo*. Joaquín Maurín dirá, por exemplo, que Pablo Iglesias «*não compreendeu nunca que o problema de Espanha não consistia em transformar a aristocracia operária de Madrid em dirigente do proletariado, mas antes em conquistar totalmente as zonas industriais, elevando o proletariado mais forte à condição de dirigente da classe trabalhadora em geral*»². Talvez a este juízo condenatório só tenha escapado a penetração que o PSOE teve no proletariado vizcaíno.

Mas o pior da imagem que adquiriu o marxismo oficial até finais do primeiro terço do século XX foi que, apesar da sua limitada implantação operária, praticou um obreirismo muito conservador contra qualquer esforço intelectual de actualização marxista.

Uma das melhores críticas do que significou esse marxismo, tão prematuramente reformista, encontra-se precisamente numa obra não reeditada de Juan Andrade, “La burocracia reformista en el movimiento obrero”, publicada em 1935, e na qual faz uma denuncia bastante pormenorizada do funcionamento oligárquico do PSOE e da UGT. Nessa obra o autor assinala como “*pelo seu carácter obreirista, e não operário, o pablismo era profundamente anti-intelectual; mas entendamo-nos: não apenas inimigos do arrivismo intelectual, mas de tudo o que representasse inquietação pelos problemas teóricos e da luta de classes*”. E concluía, coincidindo com Maurín, dizendo que “*por esta propensão natural de concentrar as suas actividades na capital e de fazer da burocracia madrilenha o centro dirigente, abandonou o proletariado catalão nas mãos do anarquismo. Também pela mesma razão, até muito recentemente, o proletariado agrícola foi mais influenciado pela Confederação do que pelo ugetismo*”.

Felizmente, perante essa versão *pablista* aparecerá outra, apoiada numa revolução triunfante, a revolução russa. O seu profundo impacto internacional chegará aqui e contribuirá para o surgimento de uma nova geração de marxistas revolucionários. Estes identificam-se com os bolcheviques, vindos tanto da social-democracia como do anarcosindicalismo. As trajectórias políticas de Andrés Nin, Joaquín Maurín ou Juan Andrade são em si mesmas reveladoras de uma nova etapa, em que se trata de superar a dicotomia entre as duas velhas correntes do movimento operário, através da formação de um novo partido capaz de atrair os sectores revolucionários presentes no PSOE ou na CNT.

MARXISMO VERSUS ESTALINISMO

Mas, desgraçadamente, o período de tempo que tiveram para tornar realidade esse objectivo foi curto. Rapidamente começará a dar-se a ascensão do estalinismo na URSS e com a “bolchevização” e burocratização do novo PC, vendo-se forçados os principais pioneiros do novo marxismo revolucionário a abandonar ou a serem expulsos das fileiras de um partido que ajudaram a construir de uma forma decisiva. Bastaria para demonstrar este facto recordar o papel de Juan Andrade na fundação do PC e na direcção e edição das suas publicações dos anos 20, o de Maurín na criação da Federação Catalã, ou o de Nin como dirigente da Internacional Sindical Roja e amigo de Lenine, Trotsky, Gramsci, entre outros.

Uma vez fora do PC, todos eles continuarão o seu esforço em ir definindo um marxismo vivo, fiel aos ensinamentos da Revolução Russa e não à caricatura que vai transmitindo o novo marxismo oficial. O seu trabalho não foi inútil.

Nos primeiros anos da Segunda República o seu trabalho será imenso. Este juízo não é parcial, pois felizmente é uma opinião generalizada hoje entre os estudiosos deste período.

Comentários respeitantes às revistas da época, de pessoas politicamente tão díspares como Fernández Buey, Paul Preston ou Santos Juliá, confirmam-no. O primeiro deles faz o seguinte comentário:

“*O mais vivo (refere-se ao marxismo) durante esses anos esteve nas revistas teórico-políticas ligadas às organizações marxistas então existentes, assinaladas em Comunismo e Leviatán. Neste, um marxismo muito vinculado aos problemas e aspirações dos trabalhadores num Estado que se autodefine eufemisticamente como República de trabalhadores, que enfrenta uma grave crise económica, com a resistência dos privilegiados a ceder parcelas do seu poder, com o surgimento do fascismo e com o impulso da própria classe operária; um marxismo que redescobre e põe em primeiro plano a motivação emancipatória da obra de Marx, que conhece e compara recentes experiências europeias e que ensaia a análise concreta da situação concreta*”



Para todos eles, principalmente para militantes como Nin ou Andrade, foi uma verdadeira tragédia ter de romper com a nova direcção da URSS; de nada serviu a sua firme disposição de defender esse novo Estado contra o imperialismo para evitar as calúnias que imediatamente caíram sobre eles

Comunismo era a revista da Izquierda Comunista, na qual escreviam Nin, Andrade (que era director e usava vários pseudónimos), Fersen e Esteban Bilbao, entre outros. *Leviatán* era a revista que dirigia Luis Araquistain, da esquerda do PSOE, e na qual colaboravam assiduamente os antes citados e Joaquín Maurín. A apreciação positiva da importância destas revistas deveria estender-se também à *Nueva Era*, publicação primeiro do Bloc Obrero i Camperol e depois do POUM.

Que características ou que contribuições haveria a destacar sobretudo naquilo que escreveram e defenderam publicamente os dirigentes do POUM?

A primeira, na minha opinião, seria a capacidade demonstrada de dar um enfoque internacionalista aos problemas da revolução espanhola, superando assim o provincianismo *parablistas*. Estavam conscientes da nova época inaugurada pela Revolução Russa, de que se tinha quebrado o elo fraco da cadeia imperialista e, por conseguinte, de que a internacionalização da economia e da luta de classes exigia uma Internacional disposta a analisar e intervir nos acontecimentos que se produzissem em qualquer parte do mundo.

Por essa razão, a sua participação na Terceira Internacional e na Internacional Sindical Roja será acompanhada da análise da ascensão do fascismo em Itália e depois na Áustria e na

Alemanha assim como o distanciamento crítico em relação ao processo de burocratização na União Soviética, sem esquecer o processo revolucionário que se desenvolvia na China e noutros lugares do chamado terceiro mundo.

É, contudo, a sua atitude perante a URSS que tem maior mérito: num período em que o mito do primeiro Estado operário estava fortemente arraigado, a sua evolução e posterior ruptura com a Terceira Internacional não foram resultado de nenhuma frivolidade intelectual. Para todos eles, principalmente para militantes como Nin ou Andrade, foi uma verdadeira tragédia ter de romper com a nova direcção da URSS; de nada serviu a sua firme disposição de defender esse novo Estado contra o imperialismo para evitar as calúnias que imediatamente caíram sobre eles.

Na maioria destas questões, quem mais se destacou como analista foi Andrés Nin. Em obras como *Las dictaduras de nuestro tiempo* (em que polemiza com Cambó e estuda com muita precisão o fascismo italiano e a evolução incipiente na URSS), *Las organizaciones obreras internacionales* (na qual fará um balanço histórico das internacionais e do sindicalismo em geral) ou *Los movimientos de emancipación nacional* (na qual faz uma verdadeira antologia do pensamento marxista sobre esta questão), esse trabalho está bem patente (As

Os futuros dirigentes do POUM não se limitaram a praticar a analogia histórica com a revolução russa mas, aprendendo com ela, tentaram compreender as particularidades do processo em que intervinham

três obras foram reeditadas por Fontamara, Barcelona).

Esta última obra de Nin entronca com outra preocupação importante daqueles que formaram o POUM, que é a busca das causas históricas da opressão nacional no Estado espanhol. Este interesse não era fácil na altura tendo em conta que o *pablismo* tinha sido e continuava a ser profundamente espanholista e que os principais movimentos nacionais da época, o da Catalunha e o do País Basco, eram dirigidos por forças pequeno-burguesas e burguesas.

Sobre isto há páginas extremamente interessantes no que opinou Maurín em obras como *La revolución española, Revolución y contrarrevolución en España*³ e nos seus numerosos artigos, conferências e discursos, incluindo o que realizou no Ateneu de Madrid em Junho de 1931. A sua relação com o catalanismo e a sua preocupação em arrebatar a base popular à Esquerda Republicana foram sem dúvida um bom motivo para tal.

Maurín procurou compreender o porquê do fracasso da unificação espanhola, contando já com contributos sobre este tema do próprio Marx e de Nin. A sua firme convicção, à luz da história, de que essa unificação tinha sido imposta reacionariamente, levou-o a afirmações tão taxativas como “*A Espanha é hoje um conjunto de povos prisioneiros de um Estado policial*”, inclusivamente na Segunda República. Desta tese deduziu a necessidade de apoiar abertamente o movimento nacional na Catalunha e de combater, como diz Antoni Monreal, “*a partir do catalanismo radical contra a pequena burguesia radical*”⁴. Daí até à defesa da separação da Catalunha era um passo, que ele não duvidou em dar, e que lhe valeu duras críticas por parte de Nin e de Trotsky.

Segundo Maurín, era necessário “*separar para unificar de imediato. A verdadeira unidade Ibérica, com Portugal e Gibraltar, só poderá realizar-se através do triunfo da classe trabalhadora. Morto o Estado semifeudal opressor, as nacionalidades ibéricas formarão uma União de Repúblicas Socialistas*”⁵.

Esse separatismo tático foi alvo de fortes polémicas, mas pelo menos obrigou a ter em conta a importância que estavam a adquirir os movimentos nacionais no processo revolucionário espanhol. Talvez seja nisto onde mais claramente fica demonstrado que os futuros dirigentes do POUM não se limitaram a praticar a analogia histórica com a revolução russa mas, aprendendo com ela, tentaram compreender as particularidades do processo em que intervinham. Os ensinamentos de Outubro de 1934 conduziram a uma aproximação entre Nin, Maurín e as suas respectivas organizações, expressa numa parte acerca da questão nacional nas teses de fundação do POUM: nelas insistia-se tanto na defesa do direito à autodeterminação, incluindo a independência, como na necessária unidade do proletariado de todo o Estado.

Uma breve reflexão sobre esse debate pode ser feita agora, e há que dizer que embora as críticas da Izquierda Comunista fossem acertadas em alguns aspectos, esta organização mostrou uma certa rigidez na hora de determinar a existência de nacionalidades e, sobretudo, na tática a adoptar em relação aos movimentos nacionais, particularmente no País Basco (como se pode constatar na própria evolução dos escritos dos irmãos Arenillas) ou na possibilidade ou não de defender a partir do marxismo uma opção independentista.

Quanto a Maurín, a sua saudável intenção de compreender e procurar formas de relação entre o movimento nacional e o movimento operário ia acompanhada de uma tendência a generalizar a existência de nacionalidades no Estado espanhol, assimilando a estas inclusivamente a questão colonial marroquina, e a fomentar assim os nacionalismos em detrimento do protagonismo na luta do movimento operário.

De qualquer modo, conviria também recordar que o próprio Trotsky não descartou completamente uma mudança de tática relativamente a esta questão em função do desenrolar dos acontecimentos. Assim, por exemplo, no início do conflito de 1934 entre a Generalitat e o governo central, chegou a propor à Izquierda Comunista que fizesse “*agitação (através da sua própria organização e da Alianza Obrera) a favor da proclamação de uma república catalã independente, e devem exigir, para a garantir, o armamento imediato de todo o povo (...) O proletariado deve mostrar às massas catalãs que tem um sincero interesse na defesa da independência catalã*”⁶.

REVOLUÇÃO E GUERRA

Partindo desse internacionalismo militante, para fora e para dentro, outro trabalho que se pode destacar em todos eles foi o de tratar de definir a natureza da revolução espanhola.

Apesar da Izquierda Comunista ter sido acusada pelo próprio Maurín de decalcar os esquemas da revolução russa, não foi isso que pretenderam fazer os membros desta corrente. É certo que o exemplo bolchevique tendia a ser exportado como modelo. Mas à medida que ia mergulhando na história e nas lições dos primeiros anos da Segunda República, eram as especificidades espanholas que iam sendo postas em primeiro plano. Assim em *Comunismo* podemos ver análises lúcidas acerca da questão agrária, sobre a questão nacional, como já indicámos, ou sobre o papel cada vez mais importante que desempenham os sindicatos. As suas aplicações das teses da revolução permanente impedirá, por exemplo, que desprezem as tarefas democráticas de uma revolução burguesa frustrada (ao contrário do que sucederá com o PC oficial na sua tendência ultraesquerdista); e a sua fidelidade às teses da Frente Única Operária (Frente Único Obrero) dos primeiros congressos da Internacional Comunista permitir-lhe-á manter uma linha de



O começo do levantamento franquista, da revolução e da guerra civil produzir-se-ão no entanto menos de um ano depois da criação do novo partido. Num contexto internacional de ascensão do nazismo e do estalinismo, pôr em prática uma estratégia revolucionária não será fácil

continuidade ao longo de todo o período republicano, face aos ziguezagues de uns e outros.

No caso de Maurín e do BOC, é certo que tanto a sua reticência em tomar partido nos debates da Terceira Internacional (excepto no que se refere ao tipo de centralismo democrático que se podia aplicar dentro dela e que levou alguns a considerá-lo precursor do policentrismo) como a sua especial preocupação relativamente à questão nacional estimularam um esforço maior para estudar a história e a sociedade espanhola, tal como se reflecte nas suas duas obras anteriormente citadas. Tentou definir uma estratégia revolucionária que pretendia ser diferente tanto das posições social-democratas e estalinistas como das trotskistas. A fórmula que encontrou foi a de “revolução democrático-socialista” que acabará por ser adoptada nas teses do POUM pelo sector vindo da Izquierda Comunista.

Na realidade, depois de Outubro de 1934, tanto Maurín como Nin coincidiam na opinião de que as tarefas pendentes da revolução eram democráticas e socialistas e, portanto, a opção que se colocava era entre fascismo ou socialismo.

As teses do novo partido, o POUM, juntamente com as análises e propostas que farão os dirigentes deste partido no calor dos acontecimentos e da guerra civil, confirmam o grau

de maturidade alcançado por duas correntes que fundem duas experiências distintas: uma, a dos que estiveram mais ligados ao trotskismo e à tentativa de intervir em sectores de esquerda da social-democracia, e outra mais ligada ao sindicalismo revolucionário e ao catalanismo.

O começo do levantamento franquista, da revolução e da guerra civil produzir-se-ão no entanto menos de um ano depois da criação do novo partido. Num contexto internacional de ascensão do nazismo e do estalinismo, pôr em prática uma estratégia revolucionária não será fácil: primeiro, com a Frente Popular, e depois com a relação que se estabelece entre guerra e revolução, os dirigentes do POUM tentarão evitar que as lições da Alianza Obrera e as conquistas de Julho de 36 sejam abandonadas pela hegemonia das forças republicanas pequeno-burguesas.

É à volta destas questões que continua a haver um desconhecimento grande das posições do POUM; perante as calúnias estalinistas, há que deixar bem claro que os dirigentes desse partido nem desprezaram a necessidade de derrotar Gil Robles, primeiro, e Franco depois, nem foram entusiastas defensores dos excessos anarquistas nas colectivizações. A única coisa que fizeram foi defender que, num período de revolução e contrarrevolução, só a unidade operária e a extensão da re-

O peso terrível da derrota na luta contra o franquismo contribuiu para confundir muitos sobre as razões e a força real daqueles que, no campo republicano, defenderam uma via revolucionária consequente

volução na rectaguarda eram garantia suficiente para acabar com o fascismo.

As suas polémicas com a ala direita do PSOE e com os estalinistas serão extremamente duras precisamente porque em função de objectivos inicialmente eleitorais e pouco depois puramente militares, irão quebrando a unidade operária e suprimindo as conquistas revolucionárias de Julho de 36. E também o serão com os anarquistas, pela sua ignorância do problema do poder político, que os levou desde o desprezo pela necessidade de organizar racionalmente o processo de colectivização até à participação dos seus dirigentes num governo que se enfrentou com sectores da própria CNT.

Questões pouco estudadas foram precisamente a política militar do POUM ou a sua atitude perante as colectivizações. Existem no entanto documentos interessantes sobre estes temas, especialmente sobre a organização económica da zona republicana, e mesmo depois da guerra Juan Andrade escreveu reflexões muito úteis⁷.

Não devemos esquecer, contudo, que neste período há duas etapas fundamentais: uma, a que vai de Julho de 36 a Maio de 37, e outra, a que chega até ao final da guerra. É na primeira fase que o público e o crescimento do POUM são grandes, sobretudo nas fileiras do anarco-sindicalismo. É portanto também quando, como dizia Andrade, existiu uma oportunidade histórica de reconciliar marxismo e bakuninismo através de uma frente revolucionária que substituiria a ausência de um partido marxista forte e converteria em pensamento e estratégia revolucionários o instinto combativo extraordinário de numerosos militantes da CNT e da FAI⁸.

Mas os obstáculos para que este processo se produzisse foram mais fortes do que as esperanças depositadas por Andrade, e a partir de Maio de 37, as piores acusações matarão a força do debate político e a solidariedade dentro do campo republicano.

A MULHER E A REVOLUÇÃO

É sabido que Maurín foi detido na zona fascista nos começos da guerra civil, e isto foi sem dúvida um grave inconveniente para o jovem partido. Os dirigentes do POUM souberam superá-lo e a qualidade das suas análises e contributos demonstra-se nas páginas da *Nueva Era* e *La Batalla*. Nelas se abordavam inclusive questões também pouco conhecidas hoje, como as relações com a escola, a saúde, a justiça, a situação da juventude ou a da mulher.

Sobre esta questão, um documento publicado pelo Secretariado Feminino do POUM em 1937 intitulado “La mujer ante la revolución”, merece que nos detenhamos um pouco. Nele se destacava o papel que estavam a ter as mulheres na revolução, assinalando que esta “*indicou o caminho para a obtenção*

da igualdade de direitos da mulher no plano económico, no social e no político. Mas hão de vencer-se muitos preconceitos profundamente arraigados (a bold no original), e ainda não estamos nós próprias de acordo acerca do que a nova sociedade nos possa dar e o que temos de exigir. Ainda não acreditamos de todo na nossa igualdade de capacidades, na nossa igualdade de direitos. A opressão que data de séculos levamo-la ainda na massa do sangue e nem sequer a melhor legislação nos libertará dela da noite para o dia. A igualdade de direitos também não nos pode oferecer o socialismo. Só nos pode dar todo o tipo de possibilidades para a conquistarmos com o nosso esforço tomando parte na responsabilidade da vida social e na sua formação.”⁹

Neste parágrafo está condensada uma argumentação embrionária da necessidade de um papel autónomo das mulheres num momento histórico em que, como se constata noutras partes do documento, ainda surge subordinado à sua integração no movimento operário e no partido revolucionário.

Também nessa declaração aparece uma firme defesa do direito ao aborto com razões mais claras do que as que dava o decreto aprovado pela Generalitat. As mulheres do POUM defendiam que «*a mulher que não queira ter filhos por razões de saúde, económicas ou outros motivos fundamentais, terá à sua disposição meios para evitar a gravidez. E o mesmo para a mãe que não deseje trazer mais filhos ao mundo. De agora em diante, pois, poderá a mulher decidir livremente sobre o seu corpo.*» Em resumo, esse direito não se justifica pelo “interesse da raça”, tal como pretendia a Generalitat, mas porque a mulher há-de poder decidir sobre o seu próprio corpo.

Há, finalmente, outra contribuição menos brilhante, mais discreta, por parte daqueles que estiveram na IC e no BOC e depois no POUM: foram eles que, desde os princípios dos anos vinte, mais se preocuparam em traduzir e difundir obras e artigos dos clássicos marxistas e dos teóricos revolucionários da sua época.

Os escritos de Marx, sobre a revolução espanhola, por exemplo, obras de Lenine, Trotsky, Bukarine, Zinoviev, Bebel, Rosa Luxemburgo, Alexandra Kollontai, Victor Serge, Alfred Rosmer, Lunatcharsky e muitos outros foram conhecidos pelos militantes de esquerda da época através das editoras e revistas desta corrente. Trata-se de um trabalho comparável talvez com o que fizeram os anarquistas na sua própria tarefa divulgadora, mas não com o escasso trabalho realizado pelos que representavam o PC oficial.

E por último, seria necessário indicar que todo este conjunto de contribuições não se realizava num círculo fechado. Pelo contrário. A presença dos dirigentes e militantes da IC, do BOC e depois do POUM era grande, e sem relação directa com o seu reduzido peso numérico: as suas actividades nos



sindicatos, nas associações, nas Casas do Povo, a sua colaboração com diversas editoras e publicações faziam com que as suas posições fossem amplamente conhecidas no movimento operário de então.

RECUPERAR A MEMÓRIA

O que poderíamos concluir desta breve passagem pela herança teórica do POUM?

Em primeiro lugar, que não só não é pobre mas que, tendo em conta as condições e limitações da época, como indicávamos de início, é rica, criativa e não apenas divulgadora, e vale a pena ser estudada pelas gerações de militantes marxistas que surgiram nos anos 60 e 70 e que na sua maior parte desconhecem hoje esse legado.

Mas, em segundo lugar, convém insistir que essa leitura necessária não pode obedecer apenas a razões de curiosidade histórica. No próximo ano [n.r.:1986] será o quinquagésimo aniversário da guerra civil e terá de servir, esperamos, para recapitular em comum quais foram os problemas, os pontos de vista e as estratégias que defenderam na altura as diferentes correntes do movimento operário. O peso terrível da derrota na luta contra o franquismo contribuiu para confundir muitos sobre as razões e a força real daqueles que, no campo republicano, defenderam uma via revolucionária consequente.

Mas agora devemos fazer todo o possível para restabelecer a verdade histórica relativamente aos que levaram a pior parte na contenda.

Há, por último, uma justificação ainda maior para esse chamamento a conhecer e estudar o contributo teórico do POUM. Refiro-me à utilidade que pode ter para enriquecer os nossos debates actuais. Desde a reivindicação de um internacionalismo revolucionário contra qualquer Estado-guia até à luta pela construção de uma organização revolucionária forte e unida, passando pela sensibilidade especial a ter relativamente à questão nacional ou pela desconfiança profunda em relação às alianças com forças burguesas e às instituições parlamentares, os princípios comunistas que guiaram os fundadores daquele partido e que os levaram a passar a prova de fogo da revolução e da guerra hão de ser pontos de referência constantes para quem quer recolher a sua herança a partir da esquerda revolucionária de hoje.

* Jaime Pastor é Professor no Departamento de Ciencia Política da Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED) de Madrid. Este artigo foi publicado originalmente na edição castelhana da revista *Inprecor* nº 46, Dezembro de 1985, e republicado na revista *Viento Sur* de Novembro de 2005, de onde o traduzimos. Tradução de Pedro Rodrigues.

NOTAS:

1- Marxismo en España, *Sistema*, no 66, mayo 85, Madrid

2- Maurín, J. (1977). *Los hombres de la dictadura*, Barcelona, Anagrama

3- Editadas respectivamente por Anagrama em 1977 e Ruedo Ibérico 1966

4- *El pensamiento político de Joaquín Maurín*, Barcelona, Ed. Península 1984

5- Maurín, J., *La revolución española*

6- "O conflito catalão e as tarefas do proletariado", verão de 1934; publicado no número especial da edição em castelhano da revista *Inprecor* sobre o Outubro de 34, saído em Outubro de 1984.

7- Sobre este tema ver resoluções e artigos de Oltra Picó em Alba, V. (1977). *La revolución española en la práctica*, Madrid, Ediciones Júcar

8- em Andrade, J. (1979). *La revolución española día a día*, Barcelona, Ed. Nueva Era

9- Este documento aparece publicado no livro antes citado de Victor Alba

CIMEIRA DA ORGANIZAÇÃO A RONDA DA LIBERALIZAÇÃO GLOBAL

JOÃO ROMÃO *

ILUSTRAÇÕES DE NUNO NEVES

DURANTE OS 50 ANOS EM QUE VIGOROU O GATT, O COMÉRCIO INTERNACIONAL CRESCIU A UM RITMO SEM PRECEDENTES MAS NEM POR ISSO OS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS TIRARAM DAÍ GRANDES BENEFÍCIOS. A SUA SUBSTITUIÇÃO PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, EM 1995, ABRIU UM NOVO HORIZONTE: O DA LIBERALIZAÇÃO GLOBAL DA INDÚSTRIA E DOS SERVIÇOS.

NINGUÉM diria que contribuir para a Paz no Mundo é um dos objectivos da Organização Mundial do Comércio (OMC), se tivesse assistido aos confrontos entre a polícia de Hong Kong e os manifestantes que se concentraram em frente ao edifício onde decorreu a última cimeira da organização: durante seis dias ocorreram os mais violentos enfrentamentos vistos nas ruas dessa agitada cidade nos últimos 30 anos, com a polícia local a prender quase mil das 10.000 pessoas que se concentraram em protesto contra as injustiças do comércio global. Destacou-se a significativa presença de agricultores da Coreia do Sul e a proibição da entrada na China do activista francês Jose Bové, considerado “persona non grata” pelo governo chinês.

As negociações de Hong Kong reuniram ministros dos 149 países que integram a OMC e deram continuidade à Ronda de Doha, iniciada em 2001 e a terminar em 2007, que pretendeu lançar um processo global de liberalização de mercados, com eliminação de barreiras comerciais na agricultura, serviços e indústria. Segundo o presidente da organização, o francês Pascal Lamy, tratou-se da “negociação comercial internacional mais complexa que jamais se celebrou”. As principais questões em discussão prendiam-se com a eliminação dos subsídios à agricultura nos países europeus e com a redução das tarifas praticadas pelos países em vias de desenvolvimento aos produtos industriais e serviços dos países desenvolvidos.

Só no último dia da Cimeira - e depois de várias sessões de trabalho extraordinárias - se chegou a um acordo, mínimo. A Europa comprometeu-se a eliminar os subsídios à exportação de produtos agrícolas até 2013 (somam 2.800 milhões de euros por ano) e à exportação de algodão já em 2006.

MUNDIAL DO COMÉRCIO

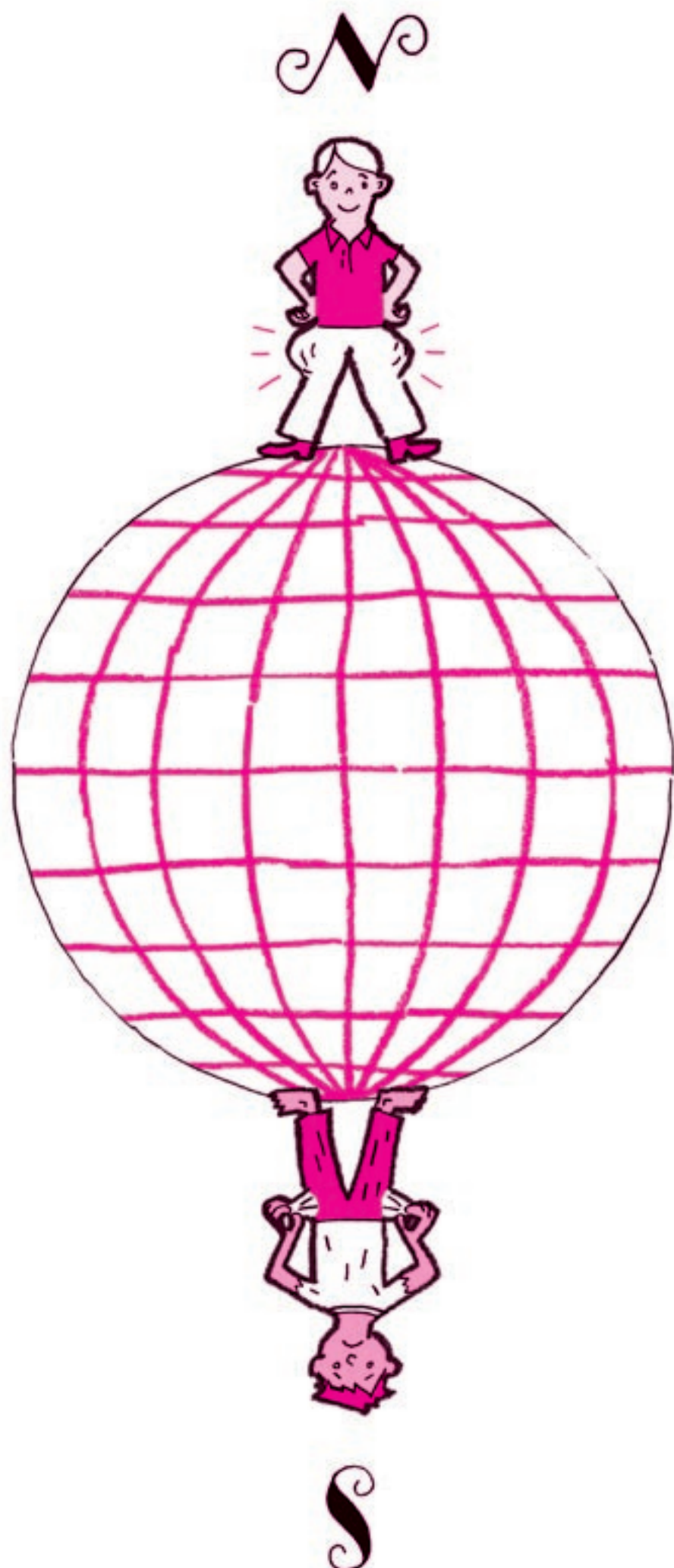
Serão reduzidas as tarifas à importação de bens industriais nos países menos desenvolvidos e iniciaram-se processos de liberalização de mercados de serviços nos países em vias de desenvolvimento. Segundo o presidente da OMC, nesta Cimeira avançou-se 5%, mas ainda faltam 40% para atingir os objectivos da ronda de Doha.

OS POBRES QUE PAGUEM A CRISE

Há outros balanços possíveis: “Os países do Sul não conseguirão convencer os seus povos de que conseguiram um bom acordo”, assinala a Focus on the Global South, salientando que “os pequenos avanços que se conseguiram na agricultura não são nada em comparação com o mal que lhes pode fazer fazer o acordo sobre serviços e indústria”. Outra ONG, a Oxfam, salienta que “o corte nos subsídios à exportação no sector agrícola apenas representa 3,5% do total de ajudas ao sector” na União Europeia, já que existe outro tipo de ajudas à produção.

Por outro lado, a liberalização dos mercados de serviços nos países em desenvolvimento é caracterizada pela Third World Network como “desastrosa, até do ponto de vista do capitalismo e do livre mercado. Estão destruindo o capitalismo no Sul e o futuro dos seus mercados. Provocará uma revolução social, como está a acontecer na América Latina. As pessoas estão fartas”. À Ronda de Doha chamou-se “Ronda do Desenvolvimento” mas talvez tivesse sido mais adequado chamar-lhe “Ronda da liberalização do Sul”.

Num organismo onde os acordos são assumidos por unanimidade, os governos do Brasil e da Índia terão tido papel decisivo para se atingir o consenso entre os países do Sul.



As ajudas ao desenvolvimento serão pagas, não só em termos financeiros, mas também com a abertura dos mercados industriais e de serviços às empresas do Norte. A onda liberalizadora do capitalismo moderno chega assim aos países menos desenvolvidos, imposta através destes acordos comerciais

Segundo o sociólogo filipino Walden Bello, da Focus on Global South, “as duas principais lideranças do G-20, Brasil e Índia fizeram uso de seu prestígio para pressionar os países subdesenvolvidos a aceitarem os termos das negociações e silenciarem os descontentes, como Indonésia, África do Sul e Venezuela”.

Os acordos facilitam a liberalização dos serviços nos países do Sul e a sua abertura às multinacionais com origem no Norte, onde grande parte dos mercados atingiram já a saturação. Ainda segundo Walden Bello, o papel do Brasil e da Índia foi o de “convencer os países menos desenvolvidos a aceitar uma série de acordos comerciais. Chamaram-lhe pacote de desenvolvimento, dizendo que estimularia o crescimento económico. No entanto, é um mecanismo para aumentar o endividamento dos países pobres, ou seja, aumentar sua dependência em relação aos países ricos”.

LIBERALIZAR NÃO É DESENVOLVER

Esta ronda negocial iniciada em Doha - a chamada “Ronda do Desenvolvimento” inclui a negociação de um pacote de ajudas financeiras ao desenvolvimento dos países do Sul, destinadas à melhoria das infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento do comércio e à implementação dos acordos. Essas ajudas serão pagas, não só em termos financeiros, mas também com a abertura dos mercados industriais e de serviços às empresas do Norte. A onda liberalizadora do capitalismo moderno chega assim aos países menos desenvolvidos, imposta através destes acordos comerciais.

A “Ronda de Doha” é a primeira que se realiza desde a fundação da Organização Mundial do Comércio, em 1995, que sucedeu ao GATT (General Agreement on Tariffs and Trade), assinado por 23 países em 1947 e que pretendia complementar, no sector do comércio, a actividade das outras duas instituições de regulação económica internacional criadas no pós - II Guerra: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. As cinco primeiras rondas negociais decorreram entre 1947 e 1961, centraram-se apenas na questão da redução de tarifas e envolveram um número de países que oscilou entre os 23 e os 26.

Outro tipo de temas vieram a ser introduzidos a partir da 6ª Ronda (a Ronda Kennedy, realizada entre 1964 e 1967 com a participação de 62 países), que já integrou medidas “anti-dumping”, para evitar que, com a liberalização dos mercados, os países com maiores níveis de protecção social não fos-

sem prejudicados pela concorrência de outros. A seguir veio a Ronda de Tokyo, entre 1973 e 1979, em que 102 países discutiram pela primeira vez questões “não-tarifárias” de obstáculo ao comércio: subsídios, barreiras técnicas, procedimentos de licenciamento de importações, etc. Foram criadas estruturas para o desenvolvimento de acordos multilaterais, alguns dos quais a ser concretizados na seguinte Ronda.

DO GATT À OMC

A Ronda do Uruguay foi a mais longa (de 1986 a 1994) e a que assinalou o fim do GATT, que daria origem à Organização Mundial do Comércio, criada a 1 de janeiro de 1995. Nesta ronda, o leque de temas abordados seria significativamente alargado, pois além da redução de tarifas e outras barreiras ao livre comércio e da prevenção das práticas de “dumping”, passou a discutir-se a regulamentação da prestação de serviços a nível internacional, os direitos de propriedade intelectual ou as questões específicas da agricultura e dos têxteis, tendo sido criado, no seio da OMC, um organismo para resolução de conflitos.

Os cerca de 50 anos de vigência do GATT foram de grande expansão do comércio internacional, sendo também evidente que, ao longo desse período, os países em vias de desenvolvimento não tiraram dessa abertura global grandes benefícios, nem se aproximaram dos níveis de desenvolvimento dos países do Norte. No entanto, o comércio internacional - supostamente potenciador da riqueza global - cresceu a uma taxa média anual de 5% ao ano durante os primeiros 25 anos e de 8% ao ano nos restantes 25 anos (bem acima das taxas de crescimento globais do PIB).

Actualmente, a Organização Mundial do Comércio procura alargar ainda mais os horizontes da sua intervenção: com o pretexto do desenvolvimento do 3º Mundo, a Ronda de Doha procura a abertura dos mercados industriais e de serviços desses países às multinacionais do Norte. Tal como o FMI ou o Banco Mundial, a OMC é um instrumento para a generalização do liberalismo desenfreado que beneficia a concentração capitalista e o controle do sistema económico global por algumas empresas transnacionais. As manifestações, mais ou menos violentas, que em qualquer ponto do mundo se organizam a assinalar as reuniões da organização são a face visível da resposta popular aos acordos de liberalização que os governos vão fazendo em nome do desenvolvimento.

* João Romão é dirigente do BE/Algarve joaoromao@combate.info

COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO

GUILHERME MONTEIRO*

CONTRIBUINDO para o desenvolvimento sustentável, com melhores condições de comércio e salvaguardando os direitos dos produtores e trabalhadores explorados do Sul do planeta, o Comércio Justo e Solidário surge como uma parceria comercial baseada no diálogo, transparência e respeito.

É sobretudo, uma alternativa ao comércio internacional pois promove a justiça social e económica, o desenvolvimento sustentável, e o respeito pelas pessoas e pelo meio ambiente, através do comércio, da sensibilização dos consumidores, e de várias acções de educação e informação. O comércio justo e solidário estabelece uma relação paritária entre todos os participantes na cadeia de comercialização: produtores, trabalhadores, importadores, Lojas do Comércio Justo e consumidores.

O Comércio Justo assume-se como uma alternativa de combate aos efeitos negativos da globalização. É um modelo em que a produção e o comércio se encontram ao serviço das pessoas. É a prova de que os lucros, os direitos dos trabalhadores e o respeito pelo meio ambiente não são objectivos incompatíveis.

O COMÉRCIO JUSTO REGE-SE POR 9 PRINCÍPIOS:

1. Respeito e preocupação pelas pessoas e ambiente, colocando as pessoas acima do lucro;
2. Criação de meios e oportunidades para os produtores melhorarem as suas condições de vida e de trabalho, incluindo o pagamento de um preço justo (preço que cubra os custos de um rendimento aceitável, da protecção ambiental e da segurança económica);
3. Abertura e transparência quanto à estrutura das organizações e todos os aspectos da sua actividade, e informação mútua entre todos os intervenientes na cadeia comercial sobre os seus produtos e métodos de comercialização;
4. Envolvimento dos produtores, voluntários e empregados nas tomadas de decisão que os afectam;
5. A protecção dos direitos humanos, nomeadamente os das mulheres, crianças e povos indígenas;
6. A consciencialização para a situação das mulheres e dos homens enquanto produtores e comerciantes, e a promoção da igualdade de oportunidades;
7. A promoção da sustentabilidade

através do estabelecimento de relações comerciais estáveis e de longo prazo;

8. A educação e a participação em campanhas de sensibilização;

9. A produção tão completa como possível dos produtos comercializados no país de origem.

Ouvindo a velha máxima de "Não me dê o peixe, ensina-me a pescar, o slogan "Comércio e não ajuda" foi o motor de arranque do comércio Justo nos anos 60.

Actualmente, na gestão das cerca de 3000 Lojas do Comércio Justo existentes apenas na Europa, estão empenhados cerca de 100 mil voluntários e 4000 profissionais. Esta mistura de trabalho remunerado e voluntário permitiu que as Lojas tivessem crescido a uma taxa média de 20% entre 1984 e 1994. Este crescimento significou o envolvimento de mais de 1 milhão de trabalhadores (directos) e 5 milhões (indirectos) do Sul do Mundo que entraram na esfera do Comércio Justo, ou seja, que beneficiam do pré-financiamento de 50% no momento do contrato, dum preço de compra tal que lhes permita uma vida digna e que se comprometem a destinar uma quota do lucro

à comunidade onde estão inseridos (projectos na área escolar, sanitária, etc.).

Em Portugal, com uma dezena de lojas do Comércio Justo no país (Barcelos, Amarante, Porto (3), Coimbra, Peniche, Lisboa, Almada e Faro), realizou-se no ano passado entre 19 e 21 de Agosto em Amarante, a I Festa Nacional do Comércio Justo, com sessões de esclarecimento, muita música e claro está venda de produtos. Aproveitou-se ainda a festa para a inauguração pública do armazém da Equação no Tâmega Park também em Amarante. A Equação é uma associação de Comércio Justo criada em 2004 pela Alternativa - Associação para a Promoção do Comércio Justo (Braga e Barcelos) e a Associação Reviravolta (Porto) funcionando como entidade importadora e distribuidora e envolvendo-se em actividades de certificação de produtores, nomeadamente, daqueles oriundos de países de expressão portuguesa. Este ano, a 2ª edição desta festa tem lugar previsto em Lisboa.

* Guilherme Monteiro é activista do Comércio Justo.

guilhermemonteiro@combate.info

Mais informação na internet: Associação Reviravolta: <http://reviravolta.comercio-justo.org> | Equação - Ass. de Comércio Justo: <http://equacao.comercio-justo.org>





NÁUFRAGOS DA POBREZA...

RICARDO GOMES *

NO MÊS DE MARÇO, AS ILHAS CANÁRIAS ASSOMBRARAM-SE COM A CHEGADA (EM NÚMEROS QUE SUPERAM A NORMALIDADE) DE BARCOS QUE TRANSPORTAM IMIGRANTES AFRICANOS. AS TELEVISÕES E JORNAIS, NUM CONSTANTE E RUIDOSO ALARIDO, INSISTEM EM ALERTAR A POPULAÇÃO PARA O DRAMA DAS ILHAS QUE NÃO AGUENTAM MAIS A CHEGADA DE IMIGRANTES. “CANÁRIAS SOFREM O DRAMA DA IMIGRAÇÃO”, “AVALANCHA DE IMIGRANTES”, “PRESSÃO DEMOGRÁFICA” OU “MARÉ NEGRA” SÃO ALGUNS DOS FANTASMAS INVOCADOS...

ANTES DE TUDO devemos analisar a situação das ilhas, política e geograficamente. Politicamente são uma das 17 Comunidades Autónomas do Estado Espanhol, por isso sujeitas à lei de imigração herdada do antigo governo de Aznar, que com o governo de Zapatero poucas alterações e para pior tem sofrido. Geograficamente encontram-se no Atlântico, estando as ilhas orientais de Lanzarote e Fuerteventura a apenas 100km da costa africana, em frente ao Sahara, sendo por isso um território europeu bastante acessível desde África.

Parece, isso sim, estar esquecida a origem dos antigos povos, os guanches, precisamente uma mistura humana de civilizações oriundas do Magreb, Sahara, entre outras. Esquecidas também estão as ondas migratórias para a Venezuela, Cuba ou Sahara de milhares de canário/as ao longo da sua história.

Melhor dito, fazer esquecer é o que pretendem os nacionalistas de direita, da Coligação Canaria (CC) no poder há mais de duas décadas, liderada na sua maioria por políticos que exercem impune e impudicamente o caciquismo e o duplo trabalho de governantes e construtores civis.

Pois temos então um enorme sector da população farto da exploração urbanística que sobretudo arrasa as ilhas, sendo um dado que a densidade de população do arquipélago atinge os 239 habitantes por km², disparando em Gran Canaria para os 484 e 366 na ilha de Tenerife. Em comparação com o resto do Estado Espanhol as ilhas multiplicam por três a sua densidade quando todo o país atinge os 80 habitantes por km².

Estamos também a criar um Guantánamo nas ilhas Canárias?
A pergunta parece assim algo alarmista, mas o que é certo é
que os Centros de Internamento criados para receber e deter
estas pessoas rebentam pelas costuras e para tal foi criado um
acampamento em instalações militares, Las Raíces, em Tenerife

Está criada uma situação ecológica frágil que atinge a população, sobretudo na qualidade de vida, pela gestão dos escassos recursos aquíferos, ou contaminação por resíduos pela escassa existência de plantas de reciclagem para uma população de cerca de um milhão e oitocentos mil habitantes.

Ora isto é aproveitado sobretudo por sectores nacionalistas para incrementar ideias xenófobas, misturando-as com causas ecologistas. Ou seja, quando a especulação imobiliária atinge níveis insustentáveis, destruindo um ecossistema frágil, com obras absurdas e muitas vezes ilegais, são os imigrantes os que sofrem muita dessa raiva. Parece que o progresso e as obras são bem vindas, não as pessoas. E o racismo aqui atinge níveis distintos. Primeiro, os “godos”, ou seja, “espanhóis invasores” que historicamente não têm o direito de ocupar as ilhas. Segundo, um sector europeu, representado por alemães e ingleses, que compram “o que é canário” com a sua moeda forte. Por último os imigrantes de terceira, latinoamericanos e africanos, sem os direitos negados por Schenguen, chegando os primeiros em avião e os segundos em frágeis botes de madeira, conhecidos como “pateras”.

A confusão reside no facto de que as ilhas não podem aguentar mais cimento e estradas e outras infraestruturas que querem ser impostas pelos políticos mafiosos da CC. No campo do anti racismo, não existe um movimento forte e politizado que exerça uma pressão considerável sobre as forças de direita. Uma das razões para tal ausência é o facto de se viver acomodado ao mito de que “o canário não é racista pela sua condição de migrante” e pela ausência de grupos de extrema direita. Mas o que é certo é que a Falange franquista começa a dar sinais de vida e muitos sectores nacionalistas e independentistas canários começam a defender acções de “defesa” das ilhas. Defesa contra quem? Disto aproveita-se a CC que tradicionalmente em vésperas de eleições apelam ao Governo Central que imponha quotas de entrada, inclusive aos cidadãos do resto do estado espanhol.

NÁUFRÁGIOS...

Estão então aqui criadas as condições para que sejam então os últimos elos da cadeia, os que sofram o drama humano imigração. Este fenómeno das “pateras”, não é novo, começou em 1995. A “patera” começou por ser um barco de pescadores africanos que são alugados a seres humanos que fogem da

miseria africana criada pela dominação europeia, marcada por um colonialismo muito recente. Já por estas datas, alguns políticos da CC falavam de “invasão” quando chegaram as duas primeiras embarcações à ilha de Fuerteventura, com cerca de 70 ameaçantes pretos.

A partir aqui o fenómeno começa a aumentar progressivamente, chegando a atingir 10 000 imigrantes interceptados em 2002, 4700 em 2005 e este ano, até Março, cegamos aos 3874. Sabemos também que mais de 1300 morreram afogados no mar no que vai de ano segundo dados da Cruz Vermelha. O drama começa a ser visível de tal forma que as correntes devolvem os cadáveres à mesma costa africana.

Mas que acontece aos africanos que chegam e são rescatados pelas autoridades espanholas? Espanholas são as autoridades pois falamos da Guardia Civil que localiza as “pateras” e as recolhe em muitos casos em lanchas e se encargam de os trazer à costa e encerrá-los em Centros de Internamento. Aqui a comunicação social tem ordens para chamá-los Centros de Acolhimento. Segundo a lei de imigração, estes imigrantes devem ser encerrados e expulsos para os países de origem.

Mas o que tem acontecido é que estes recebem instruções de não revelar a sua origem para assim não serem expulsos, chegando muitos a queimar o seu próprio passaporte. E aqui nasceu um novo problema, onde a lei prevê um prazo de retenção nos ditos centros de 40 dias, e se não se descobre a sua origem, são libertados com ordem de expulsão, mas não podem ser expulsos pelas autoridades. Isto implica que podem permanecer em território espanhol mas que não podem regularizar a sua situação, sendo então cidadãos fantasma, sem identidade. Estaremos a criar um novo conceito de imigrante ilegal?

Estamos também a criar um Guantánamo nas ilhas Canárias? A pergunta parece assim algo alarmista, mas o que é certo é que os Centros de Internamento criados para receber e deter estas pessoas rebentam pelas costuras e para tal foi criado um acampamento em instalações militares, Las Raíces, em Tenerife. Segundo as últimas denúncias de associações de direitos humanos a trabalhar nas ilhas, estão presos aqui cerca de 700 imigrantes africanos, tutelados pelo Ministerio de Interior espanhol. E o que se sabe é que nada se sabe das condições em que estão estas pessoas: todos os jornalistas que tentaram entrar foram impedidos, outros mais atrevidos

E que papel joga aqui o Governo de Zapatero? A realidade, ao nível das políticas, é que ninguém quer africanos nas ilhas. O PP e a CC são directos e defendem publicamente a política de expulsão. Já o PSOE, num discurso que pretende ser mais humanista, defende o mesmo

que fotografavam de longe foram ameaçados por membros do exército espanhol, ou interrogados pela policia e Guardia Civil. Até ao momentom todas as tentativas de entrar foram negadas, inclusive a médicos. Que querem esconder as autoridades nestes centros? José Segura, delegado do Governo Espanhol nas Canárias, questionado numa conferência na capital canária ante as perguntas de activistas de direitos humanos, esquivava-se a abrir as portas de ditos centros. Sabendo que muitos imigrantes negam a sua procedência para poder ficar em território europeu e sabendo que o exército espanhol utiliza técnicas de coacção para descobrir quais são os países de origem e outras atitudes que atentam contra os direitos fundamentais – como sucedeu em Melilla, onde a Guardia Civil chegou a disparar e matar sete pessoas que saltavam a rede de protecção – atrevemo-nos a perguntar: o que é que está a acontecer nestes centros?

EXPULSOS DUAS VEZES

Esta sobrelotação dos centros acontece como consequência do fenómeno mediático da chegada massiva de barcos às ilhas. Aqu entram em jogo com um papel decisivo os meios de comunicação, que falam de uma invasão de barcos com africanos. O fenómeno atinge proporções que ultrapassam as ilhas, e traz ao arquipélago a vice presidente do Governo, Maria Fernández de la Vega prometendo soluções rápidas, que foram encontradas com o Ministro de Negócios Estrangeiros, Miguel Ángel Moratinos, Administração Interna, José Antonio Alonso e o Secretário de Estado da Defesa, Francisco Pardo. O Governo respondeu então ao pedido de ajuda do Governo canário com a assinatura de um Plano de Cooperação Urgente com a Mauritânia que resulta essencialmente no seguinte: a partir de agora o país africano passa a receber os imigrantes chegados às ilhas em centros de acolhimento. Como contrapartida, Espanha oferece vigilância das costas mauritanas para impedir a saída destes barcos, colocando à disposição os meios cedidos pelo exército para vigiar as costas, tanto africanas como canárias. O que se entende daqui é que se aperta cada vez mais o cerco aos imigrantes e as respostas governamentais por detrás de tantos discursos humanitarios são políticas de expulsão.

E como se as coisas para estas pessoas não pudessem piorar, depois de serem deportados para o ponto de saída, segun-

do o jornal La Provincia, a Mauritânia está a expulsar pela sua fronteira sul os imigrantes que estão a ser deportados ao abrigo deste acordo recentemente assinado. Ou seja, um acordo que até ao momento (30 de março) permitiu a expulsão de 170 imigrantes senegaleses e malianos até à cidade de Nuadibú de onde saem a maioria dos barcos para as Canárias. O que está a acontecer é que estes imigrantes são directamente postos em autocarros e expulsos directamente até à fronteira com o Senegal. Até agora o que funciona são as políticas repressoras, os ditos centros de acolhimento continuam vazios.

O que sabemos sim, é que muitos políticos da CC têm altos interesses imobiliários e turísticos nesta república africana onde a escravatura é tolerada. O que sabemos é que muitos políticos tiram benefícios pessoais das políticas de cooperação para os seus próprios interesses. A solução a este problema parece ser simples, deixar que África se desenvolva.

O que acontece é que continuam, ao abrigo desta tragédia, a aproveitar a situação para seguir explorando os recursos africanos. Ao mesmo tempo que deste lado o discurso racista, mais refinado, continua a suscitar nojo à mais simples consciência humanitária. José Segura é especialista neste discurso, mostrando-se muito preocupado, sempre que se fala de “pateras”, em travar o tráfico de drogas, terroristas para Canárias. E pergunto, que relação têm estes africanos, que apenas representam 10% das entradas de imigrantes nas ilhas, com terroristas e mafias de droga? O que parece sim interessar é continuar a política do medo e o delegado do Governo agora tem também mais um problema que lhe rouba o sono: “Mi preocupación es que en distintos puntos del litoral de Senegal puedan estarse vertebrando organizaciones que también quieran traficar con seres humanos y nos llegarían no sólo con cayucos o pateras, sino que podrían llegarnos con barcos de distinto porte, con un número superior de personas” declarações feitas à TVE.

ÁFRICA, COOPERAÇÃO OU EXPLORAÇÃO?

E que papel joga aqui o Governo de Zapatero? A realidade ao nível das políticas é que ninguém quer africanos nas ilhas. O PP e a CC são directos e defendem publicamente a política de expulsão. Já o PSOE, num discurso que pretende ser mais humanista, defende o mesmo. Na citada conferência, José Segura, congratulava-se de que o número de imigrantes chega-

As remessas de imigrantes estão a ser a arma mais eficaz para combater a pobreza na região e atingem economicamente proporções impressionantes. Ou seja, aqueles mais perseguidos e explorados são um motor económico, não só na Europa, mas também em África

dos em barcos tem vindo a diminuir de ano para ano e “sossegava” a assistência afirmando que os imigrantes africanos que chegam às ilhas e conseguem papéis são enviados para o território peninsular. Está claro que este senhor do PSOE não quer pretos nas ilhas e não deixa de ser indignante que no arquipélago o principal foco de racismo incida na grande minoria que representa a imigração africana. Dos imigrantes que chegam às ilhas representam o 10% e sabemos que é uma minoria os que não são repatriados.

Mas mais do que isto interessa analisar o que realmente quer a classe empresarial e política. Desde há mais de um ano que o executivo de Zapatero percorre o continente africano em encontros com vários países para “oferecer cooperação” e receber garantias de controlo dos fluxos migratórios. Entre vários acordos com diversos países em que em troca de cooperação conseguia acordos para repatriar imigrantes indocumentados, está um com a Nigéria, onde ambos governos assinaram uma “aliança estratégica” que trata de acordos com o gás e o petróleo. Espanha é nada mais que o segundo país que mais compra ao gigante africano. Com Angola, país que pouco tem a ver com crises migratórias, conseguiu um acordo para exploração portuária e venda de aviões militares.

Não deixa de ser indignante saber que por detrás deste fenómeno se consegue ganhar muito dinheiro. Por exemplo a cooperação espanhola atingiu os 450 milhões de euros, onde supostamente se utilizam os fundos para o controle da imigração, como são os acampamentos de imigrantes na Mauritânia.

Por detrás da parafernália mediática que mostrou a vice-presidente do governo, visitando a 8 de março Moçambique e o Quénia dedicando a sua viagem à mulher africana, estavam a ser assinados os acordos do projecto Sea Horse em que a Guarda Civil e Gendarmeria de Marrocos trabalham juntos para o controle da imigração. O projecto recebe a benção monetária da União Europeia de 2 milhões de euros.

Por detrás disto está o drama humano, agora que a saída de imigrantes por mar se faz mais a sul. E cada vez se fará mais a sul, verificando-se já a saída de barcos do Senegal e de Cabo Verde. O que acontece como consequência é que as distâncias se alargam e o perigo de navegação aumenta, enquanto se vão assinando acordos pontuais de controle marítimo. Aliás, nestes dois países, oficiais espanhóis encontram-se já a operar

aqui, prevendo-se convidar representantes policiais de estados da UE e africanos, bem como de organismos internacionais como a Europol e a Frontex. Cursos de formação estão a ser “cozinhados” para as polícias africanas, bem como de centros de vigilância em mais países.

Parece claro que todos os investimentos continuarão a piorar o problema de base, o empobrecimento de África e com isto os estados deste continente continuam a descartar-se das suas obrigações. Ou seja, do lado económico as soluções policiais descartam as soluções sociais que não são postas no debate. Isto porque o dinheiro das remessas cobre as obrigações destes estados no que toca a cobrir a saúde, ou a educação. Segundo parece, as remessas de imigrantes estão a ser a arma mais eficaz para combater a pobreza na região e atingem economicamente proporções impressionantes. Ou seja, aqueles mais perseguidos e explorados são um motor económico, não só na Europa, mas também em África.

O discurso “humanista” do governo assenta-se sobretudo em falsas ideias e mentiras em que os culpados são os traficantes de armas, ou drogas. Chegam inclusive criar-se mentiras de que são coreanos que vendem os GPS para os barcos. Ou então a enorme preocupação demonstrada em combater as mafias que embarcam os migrantes. Mas são grupos de pessoas que se auto-organizam e compram os barcos por 5000 euros e com outros 1800 compram sim os GPS, motor e gasolina e alimentos para a viagem. Durante os meses de espera aprendem com os pescadores técnicas de navegação e regras básicas do navegador via satélite.

O que não se quer ver, debaixo do estereótipo de que “preto não pensa, nem tem capacidade inventiva”, é que estes seres humanos, demonstram uma capacidade tremenda de contornar todos os obstáculos que lhes são impostos. Enquanto o continente africano continuar empobrecido, estas pessoas vão contornar das maneiras mais originais todos os muros que a Europa lhes ponha por diante. E é certo que o cerco racista e repressor do capital, não vai conseguir parar esta maré, porque é justa e digna. E por cada morto que fique para trás, perdido no mar, se fará mais forte a ideia de que nenhum ser humano é ilegal.

* Ricardo Gomes é activista anti-racista em Tenerife.

ricardo@combate.info

CARICATURAS DA LIBERDADE

CECÍLIA HONÓRIO*

ILUSTRAÇÃO DE CARLA CRUZ

DEPOIS DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS QUE ENTEDIARAM O PAÍS, DO BOCEJO PELA FALTA DE TRANSPARÊNCIA DAS SECRETAS, DA MORNA BANALIDADE DAS ESCUTAS TELEFÓNICAS E DA LIQUIDAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS, NADA FARIA SUSPEITAR QUE O PAÍS ESTIVESSE VIVO E AQUECESSE. MAS AS CARICATURAS DE MAOMÉ PROVOCAM UMA INTENSA GOLFADA DEMOCRÁTICA.



RUI ZINK, a 9 de Fevereiro, recorda os 2.500 anos de sátira, dado que os romanos teriam sustentado: “a sátira é nossa” (sic). Herdeiros absolutos da tradição greco-romana, essa tara reciclada, os europeus civilizados satirizam e são livres.

No mesmo dia, o protesto às portas da embaixada da Dinamarca junta a esquerda cultural e a direita (com ou sem cultura), um chefe taliban promete ouro a quem matar o director do jornal dinamarquês, o parlamento cria unanimismos contra a violência e a candura do Ministro dos Negócios Estrangeiros, que, incompreendido, comunica ao mundo que não quer jogar o jogo de minorias radicais.

O “clash” das civilizações anima a cauda da Europa. Em dois dias, a liberdade torna-se o purgante de cidadãos anónimos, despertos do torpor, e de fazedores de opinião.

Nem valia a pena evocar que se a liberdade de expressão estivesse em risco as caricaturas não tinham saído por todo o lado. Os pedidos de desculpas mal amanhados aguçaram os apetites. Mas a consternação europeia é o verdadeiro aperitivo deste episódio. A Europa discutiu-se muito mais a si própria do que aos outros e nisto os portugueses foram europeus.

A alteração geopolítica que reforçou o alinhamento europeu face aos EUA nos últimos anos, o reforço do papel da Nato, o recente intervencionismo europeu nas questões do Irão ou da Palestina, o espanto pelo facto de essa intocada Europa do norte estar a abanar, são razões do incómodo e do frenesim de um “clash” pós-moderno, laborado na comunicação social.

De França jorrou o debate em torno da ferida que não é extra-territorial. Pensadores, islamólogos, entre outros, abriram uma discussão sem paralelo no território nacional. Por estas bandas, Daniel Oliveira evocava o relativismo moral contra a absolutização da liberdade de expressão. Triturado pelos seus colegas de mesa, o programa televisivo, “Eixo do Mal”, era a imagem da simplicidade da fractura. Ou se era absolutamente a favor da liberdade de expressão, e se condenava a violência bárbara, ou se relativizava aquela liberdade em nome dos custos da alteridade.

Apeteceu aos portugueses discutir valores e representações. Blogs, grupos de discussão alimentaram o frenesim. Sinal dos tempos, que carecem de compreensão: escapulir à política, contornando-a pelo lado dos valores, da moral, das emoções.

Deitando o rastilho aos adolescentes, que é sempre forma

Se há coitadinhos, somos quase todos: os jovens ou adultos miseráveis do mundo árabe para quem a violência e o fanatismo são sublimação do desespero ou os jovens e adultos ocidentais coabitantes da esquizofrenia do melhor dos mundos na maior das infelicidades

de espreitar o futuro, dava-se conta de que alguns jovens com uma sensibilidade política mais radicalizada e emocional asseveravam que as caricaturas não deviam ter sido publicadas por porem em causa valores fundamentais de outros povos e culturas. A maioria, no entanto, estava pela liberdade, absolutamente pela liberdade de expressão. Perguntas simples arruinavam certezas, mas, como ao resto da nação, apetecia-lhes tomar partido.

Arranjou-se, no evitamento do naufrágio, uma bóia entre a fé na liberdade como eixo do nosso mundo e a fé na diferença do mundo “deles”. Tomámos partido: ou estávamos do lado de cá ou desculpávamos o lado de lá. Tomámos partido no episódio de uma guerra real, que não é uma caricatura, que não decidimos, e face à qual não nos questionamos sobre a falta de liberdade que nos coube.

A defesa da liberdade pela esquerda só faz sentido na convicção de que ela está em risco. E está. O mundo mudou com o 11 de Setembro. A excepção normaliza-nos. Convivemos com Guntánamo, com as escutas telefónicas, familiarizámo-nos com os lóbis da comunicação social. Formas difusas de fascismo atravessam-nos os quotidianos. Pôr a possibilidade de a sátira religiosa não caber na liberdade de expressão é pactuar com a excepção. Mas no calor e no transbordo das vésperas de Carnaval, o que o demoliberalismo fez com Maomé foi dar um grito por si próprio. Quando os direitos fundamentais são esventrados (justiça, saúde, direito ao trabalho) gritamos pela liberdade, contra o desespero.

Tivemos os ideólogos de serviço a pôr as coisas em pratos limpos.

Miguel Sousa Tavares dava a conhecer a “Desforra de Granada”¹: “a liberdade é o mais absoluto dos nossos bens e o maior valor da nossa cultura e modo de vida”. Maus perdedores da derrota de uma cultura superior, em 1492, “eles” estariam de volta, desta feita para nos vergar pelo medo contra a nossa absoluta liberdade. Pacheco Pereira também pôde sustentar o absoluto da liberdade de expressão: “(...) é a liberdade de expressão absoluta neste caso? É. Ou é absoluta ou não é.”².

A 11 de Fevereiro, o presidente cessante põe água na fervura, evocando o lugar da liberdade no património ocidental, contextualizando a violência e repudiando-a, numa intervenção debilmente justificável, a menos que a reconquista do Algarve estivesse em marcha. E, entretanto, à boleia da golfada democrática, os partidos de extrema-direita cantavam de galo.

Tomar partido pela absolutização da liberdade, como molhada civilizacional, contra a barbárie dos outros, é ser agente desta guerra. Uma guerra que não começou com a sátira, mas

começou com a liberdade, exactamente.

Tomar partido pelo relativismo moral perante a violência gratuita cheira ao mito rousseauiano do bom selvagem, cheira ao complexo de culpa da esquerda.

Se há coitadinhos, somos quase todos: os jovens ou adultos miseráveis do mundo árabe para quem a violência e o fanatismo são sublimação do desespero ou os jovens e adultos ocidentais coabitantes da esquizofrenia do melhor dos mundos na maior das infelicidades.

A GUERRA INFINITA É FILHA DA LIBERDADE

O hegemonismo dos EUA é uma laboração do pós II Guerra Mundial. A doutrina Truman rebentou com o tradicional isolacionismo dos EUA nos pós-guerra, ratificando a cisão entre dois sistemas antagónicos em nome da liberdade. De um lado, o bloco ocidental baseado na liberdade, na vontade da maioria, na liberdade individual, na liberdade de expressão; do outro, o bloco comunista fundado na vontade da minoria imposta pela força à maioria, no terror, na ausência de liberdades individuais e de eleições livres, no controlo da comunicação social. Entre as democracias liberais e as tidas democracias populares nasceu a guerra-fria de que somos filhos. Capitalismo e liberdade ou comunismo e repressão.

Nascemos num mundo bipolar, maniqueísta, onde o império se vitaminou. No vazio de um inimigo com a robustez da URSS e satélites, a síndrome de abstinência do império inventou outro. Não há melhor arauto da globalização da moral do bem e da liberdade do que Bush. E com deus nos dentes e uma fome incontornável de dar liberdade aos iraquianos oprimidos lá foi ele. Os iraquianos que paguem agora os custos da liberdade, pois então.

O bloco da Liberdade refez-se por conta do terrorismo. A intervenção europeia no mundo árabe é a prova do enchimento do bloco.

LIBERDADE E IGUALDADE SÃO COISAS DIFERENTES

O demoliberalismo assenta nesse casamento difícil: liberdade, eixo matricial do liberalismo, igualdade eixo matricial da democracia.

A liberdade, mormente a de expressão por maioria de razão, é espólio dos filósofos das Luzes, é filha legítima das revoluções liberais, que aceitaram consagrar uma forma de igualdade: a igualdade perante a lei. Mas a liberdade constitutiva da fibra dos sistemas de representação, que herdámos daquelas revoluções, só à paulada se foi acasalando com a igualdade. A democratização dos sistemas liberais é fruto das

duras lutas dos que mais longe estavam da liberdade e de políticas sociais que, desde Keynes, amansaram o capitalismo.

Iconizar a liberdade de expressão é um acto de fé. Para ela ser absoluta era necessária a igualdade. Era necessário que fosse universal, que tod@s tivessem as mesmas condições de a exercer.

Iconizar o relativismo moral e cultural, desculpando os pobres rapazes que se auto-flagelam e queimam embaixadas em nome de não terem liberdade nem igualdade como nós, de não terem acesso ao que nós temos e de não poderem escolher, como nós escolhemos, é uma perigosa forma de paternalismo eurocêntrico.

Assim sendo, foi tudo normal, não fosse a “guerra infinita”. A liberdade é que tem muitas curvas.

Não há liberdade sem escolha e sem responsabilidade. Os caricaturistas são livres de criar e de traduzir o mundo, o jornal é livre de acicatar os muçulmanos e os ditos são livres de se expressarem. Morreram uns tantos, não está certo, e se o responsável do jornal for morto, também não está certo, mas nada se passou até aqui fora da liberdade. Esta guerra está cheia de liberdade.

PELO LAICISMO

No simples visionamento das caricaturas pode-se saborear o riso e reconhecer que a provocação faz parte da vida. O riso perde vigor quando se sabe que a panóplia de caricaturas faz parte de um teste lançado por um jornal de direita à resistência à provocação dos muçulmanos residentes em território dinamarquês. O riso amarelece quando se tem consciência que essas sociedades do norte, que os mediterrânicos contemplam como se fossem fadas, conhecem, de há um tempo a esta parte, formas de xenofobia em surdina, ou que, no caso dinamarquês, a sua visibilidade crescente, num estado luterano que ama a liberdade de expressão, conduziu à limitação de direitos dos imigrantes. Visitando o referido jornal e o seu cabeçalho, o riso murcha, porque se sintoniza com o sentido da provocação da carta da Secção de Imprensa da Embaixada da república islâmica do Irão em Lisboa. Aqui, em resposta à publicação das caricaturas pelo Expresso, adianta-se que a surpresa do ocidente face à vitória do Hamas levou o sionismo internacional a tudo fazer para provocar um conflito radical entre o Islão e o Cristianismo³.

UM CONTEXTO CARICA

HEIDI BOJSEN E JOHAN JEPSEN *

(...) Estas caricaturas não apareceram na Dinamarca a partir de uma tábua rasa. O debate público dinamarquês tem-se centrado, já há muitos anos, e com uma intensidade até à data inigualável, sobre a questão da alteridade, da crise identitária que atravessa o país: imigração, integração, Europa, mundialização, “valores dinamarqueses” (danskhed), constituindo os termos de um discurso público generalizado.

Este tipo de discurso acabou por levar à injúria xenófoba e à falta de respeito. Os estereótipos tornaram-se, nalguma medida, demasiado importantes nos meios mediático-políticos, um valor absoluto da retórica do discurso público.

A inevitável consequência desta efervescência do debate público foi a de criar uma normalização e banalização da xenofobia numa parte significativa da sociedade dinamarquesa, em nome do princípio sacrossanto da liberdade de expressão.

Na nossa sociedade, onde a cultura política assenta fortemente sobre

o pragmatismo e o consenso, estas ideias populistas serviram essencialmente para estigmatizar os muçulmanos e o Islão – dos quais não conhecemos, sequer, toda a complexidade e diversidade.

A esta situação junta-se o facto de na Dinamarca a Igreja não se encontrar dissociada do Estado. Apesar de alguns defenderem que, todavia, a política está separada da religião. Contudo, apenas existe uma religião de Estado: o protestantismo Luterano. Os padres detêm o estatuto de funcionários públicos. As aulas de “cristianismo” são obrigatórias nas escolas públicas. O registo dos recém-nascidos é efectuado, exclusivamente, pela administração da Igreja Luterana.

A grande maioria dos dinamarqueses diz-se “não praticante”, apesar de alguns se considerarem “crentes”. Mas a religião não se trata de um assunto estritamente privado para a maioria dos dinamarqueses: ela é entendida como constitutiva da homogeneidade cultural e da identidade nacionais.

Servem-se, também, dessa mesma religião quando se querem encontrar em ritos comunitários, tais como a ceia de Natal ou as festas de casamento.

Mas o olhar essencialista predomina: servimo-nos da religião, também, para definir o “estrangeiro”, do qual não vislumbramos imediatamente a proximidade identitária. O recurso crescente à retórica da estigmatização não se limitou, infelizmente, aos termos utilizados pelo discurso público. De facto, a legislação dinamarquesa não tardou a tomar a dianteira. Desde 2002, o Governo reduziu o apoio social aos estrangeiros nos primeiros meses do seu período de residência no país.

Esta lei, segundo os seus apoiantes, deveria servir de incentivo para uma melhor integração dos estrangeiros. Porém, e segundo a análise do Centro de Investigação Social “Casa”, ela conduz, sobretudo, a uma acentuada marginalização.

Em 2002, foi igualmente votada a chamada “lei dos 24 anos”, a qual interdita os cidadãos residentes no

país – incluindo os dinamarqueses – de habitarem conjuntamente com o seu esposo ou esposa de nacionalidade não dinamarquesa, no território do reino, antes que qualquer um deles atinja os 24 anos. Esta lei foi criticada pelo Comissariado encarregue dos direitos humanos, no Conselho da Europa. Uma crítica partilhada e defendida pela directora do Instituto Dinamarquês dos Direitos Humanos, em Copenhaga, e por diversos políticos da oposição.

É esta nova prática do poder, fundada sobre a ideia da “tolerância zero” (ou intolerância?), inaugurada pelo chefe do Governo actual, que foi empregue no que diz respeito aos embaixadores de países muçulmanos. Ao recusar-se a recebê-los e a dialogar no terreno da diplomacia (tal como lhe tinha solicitado), após a publicação das caricaturas de Maomé, o chefe do Governo demonstrou uma falta de discernimento surpeendente.

O assunto transformou-se num incidente diplomático. As bases da internacionalização da questão das carica-

O sionista come o islâmico que, por sua vez, responsabiliza o cristão pela convivência.

E nada disto faz sentido se somos todos filhos e filhas de Abraão! Preventivo e devolvido às origens, Freitas pôde, em comunicado, evocar a fraternidade dos vértices do triângulo, a unicidade do berço civilizacional e a legitimação, em conformidade, dos limites da liberdade: «a liberdade sem limites não é liberdade, mas licenciosidade. Todos os que professam essas religiões têm direito a que tais símbolos e figuras sejam respeitados. O que se passou recentemente nesta matéria em alguns países europeus é lamentável porque incita a uma inaceitável ‘guerra de religiões’ – ainda por cima sabendo-se que as três religiões monoteístas (cristã, muçulmana e hebraica) descendem todas do mesmo profeta, Abraão».

Recordados os ideólogos de Bush e os seus tentáculos na guerra infinita, evocada a manobra da Conferência islâmica em Meca, em Dezembro passado, que teria feito das caricaturas álibi para a rede de violência, não se percebe por que raio a liberdade excitou tanto cristão e percebe-se melhor que o ministro dos negócios estrangeiros – mesmo que se tenha

reciclado com *Deus é Amor* – tenha medo da guerra e seja ecuménico.

E lá porque o mundo está em guerra, porque Guantánamo existe, porque o Iraque foi esmagado, porque nos esventram liberdades e direitos fundamentais, não podemos reconhecer arrojo, inteligência, humor, nas caricaturas de Maomé? Certamente. Em nome da liberdade de produção artística e da história da sátira e etc. Em nome do laicismo, absolutamente. Não é em nome da Liberdade de Truman, mas da separação entre religião, estado e sociedade, que a figuração do profeta pode ser tão anti-dogmática quanto o preservativo a escorrer do nariz de um papa.

* Cecília Honório é historiadora e dirigente do Bloco de Esquerda.
cecilia@combate.info

NOTAS:

- 1- *Expresso*, 11 de Fevereiro de 2006
- 2- *Público*, 9 de Fevereiro de 2006, "Mais vale verdes do que mortos"
- 3- *Expresso*, 11/2/2006, "Cartas"

NATURAL DINAMARQUÊS

turas foram, desta forma, lançadas. A visita de um grupo de imãs, alegadamente fundamentalistas e residindo na Dinamarca, a certos países árabes, em busca de um apoio à sua causa, abriu o segundo acto desta história. Surpreendido e enervado com a rapidez e eficácia da campanha de boicote dos produtos dinamarqueses, o Governo preferiu negar a sua quota parte de responsabilidade e escolher a "fuga em frente", optando pela estratégia de coligação, europeizando assim uma questão de política interna que subitamente o ultrapassava. A tentativa de alargar à escala internacional esta questão, colocando de um lado o Ocidente e do outro o mundo muçulmano, em torno, exclusivamente, da clivagem da liberdade de expressão, é das mais cínicas e perigosas para a estabilidade – já amplamente colocada em perigo de uma grande parte do mundo. Curiosamente, a oposição dinamarquesa demonstrou uma total impotência face ao desenvolvimento de todo este caso. Mas a impotência

não significa a sua não-existência. A título de exemplo, colectivos de médicos, de padres, de escritores, de embaixadores na reforma, alguns jornais e um número considerável de associações tentaram expressar a sua desaprovação face a esta orientação da política na Dinamarca. Em grande parte dos casos, a sua contestação foi recusada. Torna-se importante salientar que os dois outros diários da Dinamarca, o "Politiken" (centro-esquerda) e o "Berlingske Tidende" (conservador), decidiram abertamente, desde o início, não caírem na "armadilha" islamofóbica da pseudo luta pela liberdade de expressão – invocada pelo outro jornal que iniciou toda esta crise, o "Jyllands-Posten". O cerne real da questão das caricaturas não tem nada a ver com uma ameaça à liberdade de expressão. Algumas pessoas querem esconder uma floresta com uma árvore! Os desenhos não foram publicados para abrir um verdadeiro debate. Eles deram, isso sim, de uma campanha de estigmatização e de propaganda

xenófoba e populista para com uma minoria étnica existente na Dinamarca. O que aqui se encontra verdadeiramente em causa é o respeito pela diversidade, que as esferas nacional-populistas recusam – chegando ao ponto de brandir em defesa da liberdade de expressão, quando esta serve os seus interesses. A liberdade de imprensa também nunca foi ilimitada! E não se trata aqui de a amputar. Um mínimo de vigilância ética, de sentido das responsabilidades e de respeito pela diferença, talvez nos fizessem sair dos meandros dessas pulsões destruidoras, herdadas do tempo onde justificávamos a submissão de certos povos pela necessidade de os tornar civilizáveis. A liberdade de expressão exercida, num clima onde um dos parceiros é sistematicamente tornado como o principal suspeito, não é uma liberdade real; porque a liberdade de expressão – compreendendo-se aí, também, a sátira mais ácida – será em vão se ela não for acompanhada de um enquadramento ético, parti-

lhado e de uma tomada de consciência das relações de força em jogo. No presente caso, o agressor pretende transformar-se na vítima. Uma aberração! Dito isto, a Dinamarca conta ainda com numerosos adeptos do bom senso, das mais diversas crenças religiosas, os quais têm necessidade de apoio para saírem desta lógica louca do "ou estás connosco ou contra nós" e para defenderem o respeito pela diversidade. O que é importante é viver em paz e respeito mútuo, e não cair na armadilha da ideologia do choque das civilizações, na qual sonham os dois extremismos predominantes actualmente: – o fundamentalismo religioso e o populismo xenófobo.

* Heidi Bojsen é professora na Universidade de Roskilde e Johan Jepsen é politólogo em Copenhaga. A versão completa deste texto, do qual seleccionámos algumas partes, foi publicada no diário francês *Liberation* de 09/02/06.

A ÚLTIMA VITÓRIA DE ARIEL SHARON

TEXTOS DE MICHEL WARSCHAWSKI *

A VITÓRIA DO HAMAS NAS ELEIÇÕES DOS TERRITÓRIOS OCUPADOS NA PALESTINA, COMPROVADAMENTE DEMOCRÁTICAS, RESULTA DE DIVERSOS FACTORES. MAS ACIMA DE TUDO É UMA GRANDE VITÓRIA PARA A POLÍTICA DE ARIEL SHARON. DESDE HÁ DÉCADAS QUE A DESTRUIÇÃO DA OLP FOI UM OBJECTIVO ESTRATÉGICO DO ANTIGO PRIMEIRO-MINISTRO ISRAELITA, E ESTA NÃO FOI A PRIMEIRA VEZ QUE TENTOU: A INCURSÃO SANGUINÁRIA NO LÍBANO EM 1982 FOI UM PASSO IMPORTANTE PARA CHEGAR A ESSA META.

NO ENTANTO, apesar do poder e da brutalidade impiedosa dos militares israelitas – que ficaram bem patentes nos massacres de Sabra e Shatila – a invasão do Líbano falhou.

De volta ao poder em 2001, Ariel Sharon estava determinado a ser bem sucedido onde falhara vinte anos antes. Sob a capa duma guerra preventiva e permanente contra o terrorismo, Sharon lançou uma ofensiva sangrenta contra os dirigentes, activistas e instituições no movimento nacional palestino. Queria destruir o movimento, sabendo bem que se o conseguisse, a sua estratégia faria emergir uma liderança alternativa.

“Israel não tem um parceiro Palestino” não foi a razão para a operação militar em larga escala nos territórios ocupados – foi o seu objectivo: para o antigo PM israelita, o unilateralismo era a única via para atingir as metas sionistas e as negociações foram consideradas um obstáculo que poderia forçar a compromissos inaceitáveis. Era portanto necessário eliminar qualquer parceiro potencial para futuras negociações.

Depois de neutralizar Yasser Arafat, o governo israelita desestabilizou o “moderado” Abu Mazen e prosseguiu a destruição em curso das infraestruturas e da continuidade territorial da Palestina. Tanto o caos como muitas vezes os ataques terroristas eram os resultados esperados desta política, que só provava que ainda não existia um parceiro palestino.

Israel impediu intencionalmente a liderança palestina de poder tomar medidas em benefício do seu povo, quer a nível económico quer político, o que facilitou, tal como previsto, o colapso do apoio popular aos governantes e o fortalecimento da oposição islâmica. De facto, o Hamas não é só visto como o mais capaz mas também como distante dos fracassos da Autoridade Pa-

lestiniana. O voto no Hamas foi mais um voto de protesto do que de adesão ideológica, como quem diz “você falhou, não confiamos mais em você, vamos experimentar algo novo.”

Ariel Sharon queria a vitória do Hamas para poder proclamar com maior convicção “Não temos um parceiro para a paz”. Estes resultados permitem a Israel continuar com os passos unilaterais de colonização, incluindo alguns realinhamentos na disposição das unidades militares ou o desmantelamento de colonatos mais isolados e difíceis de proteger.

Esta política pode render frutos por algum tempo, e a reacção da comunidade internacional e dos media, ameaçando secundarizar a questão palestina, corre de acordo com os planos da liderança israelita. Noutras palavras, o povo palestino vai enfrentar tempos muito duros a curto prazo.

Mas - e qualquer palestino sabe isto - como é que as coisas podem piorar mais ainda? Israel vai parar o processo de paz? Não existe nenhum processo de paz. Israel vai voltar aos assassinios selectivos? Eles nunca pararam. Israel vai destruir mais casas e arrancar mais árvores? É quase impossível fazer mais estragos que os que duram há cinco anos. Israel vai continuar a prender activistas? Esta política nunca se interrompeu. A comunidade internacional vai cortar no apoio económico? Já foi reduzido aos mínimos.

O HAMAS TRARÁ A UNIDADE NACIONAL?

O sucesso de Israel pode no entanto não durar muito. Dado que foi eleito democraticamente e na presença de centenas de observadores internacionais, o Hamas tem algum crédito internacional. O facto de não ser responsável pelos compromissos prévios da OLP (o processo de Oslo) pode ajudá-lo a manter baixas as expectativas da população. A

DA DIREITA PARA O CENTRO

120 DEPUTADOS TÊM ASSENTO NO KNESSET, O PARLAMENTO ISRAELITA. O PRINCIPAL PERDEDOR DESTA ELEIÇÃO É O LIKUD¹, QUE COLAPSOU DE 40 PARA 11 DEPUTADOS. MESMO TENDO EM CONTA O REFORÇO DA EXTREMA-DIREITA, QUE QUASE DUPLICOU OS VOTOS (DE 12 PARA 21 LUGARES), A DIREITA ISRAELITA SOFREU UMA DERROTA IMPORTANTE EM BENEFÍCIO DO CENTRO: O KADIMA² TEVE 28 E OS DESCONHECIDOS DA LISTA DOS REFORMADOS OBTIVERAM 7 LUGARES.

O PARTIDO Trabalhista conseguiu limitar os estragos provocados pela criação do Kadima e a saída de muitos dos seus líderes, acabando por perder só 10% dos eleitos: vinte deputados em vez de vinte e dois. O enfraquecimento do Meretz³, um fenómeno contínuo desde 1999, não parou: a sua representação parlamentar passou de seis a quatro deputados. Os partidos fundamentalistas (Shas e Yahadut Ha Tora) aumentaram de dezasseis para dezanove lugares, confirmando assim a estabilidade da sua base eleitoral junto do público judeu. Apesar da abstenção alta (quase 45%), as listas árabes aumentaram a sua representação no parlamento israelita: de oito para dez deputados.

EM DIRECÇÃO À NORMALIDADE E SEPARAÇÃO

Menos de dois terços do eleitorado israelita fez o esforço de ir votar. Estes números indicam a principal característica desta eleição em Israel: uma inquestionável falta de paixão e um relativo desinteresse. A campanha eleitoral foi a mais aborrecida desde 1969 e os resultados confirmam que os israelitas estão fartos dos conflitos internos e da retórica ultra-nacionalista. O sucesso do Kadima, o partido do primeiro-ministro em exercício – e agora eleito – Ehud Olmert, é a consequência directa da aspiração do eleitorado a uma política mainstream, tanto ao nível político como social.

Os vinte e oito deputados do Kadima transformam-no no maior partido no novo Knesset, e o seu líder Ehud Olmert no próximo primeiro-ministro. Mas o sucesso do Kadima é relativo. Há dois meses, as sondagens previam quarenta e cinco lugares para o Kadima! Com a saída de Ariel Sharon, deu-se início a um processo de erosão, ao ponto de muitos analistas terem dito na

noite eleitoral que se as eleições fossem um mês mais tarde, possivelmente os trabalhistas teriam vencido. É por isso que, apesar da traição de Shimon Peres e muitos outros dirigentes trabalhistas que resolveram juntar-se ao Kadima, e também da campanha racista contra a ascendência marroquina de Amir Peretz, o seu jovem e combativo líder, o Partido Trabalhista conseguiu aguentar o resultado de 2003 e tornar-se no segundo maior grupo parlamentar.

O sucesso do Kadima e o colapso do Likud resultam dessa vontade de normalização sentida pela população israelita, bem como da sua relutância em seguir os protagonistas da “linha dura”. Os trinta e dois lugares alcançados pela direita pertencem à quarta parte do povo israelita que é adepta da “linha dura”, enquanto os 34 lugares dos trabalhistas, listas árabes e Meretz representam a quarta parte orientada para a paz. Metade da população não está motivada nem pelo Grande Israel nem pela paz, mas por uma forte vontade de separação, quer através de negociações quer imposta unilateralmente aos palestinianos.

Ehud Olmert – e Ariel Sharon antes dele – compreenderam o cansaço geral quanto ao discurso da “guerra permanente e preventiva” de Netanyahu e da direita em geral. Ele percebeu que uma atitude “centrista” seria mais popular, e fez os possíveis por mostrar que representava um corte com o status quo identificado com a perpetuação do conflito, independentemente da posição ou das acções palestinianas. “Vamos determinar as fronteiras entre nós e os palestinianos”, “Vamos acelerar a separação”, “Continuaremos o processo de separação unilateral” foram os slogans principais do Kadima, aos quais o Likud só pôde responder “Olmert põe Isreal em perigo, precisamos dum líder forte contra o Hamas!” –

ISRAEL

NOTAS:

1- Formação da direita israelita que sofreu uma cisão em Novembro passado, com a saída do líder Ariel Sharon para formar o Kadima. Nestas eleições, o Likud apresentou Netanyahu como candidato à chefia do governo.

2- Novo partido criado por Ariel Sharon para captar o eleitorado mais ao centro e que juntou outros dirigentes do Likud e também dos trabalhistas, como Shimon Pérez.

3- O Meretz nasceu em 1992 como resultado da aliança de três partidos (Shinui, Mapam e Ratz), mas a partir de 1997 os conflitos internos levaram à saída de muitos dirigentes.

PALESTINA

possibilidade de um verdadeiro governo de unidade nacional é agora real e a comunidade internacional irá lê-lo como um sinal de moderação. No período anterior era considerado uma viragem da Autoridade Palestiniana para uma linha mais radical.

Contrariamente às imagens racistas espalhadas pela imprensa local e internacional, o Hamas não é uma organização de fanáticos irracionais. Tem uma liderança política atenta que seguirá o exemplo bem sucedido do Hezbollah libanês. E poderá bem vir a juntar-se à OLP e aceitar a sua autoridade.

Talvez não seja excesso de optimismo dizer que a vitória do Hamas apadrinhada por Israel pode trazer justamente aquilo que os israelitas têm tentado sabotar: a unidade nacional palestiniana para combater a ocupação e reconstruir uma sociedade que foi sistematicamente desmantelada pela guerra israelita de pacificação. E pode trazer esperança e confiança renovada.

“Não negociaremos com o Hamas”. “Só nos encontramos com o Hamas no campo de batalha” – lembramo-nos destes slogans dos anos 80, mas nessa altura eram dirigidos à OLP. E sabemos que o governo de Israel já foi forçado a mudar radicalmente de política, pelo menos durante alguns anos.

Já há sinais de que a administração dos EUA recua na sua política de guerra total às organizações islâmicas e até anda à procura de alguns aliados entre elas. Por exemplo, os Estados Unidos começaram a trabalhar com algumas destas organizações no Iraque e conduziram conversações semi-públicas com os Irmãos Muçulmanos no Egipto. Mais cedo ou mais tarde, a comunidade internacional vai forçar Israel a negociar com o Hamas, como fez há quinze anos com a OLP.

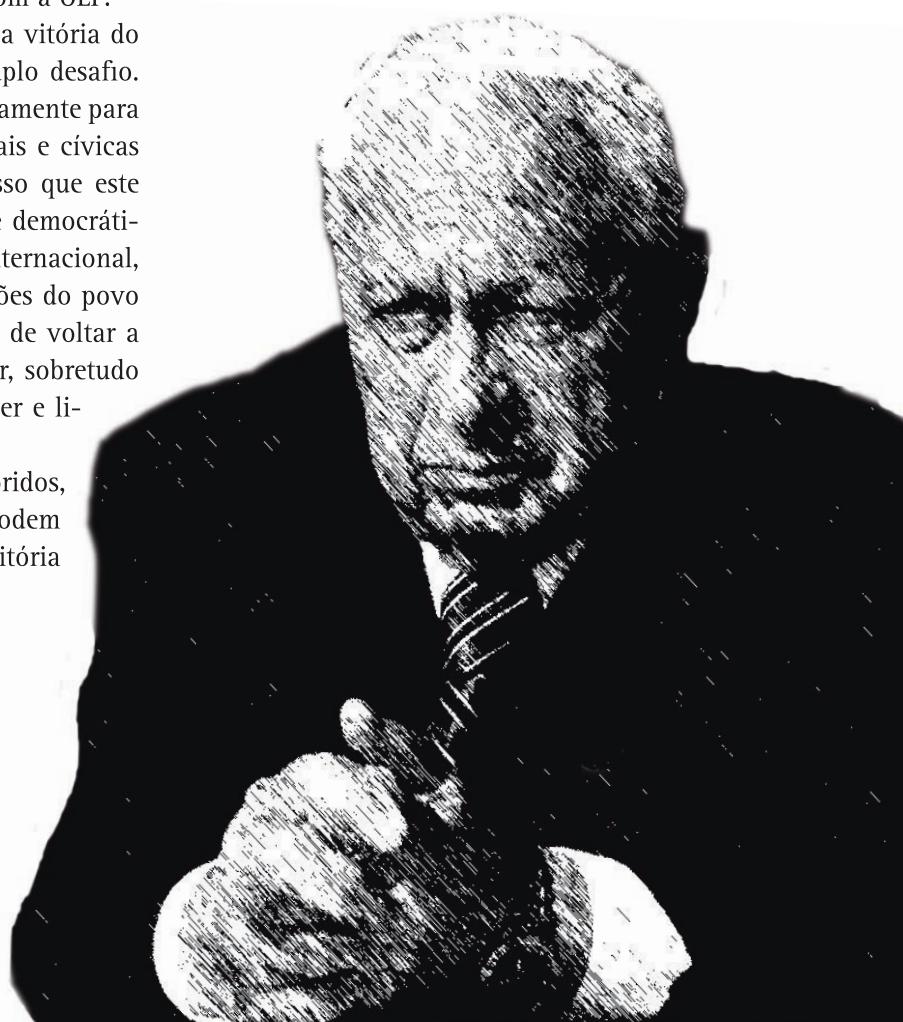
Quanto à sociedade palestiniana, a vitória do Hamas representa claramente um duplo desafio. Primeiro, terá de confrontar-se internamente para manter e ampliar as conquistas sociais e cívicas que o Hamas pode ameaçar. Ao passo que este tipo de ataques aos direitos sociais e democráticos não incomoda a comunidade internacional, eles são uma das grandes preocupações do povo palestiniano. O segundo desafio é o de voltar a erguer o movimento nacional secular, sobretudo a Fatah, e devolver à OLP o seu poder e liderança.

Se estes dois desafios forem cumpridos, os últimos feitos de Ariel Sharon podem assemelhar-se aos do Líbano: uma vitória de Pirro.

* Michel Warschawski é jornalista e escritor, fundador do Alternative Information Center (AIC) em Israel. Publicou livros como *On the Border* (South End Press) e *Towards an Open Tomb - the Crisis of Israeli Society* (Monthly Review Press)..

Os dois textos que aqui incluímos foram originalmente publicados na revista *News from Within* do Alternative Information Centre, Jerusalem. Tradução de Luís Branco.
www.newsfromwithin.org

“Não negociaremos com o Hamas”.
“Só nos encontramos com o Hamas no campo de batalha”
– lembramo-nos destes slogans dos anos 80, mas nessa altura eram dirigidos à OLP. E sabemos que o governo de Israel já foi forçado a mudar radicalmente de política, pelo menos durante alguns anos



precisamente o tipo de linguagem que os israelitas estão fartos.

NÃO AO ULTRA-LIBERALISMO

Para os eleitores, a normalização não é só a separação dos palestinianos, mas também uma inversão do neo-liberalismo selvagem na economia implementado na última década pelas políticas de Netanyahu... e Olmert, deixando um quarto da população abaixo da linha de pobreza. O êxito do partido dos reformados e pensionistas é a prova de que muitos israelitas recusam uma política económica que ignora as necessidades da grande maioria da população. O sucesso do Shas, que conduziu a sua campanha eleitoral enfatizando as matérias económicas e sociais e aumentou substancialmente a votação, é só mais uma evidência da esperança dos eleitores em que o novo governo dê início a uma viragem radical em direcção aos milhões de novos pobres em Israel.

Amir Peretz mereee o crédito de “socializar” a campanha. A partir do momento em que o antigo secretário-Geral do Histadrut⁴ foi eleito líder do Partido Trabalhista e declarou guerra às políticas económicas neo-liberais, todos os candidatos viram-se obrigados a pelo menos tocar no assunto das reformas sociais, inclusive Olmert, que tinha substituído Netanyahu na pasta das Finanças para aí continuar a sua política criminoso. O resultado relativamente bom dos trabalhistas está ligado a esta “campanha social” de Amir Peretz, bem como à sua credibilidade como adversário da economia “Netanyahu”.

O líder trabalhista exige agora a pasta das Finanças no próximo governo, de forma a poder garantir “uma melhor distribuição dos recursos nacionais”. Apesar dos compromissos sociais de última hora assumidos pelos dirigentes do Kadima, é difícil acreditar que Ehud Olmert, o responsável enquanto ministro por uma brutal política económica neo-liberal e considerado muito próximo das elites empresariais, venha agora permitir que a economia fique nas mãos de quem ele descreveu como um “populista perigoso”. Alguém a quem o editor de economia do Ha’aretz descreve como um comunista.

O VOTO DA MINORIA PALESTINIANA

Apesar de cerca de metade dos votantes palestinianos não terem participado nestas eleições, as tres “listas árabes” conseguiram aumentar a sua representação em 25%. Se a taxa de participação palestiniana tivesse sido a mesma do eleitorado judeu, o número de deputados independentes palestinianos poderia chegar aos doze, ou seja, um décimo do parlamento israelita. O principal vencedor é a Lista Unida Árabe, composta por islamistas moderados e alguns notáveis nacio-

nalistas, conseguindo quatro deputados. A Frente Democrática para a Paz e a Igualdade, liderada pelo Partido Comunista de Israel (hadash) e a Aliança Nacional Democrática (Balad) alcançaram três deputados cada.

Embora a opinião geral seja de que desde o assassinato de Yitzhak Rabin, os representantes árabes não foram capazes de usar o Knesset para melhorar a sua situação catastrófica, este resultado mostra que a maioria dos palestinianos em Israel estão de facto interessados em afirmar a sua existência nacional e os seus anseios políticos e sociais através desses representantes independentes. Esta demonstração é particularmente importante numa altura em que a extrema-direita racista aumenta a sua representação parlamentar e o discurso público anti-árabe é considerado hoje mais aceitável do que alguma vez no passado. Trinta anos após o Dia da Terra⁵, as difíceis conquistas dos palestinianos no combate à discriminação entre 1980 e 1996 parecem ter desaparecido quase todas.

O NOVO GOVERNO

Ehud Olmert tem bastantes hipóteses para formar uma nova coligação assente na sua maioria parlamentar. Quase todos os partidos judeus anunciaram a vontade de entrar no governo, da extrema-direita do partido “Israel é a Nossa Casa” de Avigdor Lieberman, descrito como “fascista” pelo antigo ministro do Meretz Yossi Sarid, até ao campo da esquerda, como o próprio Meretz. O governo terá dois objectivos centrais: melhorar (ligeiramente) as condições de vida da maioria da população israelita e continuar o processo de reorganização unilateral da Faixa Ocidental. Estes dois objectivos têm apoio garantido na população e também no novo Knesset.

A questão principal é a de saber se Ehud Olmert terá a determinação necessária para confrontar os que se opõem a estas políticas: por um lado as grandes empresas israelitas, o Banco Mundial e os capitães do sistema económico que são o suporte do seu próprio partido e por outro lado os partidos da direita que, apesar da derrota, ainda mobilizam centenas de milhares de manifestantes contra qualquer mudança que reduza o controlo israelita nos Territórios Ocupados.

Ao contrário de Ariel Sharon, que estava pronto a enfrentar qualquer pressão do exterior, Olmert é conhecido por ser um político sensível a pressões. Por outras palavras, o novo governo, que pode incluir partidos com agendas contraditórias, será uma arena para fortes confrontações em assuntos políticos e sócio-económicos. Aqueles que esperavam que Israel estava prestes a entrar num novo período de estabilidade estão redondamente enganados.

ISRAEL

NOTAS:

4- A Central sindical israelita.

5- O Dia da Terra lembra os confrontos de 30 de Março de 1976 na Galileia entre árabes israelitas que protestavam contra a confiscação das terras e as forças do aparelho repressivo. Seis manifestantes morreram.

PÕE, RAPA, EMPURRA, CAI: A REVOLUÇÃO CULTURAL (VERSÃO 0.0)

CARLOS CARUJO*

IMAGEM DE ÂNGELO FERREIRA DE SOUSA

COMEÇA NO ZERO MAS VEM JÁ PREENCHIDA DE MEMÓRIAS. NÃO SE TRATA, PORTANTO, DO ZERO DO VAZIO MAS DE UM NÚMERO A OLHAR PARA A FRENTE, PARA O ESPAÇO EM ABERTO DOS COMBATES QUE ESCOLHEU. O ZERO INAUGURAL É SINAL DE TEIMOSIA SAUDÁVEL, MANIA DE QUEM GOSTA, DE VEZ EM QUANDO, DE REGRESSAR À ESTACA ZERO. A REVISTA “PREC” É UM JOGO DE MEMÓRIAS CRUZADAS. A DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL “ABRIL EM MAIO”, A DO PERÍODO CONHECIDO COMO PREC E A DOS QUE VIVERAM ESTES DOIS ESPAÇOS/TEMPOS DE TANTAS FORMAS DIFERENTES.

A EFEMÉRIDE do trigésimo aniversário do 25 de Novembro, revisitado maioritariamente como o segundo episódio da revolução de Abril que finalmente teria consagrado o espírito da democracia contra o totalitarismo perigoso que fervilhava no PREC, despoletou esta revista como forma de resistência, ao mesmo tempo que foi mote de um ciclo de conversas: “em Novembro é de Abril e de Maio que me lembro”. A “Abril em Maio” sentiu a necessidade de se lembrar e de se mexer, para que a memória colectiva não se reduza ao zero da reformatação feita pelo consenso actual e para pensar a viagem da “vida intensiva” à normalização e à vida depois dela. No tempo dos silêncios, que os próprios analisam, já não é pouco. Ainda bem que se mexeu.

ABRIS, MAIOS E NOVEMBROS

Um dos papéis desta revista é pensar no que aconteceu, em mais de dez anos de actividade, com a associação cultural “Abril em Maio” que a edita. Nascida da vontade de romper com os circuitos habituais da cultura, de não se conformar com o papel de “consumidor” atribuído a todos/as nós, tornou-se um pólo de agitação cultural único que realizou feiras com produtos que eram mais do que produtos, debates, conferências e conversas, sobre cultura e outras coisas incómodas, como o colóquio sobre a Expo realizado contra a maré da unanimidade nacional na altura ocupada com a celebração dos “Oceanos”, exposições, escritos, agendas, oficinas, entre as quais a “leitura furiosa” para os zangados com a leitura e escrita. E etc. pois claro. Porque não cabe nunca tudo no que dizem os balanços.

Dá a entender a PREC que, como qualquer outra associação, a “Abril em Maio” foi também lugar de vontades encontradas e desencontradas e de crises. E dá a entender que, mais do que auto-celebração, o seu balanço é mais uma procura de novas soluções para o seu activismo. Um repensar que faz sempre falta para quem não quer ficar com o calendário parado em Novembro. Novos encontros hão-de surgir.

CULTURA, ARTE E REVOLUÇÃO

A PREC faz-se também do debate em aberto, da polémica sobre as polémicas da cultura antes e depois do período revolucio-

O PREC EM REVISTA



nário. Encontramos assim a história dos artistas-dissidentes que a história esquece no texto de Jorge Silva Melo: Mário Dionísio, Palolo, Batarda. Encontramos a polémica entre o neo-realismo e o surrealismo. Entre o excesso surrealista, a crítica da ortodoxia, da instrumentalização política da arte e da pauperização das linguagens e a análise do papel da literatura neo-realista para vencer medos e preparar o 25 de Abril (segundo Luís Trindade), mostrando “um povo alternativo ao português conformado e conformista do salazarismo.” Sendo assim, “o PREC pode assim ser visto como um ano e meio de neo-realismo.” Outros vêem nele dias de surrealismo feito acção.

A CATEGORIA EXCESSO

Todos vemos, ouvimos e lemos. O PREC é-nos apresentado como tempo excessivo por natureza. Desde os excessos de juventude que servem para muitas desculpas, até aos excessos perturbadores da economia que só se terá recomposto quando voltou a encarrilar na normalidade. O excesso é a categoria de eleição actual para analisar o PREC. A PREC tentou desmontar esta categoria. Assumi-la, dar-lhe novos sentidos, testá-la em outras situações, invertê-la. Daí nasceram alguns dos textos da revista e uma quantidade de teses variadas.

Por exemplo, António Louçã defende que não foi o excesso que produziu a revolução mas “múltiplas saturações no quotidiano das massas”, sobretudo a guerra. Assim, teria sido a vontade conservadora de querer “ser deixado em paz” dos jovens soldados e não os supostos excessos utópicos dos que mais tarde se engalanaram como fazedores de revoluções que teria produzido, em primeiro lugar, a revolução. O bom senso e a vontade de normalidade como produtores de revoluções.

Por sua vez, Diego Palacios Cerezales sublinha os excessos da normalização: teria sido o regresso dos excessos do Estado, na sequência de um tiroteio da GNR, que causou quatro mortos, a 1 de Janeiro de 1976 para dispersar uma manifestação, a marcar

o final de um tempo de excepção. Excepção devida à crise dos aparelhos repressivos do Estado. Seria o travar do excesso que a normalidade sempre implica a fazer o PREC. A interrupção dos excessos da normalidade seria a produtora de revolução.

PÔR, RAPAR, EMPERRAR, CONCLUIR

Muitos mais excessos se podem encontrar assumidos na reduzida letra da PREC, tantos que, para quem já a leu, esta revisão da matéria só pode ser considerada bastante redutora e injusta para com vários textos interessantes. A conclusão fica emperrada nesta riqueza que sugere muito mais ideias e discussões. Assim, só pode desembocar num convite a quem ainda não leu para ir ao encontro desta revista.

Mas, já que é tempo de concluir, deixo dois balanços contrastados tendenciosamente: o primeiro de um leitor chamado Pacheco Pereira que, apesar de atribuir (ou talvez mesmo por lhe atribuir este em particular) um prémio Nobel por simpatia ou por “arrastamento” à “Abril em Maio” – segundo ele “o Prémio Nobel a Pinter foi também por arrastamento um prémio ao “Abril em Maio”, às suas idiossincrasias e obsessões, às suas paixões e ódios, e aos seus gostos temperados por um sentimentalismo radical e agreste” – não gostou do que leu, nem do papel em que estava. Achou rebarbativo e que não seria do melhor da “Abril em Maio”. No seu balanço crítico não esclareceu contudo o que pensava ser o melhor da “Abril em Maio”.

Na minha modesta opinião, eu que não atribuo prémios nem por simpatia (ou talvez mesmo por falta dela), gostei. Talvez pela rebarbativa capacidade de continuar a dar água pelas barbas aos proprietários da cultura instituída. E sobretudo pela rebarbativa ideia de “fazer recuar as fronteiras do possível”.

* Carlos Carujo é professor e editor desta revista.

carloscarujo@combate.info

DE 1 A 17 SETEMBRO



O OBJECTIVO É UMA CAMPANHA DE COMBATE, ENFRENTANDO O GOVERNO SOBRE ALTERNATIVAS CONTRA O DESEMPREGO E A PRECARIEDADE. ESSAS ALTERNATIVAS VÃO MARCAR A COR DA ESQUERDA COMO HÁ CINCO ANOS O FEZ A LUTA DO BLOCO PELA REFORMA FISCAL. EM CADA DIA DA MARCHA PELO EMPREGO SERÃO ABORDADOS TÓPICOS DESSE PROGRAMA POLÍTICO (COMBATE AO DESEMPREGO; CONTRATOS A PRAZO; DIREITOS DOS TRABALHADORES POR TURNOS; DESEMPREGO DE JOVENS E DE UNIVERSITÁRIOS; FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO; DESIGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES; REGIME DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO; PLANO PARA OS TÊXTEIS...). NAS LOCALIDADES VISITADAS VÃO MULTIPLICAR-SE AS INICIATIVAS JUNTO DAS POPULAÇÕES – SESSÕES, DEBATES, VISITAS, FESTAS, CONVÍVIOS. DAQUI ATÉ SETEMBRO E NAS DUAS SEMANAS DA MARCHA, O BLOCO PERCORRE O PAÍS JUNTANDO VOZES E LUTAS DE QUEM É ATINGIDO E RESISTE, DE QUEM AJUDA E ORGANIZA, DE QUEM PENSA E PROPÕE.



Bloco de Esquerda